

Mulher e Trabalho: Brasil e Espanha dos anos 1930 nas obras de Patrícia Galvão e Luisa Carnés

Maria Clara de Almeida Leal

**Dissertação de Mestrado em Literaturas e Culturas Modernas,
área de especialização em Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos**

**Maria Clara Leal. Mulher e
Trabalho: Brasil e Espanha dos anos
1930 nas obras de Patrícia Galvão e
Luisa Carnés. 2022**

Junho de 2022

Mulher e Trabalho: Brasil e Espanha dos anos 1930 nas obras de Patrícia Galvão e Luisa Carnés

Maria Clara de Almeida Leal

**Dissertação de Mestrado em Literaturas e Culturas Modernas,
área de especialização em Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos**

**Maria Clara Leal. Mulher e
Trabalho: Brasil e Espanha dos
anos 1930 nas obras de Patrícia
Galvão e Luisa Carnés. 2022**

Junho de 2022

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Literaturas e Culturas Modernas, na área de especialização em Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Isabel Araújo Branco.

AGRADECIMENTOS

À professora e orientadora Isabel Araújo Branco pela confiança e pelas palavras de encorajamento e força. E, principalmente, por trazer um espírito de tranquilidade e ser luz nos momentos mais difíceis no processo de concretização desse trabalho.

Aos meus pais por todo amor, segurança, apoio e respeito pelas minhas escolhas e ser base no impulso dos meus voos que ajudam a amenizar a saudade física que nos é imposta por um oceano. À minha família por sempre se fazer presente em todos os momentos.

Foram muitas as pessoas que participaram, colaboraram e me incentivaram nesse percurso, seja longe ou perto, em palavras de conforto, em pequenos encontros da vida e até de forma inconsciente. Embora o processo de escrita de um trabalho acadêmico seja por vezes um caminho solitário, com certeza o meu percurso não foi percorrido totalmente desacompanhado. Por isso, agradeço a todos os amigos do Brasil que permanecem presentes e felizes com as minhas escolhas. Aos amigos que fiz em Portugal que partilham comigo a celebração de conquistas, apoio nas dificuldades e que pacientemente respeitaram os meus momentos de recolha e ausência.

Especialmente para a finalização dessa dissertação, agradeço à Lianne por nunca soltar a minha mão com suas palavras diárias de força e incentivo, à Eleonora pelo apoio e generosidade incondicionais e à Cláudia pelo estímulo ao pensamento crítico que me ajuda a (re)pensar em caminhos de resistências.

Mulher e Trabalho: Brasil e Espanha dos anos 1930 nas obras de Patrícia Galvão e Luisa Carnés

Maria Clara de Almeida Leal

Resumo

A partir dos contextos históricos e sociais do Brasil e de Espanha no início do século XX, respetivamente de transição abrupta do modo de produção escravocrata para a industrialização e de crises políticas e económicas entre a 1.ª Guerra Mundial (1914-1918) e momentos pré-Guerra Civil (1936-1939), encontramos obras de autorias femininas que mesmo em realidades territoriais diferentes, se conectam pelos temas desenvolvidos. Delimitou-se o objeto de estudo desse trabalho nas consequências de precarização laboral e de vida das mulheres da classe trabalhadora, no processo de consciência de classe e nos discursos de reivindicações de emancipação da mulher que se aproximam da dicotomia entre as teorias feministas liberais e marxistas na construção das personagens principais. Foram utilizados referenciais teóricos da Literatura Comparada, dos Estudos Culturais, da História e da Sociologia do Trabalho para a condução de uma análise com base no materialismo histórico-dialético e com referenciais teóricos feministas, como os de Clara Zetkin, Silvia Federici e Heleieth Saffioti para analisar comparativamente as obras *Parque Industrial* (1933), de Patrícia Galvão, *Natacha* (1930) e *Tea rooms: mujeres obreras* (1934), de Luisa Carnés, a partir de uma perspetiva interseccional entre gênero e classe. De forma que pretendeu-se resgatar autoras que foram invisibilizadas pelo cânone literário e utilizaram-se do protagonismo feminino como forma de denúncia social a partir de instrumentos literários inovadores de reivindicação pelos direitos das mulheres da classe trabalhadora. Como resultados, foi possível identificar a literatura como um meio de construção de memória cultural, a partir das estratégias narrativas de denúncias a respeito da precariedade laboral e de vida das mulheres trabalhadoras, percebidas até aos dias atuais. Procura-se viabilizar a identificação dos leitores com os temas literários abordados em torno da busca de formas pela sobrevivência e da utilização dos espaços e das relações laborais aos quais estão inseridos para a construção de consciência de classe e de perspetivas reivindicativas para a emancipação da mulher.

Palavras-chave: literatura comparada; literatura brasileira; literatura espanhola; estudos de gênero; estudos da classe trabalhadora; Pagu; Patrícia Galvão; Luisa Carnés.

Women and Work: Brazil and Spain of the 1930s in Patrícia Galvão` and Luisa Carnés' works

Maria Clara de Almeida Leal

Abstract

From the historical and social contexts of Brazil and Spain at the beginning of the 20th century, respectively, of abrupt transition from slave production to industrialization and political and economic crises between World War 1 (1914-1918) and pre-Civil War moments (1936-1939), we find works of female authorship that even in different territorial realities, connect by the developed themes. The object of study of this work was limited in the consequences of labor and life precariousness of working class women, in the process of class consciousness and in the discourses of women's emancipation claims that approach the dichotomy between liberal and Marxist feminist theories in the construction of the main characters. Theoretical references of Comparative Literature, Cultural Studies, History and Sociology of Labor were used to conduct an analysis based on historical-dialectical materialism and with feminist theoretical references, such as those of Clara Zetkin, Silvia Federici and Heleieth Saffioti to comparatively analyze the works *Parque Industrial* (1933), by Patrícia Galvão, *Natacha* (1930) and *Tea rooms: mujeres obreras* (1934), by Luisa Carnés, from an intersectional perspective between gender and class. Thus, it was intended to rescue authors who were invisible by the literary canon and used female protagonism as a form of social denunciation from innovative literary instruments of claim for the rights of working class women. As results, it was possible to identify literature as a means of constructing cultural memory, based on narrative strategies of complaints about the precariousness of work and life of working women, perceived to this day. It seeks to enable the identification of readers with the literary themes addressed around the search for ways for survival and the use of spaces and labor relations to which they are inserted for the construction of class awareness and demanding perspectives for the emancipation of women.

Keywords: comparative literature; Brazilian literature; Spanish literature; gender studies; working-class studies; *Pagu*; Patrícia Galvão; Luisa Carnés

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo I - Dos fundamentos teóricos da literatura às teorias feministas: o protagonismo das questões de classe e gênero nas narrativas sociais de autoria feminina	9
1.1. Fundamentos teóricos da literatura para a análise das obras	10
1.2. Ideologia dominante e a escrita de Patrícia Galvão e Luisa Carnés	13
1.3. Gênero e Trabalho sob a perspectiva das vertentes feministas liberais e marxistas	18
Capítulo II - Contextualização histórica do Brasil e de Espanha nas primeiras décadas do século XX	30
2.1. Brasil	31
2.1.1 O crescimento da industrialização brasileira	32
2.1.2 Feminização do mercado de trabalho brasileiro	34
2.1.3 Semana de arte de 1922	39
2.2. Espanha	42
2.1.1 Feminização do mercado de trabalho espanhol	43
2.1.2 Geração de 27	47
Capítulo III - Trabalho, Gênero e Precariedade em <i>Parque Industrial</i> , de Patrícia Galvão, <i>Natacha</i> e <i>Tea Rooms: mujeres obreras</i> , de Luisa Carnés	51
3.1. <i>Parque Industrial</i>	52
3.2 <i>Natacha</i>	54
3.3. <i>Tea Rooms: mujeres obreras</i>	56
3.4. Mulheres jovens protagonistas e os estigmas sociais da mulher nas sociedades brasileira e espanhola	57
3.5. Condições precárias de trabalho e de vida	66
3.6. Perspetivas reivindicativas de classe e gênero	75
3.6.1. A consciência de classe e a organização das greves dos trabalhadores	75
3.6.2. Questão de gênero e emancipação da mulher	84
Considerações Finais	96
Referências Bibliográficas	103

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do encontro entre ficção e realidade demonstra que a Literatura pode ser considerada um importante meio para a ampliação de interpretações, desenvolvimento de reflexões, estímulos ao pensamento crítico e para a percepção de questões sociais de determinado tempo e espaço enquanto produto da perspectiva crítica do autor. O espaço da escrita de autoria feminina e as imagens de personagens tradicionalmente atribuídas à construção do imaginário da mulher pela ótica masculina ganham reconfigurações no campo literário a partir do início do século XX que serão abordadas nessa investigação a partir das representações literárias das condições precárias sociolaborais das mulheres da classe trabalhadora, do Brasil e de Espanha, desenvolvidas por Patrícia Galvão (1910-1962) e Luisa Carnés (1905-1964).

A produção das narrativas com o protagonismo das mulheres da classe trabalhadora dos anos 1930 conferem um espaço de visibilidade e de denúncia social sobre as explorações e condições de precariedade laborais e de vida das mulheres presenciadas e experienciadas pelas autoras que resultam em importantes contributos literários que merecem fazer parte da valorização e preservação da memória cultural de seus países. Nesse sentido, a autoria feminina torna-se fundamental para a configuração de valorização de narrativas que compõem a participação política ativa de autoras a partir de denúncias sobre questões de gênero e classe.

Patrícia Galvão, também conhecida como Pagu, nasceu em São Paulo, foi escritora, tradutora, desenhista, jornalista e militante política. Publicou o primeiro romance proletário brasileiro, *Parque Industrial* (sob o pseudônimo de Mara Lobo), em 1933, e antes disso fundou um jornal com seu primeiro marido, Oswald de Andrade, chamado *O Homem do Povo*, onde redigia colunas de críticas aos hábitos das mulheres paulistas e ao feminismo burguês. Nascida em uma família tradicional burguesa, mas que viveu períodos de instabilidade econômica, foi estudante de uma Escola Normal no bairro do Brás e sua vida foi marcada por polêmicas devido a sua postura revolucionária. Era considerada extravagante para a época, não só pelo modo de se vestir e pelo corte de cabelo curto, mas por hábitos de uma vida boêmia, envolvimento com relações amorosas conturbadas e

defesas de causas feministas e comunistas. Em 1928 uniu-se ao Movimento Antropofágico e, logo após, passou a também militar no Partido Comunista Brasileiro. Foi considerada a primeira mulher presa política no Brasil e possui um histórico de ativismo que lhe rendeu prisões, torturas e exílio.

A sua trajetória com intenso engajamento político a transformou em um símbolo de luta contra as opressões sociais e, principalmente, nos questionamentos quanto aos valores impostos pelas classes dominantes às mulheres, inclusive com críticas às reivindicações feministas daquele momento que não tinham recorte de classe e não se preocupavam com a ruptura da estrutura política que conjunturalmente causavam essas opressões sociais. Além disso, o seu reconhecimento social vem a partir de assimilações com o seu primeiro marido, Oswald de Andrade, que também foi uma importante figura literária para o Modernismo brasileiro, e que por vezes se sobressai muito mais do que trajetória literária da autora. Essas circunstâncias e a popularidade de posições políticas contribuíram para que suas produções literárias tenham sido invisibilizadas pela historiografia literária brasileira.

O surgimento do livro *Pagu – vida e obra*, de Augusto Campos, na década de 1980 é considerado um marco significativo com a recompilação de aspectos biográficos, produções artísticas, literária e jornalística da autora e testemunhos que foram importantes para o ressurgimento do até então esquecimento literário de Patrícia Galvão. Segundo o autor, “ninguém sabia nada sobre Pagu. Era a caricatura de uma mulher espalhafatosa e sedutora, que havia acabado com o casamento de Oswald com Tarsila, ou de uma comunista doidivanas, presa na época do Getúlio por suas estripulias políticas” (Campos, 2014a). Nos últimos anos, sua vida e obra tem sido objetos de estudos acadêmicos que passaram a dar maior visibilidade para a autora.

De forma a trazer novos contributos para além desses estudos, nos concentramos na obra *Parque Industrial*, escrita em 1932 e publicada em 1933, após a autora instalar-se em uma vila operária para trabalhar em “serviços de proletária” a pedido do Partido Comunista. A obra retrata uma denúncia composta por um ideal revolucionário ao narrar a realidade dos trabalhadores do bairro do Brás, de São Paulo, onde é registada a partir do protagonismo feminino sobre as perspectivas das violências e explorações de mulheres que vivem da precariedade como forma de sobrevivência. A também intenção de criticar as feministas que comemoravam conquistas sociais que não abrangiam as mulheres da

classe trabalhadora, conferem à narrativa o envolvimento político da autora no discurso das personagens sobre as lutas reivindicativas de classe e gênero como solução de fim das opressões oriundas da conjuntura política e social brasileira que desde o fim do período da escravidão se prolongou nas relações laborais. A compreender a escrita da autora como uma mediação entre a literatura e os processos sociais brasileiros do início do século XX.

Por sua vez, Luisa Carnés, contrariamente a Patrícia Galvão, foi uma mulher que nasceu em uma família de trabalhadores e foi obrigada a interromper os estudos ainda na infância para trabalhar na produção de chapéus, entre outros ofícios. Nos anos seguintes pôs-se a educar através de estudos autodidatas e, posteriormente, se profissionalizou como jornalista. Nos anos 1930, filiou-se ao Partido Comunista Espanhol e participou ativamente a favor da II República e por isso teve de se exilar no México por conta da vitória dos Nacionalistas na Guerra Civil espanhola, em 1939, de onde continuou a escrever outras obras e a militância política.

Segundo Olmedo (2014a, p. 28), a experiência de vida de Luisa Carnés como uma mulher pertencente à classe trabalhadora marcou o rumo de suas criações literárias e de suas convicções políticas a transformar as narrativas em vias de acesso para a denúncia e percepção da realidade das mulheres trabalhadoras. Portanto, torna-se uma importante escritora espanhola a introduzir em suas obras literárias o protagonismo das mulheres presentes em temas como a consciência de gênero e de classe, as precariedades em torno das condições e relações laborais e as opressões sociais. A construção de toda a sua obra narrativa não necessariamente se assume por um carácter de testemunho, mas pela presença das influências pessoais e militância.

Como o interesse foi de analisar obras com perspectivas do âmbito laboral, optamos pela análise da obra *Natacha*, publicada em 1930, que desenvolve a história de uma personagem que vive a exploração do trabalho infantil e prostituição em Madrid, comum às famílias pobres da classe trabalhadora, a desenrolar-se em um futuro com outras situações opressões e de vulnerabilidades das mulheres. Luisa Carnés analisa a condição humana na exploração capitalista juntamente com o processo de autoconscientização individual sobre ser mulher e trabalhadora da personagem principal que envolve temas como os obstáculos sociais da vida da miséria e da procura pelo casamento ou prostituição como tentativa de solucionar o sofrimento com as precariedades da vida.

Em um discurso mais maduro a constituir um apelo pela consciência de classe coletiva, em 1934, é publicada a sua obra *Tea Rooms: mujeres obreras*, em que narra a história de personagens principais femininas trabalhadoras de um salão de chá de Madrid. As injustiças e opressões se dividem na descrição dos diferentes perfis das jovens trabalhadoras em que a autora procurou demonstrar as condições e relações precárias de trabalho as quais eram submetidas a humilhações, longas jornadas de trabalho e assédios constantes. Elementos que se juntam com a reivindicação para uma reconfiguração social através da união e revolução proletária como solução para o fim das explorações capitalistas e patriarcalistas.

É nessa complexa relação entre histórias de vida, consciência política e engajamento político-social, ainda que em contextos e países diferentes, que Patrícia Galvão e Luisa Carnés desenvolvem perspectivas classistas e feministas as problematizações da condição social da mulher e a relação de conflitos pessoais e sociais originados pelas opressões e explorações da realidade da vida proletária. Deste modo, o interesse pela investigação foi desenvolvido a partir do destaque entre os temas que configuram a conciliação entre duas áreas – gênero e trabalho – que se complementam para a percepção de condições sociais dos perfis femininos abordados nas obras. Ao considerarmos um desenvolvimento conjunto entre as duas áreas, assumimos uma análise das representações literárias com um triplo direcionamento: as alternativas de trabalho das mulheres de acordo com as divisões de classes sociais, as precariedades laborais e de vida e as perspectivas de classe e gênero em reivindicações sociopolíticas.

No presente trabalho, também partimos de alguns critérios para a seleção do *corpus* literário em que buscou-se pesquisar sobre representações literárias das condições sociolaborais das mulheres trabalhadoras e de obras produzidas por mulheres, de forma a perceber a escrita como um lugar de representatividade e de possibilidade de narração sob a perspectiva de denúncias sociais de autoras que se distanciavam de abordagens narrativas comuns à época. As semelhanças relevantes entre os engajamentos políticos, as fontes de inspiração e as obras de Patrícia Galvão e Luisa Carnés, produzidas nos anos 1930, que após um vasto levantamento de trabalhos académicos sobre as autoras, possibilitaram viabilizar a construção de uma análise comparativa entre algumas de suas obras, até o presente momento desconhecida.

As reflexões desencadearam-se nas seguintes perguntas de investigação: como era o contexto histórico-social do meio operário do Brasil e de Espanha na década de 1930? Quais as dificuldades laborais e sociais as mulheres trabalhadoras enfrentavam nesse período? De que forma a consciência de classe é abordada na construção das narrativas? Quais foram as estratégias narrativas sobre a imagem e a emancipação da mulher na construção dos personagens? Bem como, também podemos questionar e refletir de que forma podemos visualizar a atualidade das questões e reivindicações contidas nos temas das obras?

Para a construção dos objetivos e do objeto de estudo foi necessário perceber a abrangência de outras produções sobre as autoras e de seus respectivos países, sejam eles dissertações, teses, artigos científicos, livros, artigos das imprensas e, posteriormente legislações brasileira e espanhola da época que contribuíram para a análise dos processos históricos e sociais contidos nos comportamentos das personagens e na denúncia social proposta pelas autoras. Em todo o processo de busca pelo material, percebemos a escassez de objetos de estudos que utilizem a problemática do protagonismo das mulheres trabalhadoras e das relações de precariedade laborais e de vida em narrativas literárias, bem como o estudo da simultaneidade das perspectivas de gênero e classe em discursos reivindicativos para a emancipação da mulher. Alguns dos fatores que identificam a desvalorização da mulher e do trabalho feminino nas sociedades brasileira e espanhola, também refletidos no processo de invisibilidade das autoras na historiografia literária de seus países.

Os destaques para as referências sobre a obra de Patrícia Galvão vão para o já referido livro *Pagu: vida e obra* (2014), de Augusto Campos que foi publicado pela primeira vez em 1982; a dissertação “Estética e Política: Leituras de Parque Industrial e A Famosa Revista”, de Larissa Higa (2011), que buscou discutir as representações de violências de gênero das personagens de *Parque Industrial*; a dissertação “Literatura e política no romance de Patrícia Galvão”, de Ribeiro Júnior (2015), que analisou a interpretação entre literatura e política para compreender o discurso da autora e as especificidades das relações políticos, sociais e económicos do Brasil; e a dissertação “A Representação Social das Mulheres e as Tecnologias de Gênero em *Parque Industrial*, de Patrícia Galvão”, de Taisane Vieira (2019), que estudou os discursos hegemônicos a partir de instituições que produzem tecnologias de gênero que aprisionam a mulher ao poder patriarcal.

Em termo das referências quanto à Luisa Carnés, destacamos o livro *Itinerarios de exilio: la obra narrativa de Luisa Carnés*, de Iliana Olmedo (2014a) que resgata toda a obra narrativa de Luisa Carnés; textos de Antonio Plaza, importante difusor das obras da autora; e as teses de doutoramento “Mujer, trabajo y escritura. Representaciones culturales en la narrativa española contemporánea”, de Cristina Somolinos Molina (2020), que estudou as representações culturais do trabalho das mulheres em obras de autorias femininas na narrativa espanhola contemporânea e “Si nos permiten hablar. Repensando la narrativa contemporánea desde la condición de clase”, de Ángela Fernández (2020), que apresentou narrativas contemporâneas espanholas desde a condição de classe.

Percebemos a escassez dos estudos que conjuguem diretamente classe e gênero, pela tendência ao aprofundamento pelas questões de gênero e com pouca extensão sobre as discussões de classe. Além do aprofundamento quanto às biografias e os engajamentos políticos das autoras. Assim, identificamos a necessidade do aprofundamento da descrição das problematizações contidas nas perspectivas teóricas feministas que unem as questões do gênero à luta de classes e que objetivam a emancipação da mulher na sociedade. Para isso, escolhemos o campo teórico com os discursos dos textos do percurso político de Clara Zetkin, juntamente com contribuições de Silvia Federici, com seus contributos sobre a desvalorização do trabalho doméstico e de Heleieth Saffioti para também compor as necessidades específicas sobre a realidade das mulheres brasileiras que se diferencia em alguns pontos das mulheres espanholas pelos diferentes processos sociais dos países.

A análise conjunta com instrumentos da Literatura Comparada sobre obras de duas autoras e da percepção através da análise conjuntural político-social do Brasil e de Espanha que são apresentadas nessa investigação através da interseccionalidade entre gênero e classe incluem o objetivo de perceber o discurso das divergências das teorias feministas — marxistas e liberais — que identificam de diferentes formas dos temas do trabalho e do gênero a partir dos princípios de igualdade e liberdade na construção das personagens. Além de dedicarmos a atenção na questão da juventude das personagens que simboliza um período de idealizações e construção para o futuro da vida, mas que eram vivenciados como mais um motivo de opressões e violências conectados aos valores patriarcais. A traduzirem-se em tópicos que complementam e expandem as outras questões desenvolvidas pelos estudos anteriores.

Em vista disso, o objeto principal dessa investigação envolveu a análise da intersecção das questões de gênero no contexto e nas relações laborais do Brasil e de Espanha dos anos 1930 em obras literárias de Patrícia Galvão e Luisa Carnés, a concentrar-se nas dificuldades sociais e na precariedade das mulheres trabalhadoras a partir da utilização da dicotomia entre os discursos das teorias feministas liberais e marxistas presentes na denúncia das autoras nas obras selecionadas. Devido à complexidade dos assuntos abordados sob uma perspectiva interdisciplinar que engloba estudos da Literatura Comparada, Estudos Culturais, História e Sociologia do Trabalho, nos aproximamos da metodologia do materialismo histórico e dialético como base para a contextualização e análise das obras, em que se considera os objetos centrais do estudo em sua totalidade. Delineamos pesquisar os fatores sociais, políticos, econômicos e culturais para a percepção da realidade do conflito de classes sociais que está dividida entre donos dos meios de produção e classe trabalhadora (Barata-Moura, 2010, p. 17) são identificados na construção das narrativas. E, através de situações vivenciadas pelas personagens principais percebemos as obras como importantes representações dos contextos históricos e sociais das mulheres trabalhadoras brasileiras e espanholas dos anos 1930.

Analisaremos as obras a partir das perspectivas de classe e gênero ao intencionar perceber as semelhanças e diferenças nos processos históricos e sociais do Brasil e de Espanha os quais influenciavam as possibilidades de vida e de trabalho da mulher. Bem como analisar as estratégias narrativas das autoras para a construção das personagens femininas principais como forma de representação das experiências de condições precárias de trabalho e de vida. E de forma a perceber o papel da literatura como integrante do processo de construção do potencial transformador social do ser humano, buscamos resgatar e preservar as obras dessas autoras que inovaram em termos de abordagens técnicas literárias as perspectivas reivindicativas de classe e de gênero para a construção da consciência de classe e emancipação da mulher na construção das personagens.

O desenvolvimento da presente investigação está estruturado em três partes. Na primeira, serão desenvolvidos os fundamentos teóricos escolhidos nos âmbitos da Literatura Comparada, da relação entre ideologia dominante e o processo de invisibilidade das autoras nas historiografias literárias e como o gênero e o trabalho são percebidos pelas

perspetivas das vertentes feministas marxistas e liberais, de forma a iniciar um processo de análise entre os fundamentos teóricos e a conexão com as obras selecionadas. Posteriormente, considerou-se necessário fazer a contextualização histórico-social do Brasil e de Espanha, no início do século XX, no âmbito das relações laborais, principalmente sobre os contrastes da feminização laboral entre as diferentes classes sociais. Além disso, a perceção das questões histórico-sociais e das correntes literárias que as autoras participaram ajudam a identificar a influência de carácter político, social e económico utilizados como fontes de inspiração das autoras para a produção das obras. E, por fim, far-se-á análise com ênfase dos eixos do género, trabalho e precariedade das narrativas de *Parque Industrial*, *Natacha* e *Tea Rooms: mujeres obreras* de forma a relacionar as análises teóricas e os contextos realizados nos capítulos anteriores na construção das personagens femininas principais de Patrícia Galvão e de Luisa Carnés.

CAPÍTULO I

Dos fundamentos teóricos da Literatura às Teorias Feministas: o protagonismo das questões de classe e gênero nas narrativas sociais de autoria feminina

Este capítulo tem o objetivo de demonstrar quais ferramentas teóricas da Literatura serão utilizadas para justificar a escolha e a análise de obras de Patrícia Galvão e Luisa Carnés, de apresentar como a ideologia dominante interferiu para a inspiração da produção das obras e na própria invisibilidade das autoras das historiografias literárias brasileira e espanhola, bem como, perceber as divergências das teorias feministas — marxistas e liberais — que identificam de diferentes formas o tema do trabalho e gênero a partir dos princípios de igualdade e liberdade para as suas reivindicações sociais e políticas das mulheres na sociedade.

Em um período em que os espaços do cânone literário não pertenciam à classe trabalhadora e muito menos às mulheres, as irreverentes narrativas de autoria feminina se destacam pelo interesse de evidenciar a condição humana que não pertencia aos espaços da literatura do início do século XX através de personagens principais subalternizados da sociedade — a focar nas mulheres da classe trabalhadora — que se distanciam de personagens femininos com características frágeis comuns à época. Para isso, procura-se perceber o papel da literatura como integrante de um potencial transformador social e como o resgate e a preservação de obras dessas autoras que foram invisibilizadas por décadas podem contribuir para reflexões acerca das diferentes vertentes do feminismo sobre o trabalho da mulher, nas esferas pública e privada, inclusive nas pautas reivindicativas feministas atuais.

1.1. Fundamentos teóricos da literatura para a análise das obras

O *corpus* literário do presente estudo é composto por fundamentos que percorrem a exposição de precariedade e da dupla exploração capitalista da mulher trabalhadora e da luta para a sua emancipação através de personagens principais femininas das obras literárias: *Parque Industrial* (1933), de Patrícia Galvão (Pagu), *Natacha* (1930) e *Tea Rooms: mujeres obreras* (1934), de Luisa Carnés. Obras as quais se conectam tanto na década de publicação, como também quanto aos temas abordados ao longo das narrativas com personagens protagonistas femininas e com o desenvolvimento do tema do trabalho a partir de uma abordagem de gênero e de classe. Por se tratar de temas interdisciplinares que envolvem questões específicas dos contextos históricos dos países de origem de cada uma das autoras, a percepção das obras demanda ferramentas que encontrem a conexão entre a literatura e tópicos de caráter político, social e cultural incluídos nas obras.

O objetivo da utilização da Literatura Comparada se inicia a partir da fundamentação, de forma abrangente, naquilo que Buescu (2001, p. 5) aponta o que é a metodologia comparatista. A considerar a comparação como a representação, nos estudos literários, da formalização e da sistematização de uma metodologia que recorre ao confronto de dois ou mais fenômenos literários, bem como a ser uma forma de pensar o literário como um recurso fundador de um objeto de reflexão a partir da comparação.

As trajetórias de vida de Patrícia Galvão e de Luisa Carnés influenciaram o conteúdo de suas escritas que são manifestadas a partir de culturas e realidades de países diferentes, do nascimento das autoras em condições sociais diferentes e sem a conexão de proximidade e influência das obras uma da outra. Por esses factos, observa-se que a escolha das obras a serem posteriormente analisadas está relacionada com a proximidade entre as datas de publicação. Além disso, há o enfoque nos temas abordados a partir das representações das realidades de mulheres trabalhadoras em contextos de precariedade de vida e laboral associados com os modos de produção do capitalismo no início do século XX, especificamente nos contextos do Brasil e de Espanha.

Contextos esses que foram formalizados a partir “de” e “a dar destaque para” vozes e visibilidades femininas através da autoria feminina, da observação dos objetivos de lutas feministas para a emancipação social e do protagonismo de personagens femininos construídos com mecanismos literários a fim de difundir indignações e

denúncias de cunho social das autoras sobre a realidade da classe trabalhadora nos recortes de classe e gênero. A destacar os mecanismos utilizados pelas autoras na construção de personagens que vivem o mercado de trabalho como meio de sobrevivência e lutam pela dignidade, seja através da consciência de classe ou do conformismo, combinados com discursos de lutas feministas para a emancipação das mulheres.

Tendo em vista que a Literatura Comparada não se baseia apenas na comparação dos textos, destaca-se o reconhecimento do seu carácter interdisciplinar a partir do ato de relacionar duas ou mais literaturas, fenómenos culturais e/ou autores (Machado & Pageaux, 1988, pp. 17-20). A comparação na Literatura permite um diálogo entre esses objetos de estudo, entre os métodos de abordagem e os textos literários onde torna-se necessário fazer uma releitura tanto da literatura quanto da cultura nacional, a levar em consideração que tal atividade intelectual não pode ser separada do contexto cultural e sociopolítico na medida em que estes oferecem apoio para a compreensão das relações e das influências culturais vividas no período da composição das obras.

A comparação, nesse sentido, manifesta-se como uma tomada de consciência do carácter histórico e cultural a considerar a transtemporalidade e a supranacionalidade do objeto de estudo a ser comparado na tentativa de reconfigurar as relações entre eles, os espaços e os tempos que os indivíduos enquanto autores viveram e promover novas formas de reflexão, principalmente quanto aos problemas que ainda existem. Em vista disso, os fenómenos literários se constituem como um instrumento relacional a desprender-se das especificidades e ampliar a reflexão daquilo que aparentemente poderia ser considerado como essência de um determinado espaço. Por isso, a leitura torna-se ativação e partilha através dos atos de cooperação, intercâmbio e interação dos objetos comparados (Buescu, 2001, pp. 21-23).

O uso da Literatura Comparada se legitima nesse cenário de distanciamento territorial e cultural das autoras onde vemos questões em comum em um sentido além da intenção comparativa das fontes para a escrita e das proximidades em questões técnicas e temáticas das autoras. A técnica comparativa do estudo literário aqui utilizado está conectada também a ideia dos paradigmas instigantes acerca de como se apresenta o protagonismo das vozes de mulheres pertencentes a classe trabalhadora a partir de obras de autoria feminina, da função social das obras e dos objetos de carácter reflexivo de problemas sociais que ultrapassam as fronteiras dos países das autoras.

Dentre os recursos comparatistas disponíveis, a tematologia torna-se um dos elementos para a análise do presente trabalho na medida em que se desdobra para além de dados históricos estabelecidos, a considerar que os fenómenos literários são explorados a partir de temas e motivos pelos quais são constituídos. Segundo Guillén (2005, p. 231), o tema é o objeto que ajuda o escritor a relacionar aquilo que foi vivido com a direção ao terreno do produto artístico a ser produzido. Ao marcar uma fronteira entre a experiência e a poesia, o elemento temático torna-se o elemento formal, pois desempenha uma função utilitária de propiciar tanto a escritura como a leitura literária. Ao mesmo tempo que é um elemento integrador e um objeto de modificação, o tema é aquilo que o autor modifica, modula e transtorna a permitir a sua vinculação com a vida e a literatura, não sendo todo o conteúdo produzido na obra, mas sendo o por que ou desde onde o autor se expressa.

Nesse sentido, as escritas engajadas de Patrícia Galvão e Luisa Carnés permitiram um novo perfil de recetores através do acesso da classe trabalhadora à literatura pelo uso de uma linguagem mais simples e direta que se conecta com o cotidiano e com personagens a refletir problemas reais de exclusão e opressão vivenciados pelas mulheres que destoavam e se marginalizavam por causa das regras sociais da época. Por esses motivos, podemos levar em consideração o estudo da retórica cultural como um dos elementos manifestados nas obras dada a sua função de explicar as construções sociais a partir da linguagem como um estudo que integra a composição dos textos, seus contextos e a intenção de destinação do discurso que influenciam o recetor a uma melhor compreensão do discurso contido na literatura (Albaladejo, 2009, p.17).

Dessa forma, Buescu (2013, p.15) também destaca que a literatura é um dos sítios fundamentais de localização de memória cultural que permite a ativação da memória pessoal do leitor, seja a partir dos passados, presentes ou futuros, de maneira que se apresenta em vias de fazer-se participante através da contribuição crítica no âmbito das intenções deixadas pelo escritor a tornar-se uma experiência com potencial dinâmico que a literatura traz consigo como meio de sobrevivência, reconfiguração, construção e até de invenção.

Ao utilizarmos o mecanismo da comparação entre as obras de Patrícia Galvão e Luisa Carnés podemos perceber a importância das suas vivências para a elaboração das narrativas que se constituem de problemas transnacionais conectados com as consequências entre as relações de poder e a subalternidade feminina presentes nos

debates contemporâneos entre gênero e classe até os dias atuais. A aproximação da linguagem literária mais simples e cotidiana com a exposição de condições laborais precárias e da marginalização da mulher na sociedade capitalista também se conectam ao processo de invisibilidade que ambas as escritas vivenciaram mesmo tendo tido críticas positivas na imprensa sobre as obras.

1.2 Ideologia dominante e a escrita de Patrícia Galvão e Luisa Carnés

Expomo-nos a pensar no vínculo que o próprio meio cultural se relaciona com a ideologia e a partir disso observar como o espírito revolucionário e o conteúdo literário produzido às margens por Patrícia Galvão e Luisa Carnés podem ser considerados instrumentos de consciência e articulação para a formação de um potencial transformador social. Principalmente pelo protagonismo de representações sociais subalternizadas que também fundamentam a experiência de invisibilidade delas.

As definições de cultura e a ideologia contidas em textos escritos por Marx e Engels compreendem as noções de “infraestrutura” e “superestrutura” onde a ideologia que rege a sociedade se torna as ideias da classe dominante em que os indivíduos que pertencem à essa classe constroem as relações a partir de práticas de dominação. A cultura e ideologia se esbarram na medida em que aqueles que estão a ser alienados (classe trabalhadora) estão sendo diretamente influenciados pelo fator económico, pela busca e/ou mantimento de poder para prevalecer ideologia de um grupo minoritário que controla a sociedade a partir de práticas políticas, sociais e económicas que distorcem ou limitam a possibilidade de instigação ao pensamento crítico (Marx & Engels, 2007, p.47).

Nesse sentido podemos pensar nas formas que o campo da cultura pode contribuir para superar a relação da hegemonia cultural onde os sujeitos que ocupam a classe dominante reagem constantemente sobre a classe trabalhadora e influenciam-na. Ao focarmos no vínculo entre os papéis da literatura e possíveis questionamentos sobre a ideologia dominante nesse sentido, “a teoria materialista da história nega que a arte possa por si só mudar o curso da história, mas insiste em que ela pode constituir um elemento activo dessa mudança” (Eagleton, 1976, p.22)

Propõe-se, então, pensar aqui na literatura como um domínio com capacidade de ser um agente transformador e formador de opiniões devido a definição de Cândido dela sendo um instrumento intelectual e afetivo por onde se apresentam diversas manifestações sobre os valores que a sociedade proclama ou considera prejudicial. Seja de forma difusa a inconsciente, “a literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas” (Cândido, 2011, p.177).

Patrícia Galvão e Luisa Carnés encontraram nas suas formas de escrita esse lugar de utilizar a literatura como um espaço de destinação e de representação popular a combinar com a propagação de seus ideais políticos. Em sua autobiografia, Patrícia Galvão (2005, pp.111-112) afirma que não tinha confiança em seus dotes literários, mas considerava que sua vida era a sua vida política e mesmo após ter sido expulsa do Partido Comunista queria continuar a trabalhar para lutar contra a classe dominante, os intelectuais e os pequenos burgueses que faziam parte dessa estrutura. A ideia de escrever um livro revolucionário se concretiza em um romance de propaganda sobre as condições de exploração da classe trabalhadora ao perceber que nunca ninguém havia redigido uma obra literária nesse gênero, a surgir, assim, *Parque Industrial*. A publicação sob pseudônimo de Mara Lobo foi motivada por uma exigência do Partido Comunista de não querer que seu nome se sobressaísse ou fosse vinculado ao partido nesse momento. Pagu é considerada a primeira mulher a ser presa por motivação política no Brasil em decorrência da represália policial em uma greve de estivadores na cidade de Santos no ano de 1931, menos de dois anos antes da obra ser lançada.

Assim como também foi para Luisa Carnés que pensava a literatura como uma via de acesso para a compreensão da realidade ao utilizar a fantasia como mecanismo para a interpretação do cotidiano com o objetivo de produzir entretenimento que combinasse o lazer e a consciência do leitor com as necessidades culturais da classe trabalhadora de encontrar obras a disposição dos limites que poderiam pagar para consumir cultura (Olmedo, 2014a, pp.26-27).

O contexto literário em que ambas se depararam estava sob influência da cultura dominante, que não consideravam a inserção e/ou integração na mulher no âmbito da literatura: a discriminação de gênero atingia as escritoras na desmoralização que afeta a autoestima feminina, nas formas de se conectar com sua identidade, bem como no

possível afastamento de um protagonismo do meio literário. De acordo com Russ (2018, p.21), uma explicação para tal facto pode estar no sentido que os indivíduos não são responsáveis pelo contexto social onde estão inseridos e nem pela disponibilidade de recursos sociais que os atingem. Por isso, e por também não dispor de tempo livre, grande parte da cultura já é apresentada como algo dado e compatíveis com os costumes da cultura dominante de forma que se possa manter os privilégios de classe.

Dessa forma nos deparamos com o conceito de cânon que implica em um princípio de seleção e, conseqüentemente, de exclusão que não podem ser desvinculadas do poder. Na literatura, esse poder está no valor estético e na sua literalidade (Reis, 1992, p.71). Portanto, o cânone literário é um lugar que mostra a linguagem como um lugar hierárquico que cria mecanismos de poder, na medida em que articula e está articulado pelas significações das ideologias que estão a operar para garantir a manutenção da dominação social (Reis, 1992, p.67).

Esse viés social crítico ao cânone literário dispõe da consideração de que a seleção de obras canônicas são realizadas por diversas variáveis, principalmente aquelas relacionadas ao poder e ao gosto da classe dominante que emanam uma violência contra os escritores que não se adequam a esse controle institucional. A fazer com que o valor estético e a ideologia se tornem movimentos que contribuem para a exclusão e marginalização de autores e obras, principalmente aqueles que foram submetidos a censuras e/ou obrigados a se exilarem por influências políticas e culturais (Larraz, 2017, pp.49-50).

A marginalização da obra de Patrícia Galvão se constitui inicialmente pelo próprio cenário brasileiro da década de 1930 de haver uma preocupação, tanto política quanto artística, de redesenhar uma identidade nacional, o que não foi refletido em seu romance proletário. De acordo com Higa (2011, p.66), as características peculiares da obra contrária ao discurso hegemônico dessa tentativa de redescobrimto da identidade brasileira dessa década a partir de uma visão moderna explicam a sua negligência na historiografia literária brasileira. Além da própria condição de ser uma escritora mulher que escreveu sob uma vertente feminista classista, a sua literatura também foi marginalizada pela vanguarda político-partidária, pois mesmo que tenha sugerido um engajamento político através do próprio fazer artístico a apresentar um discurso a favor da luta de classes, a estrutura e a elaboração textual do romance apresentava um panorama

da vida burguesa na visão dos militantes do Partido Comunista e para os anarquistas que causavam descontentamentos.

Outros fatores para a sua marginalização estão relacionados com sua relação conjugal com o poeta Oswald de Andrade, onde foi alvo de críticas sociais e comportamentais visto que foi acusada de ter sido o motivo da separação dele com a pintora Tarsila do Amaral. Além do mais, a publicação de poemas e outras composições textuais foram publicadas sob pseudônimos o que dificultou por muitas décadas a identificação da autora. Cenário que se modificou na década de 1980 com a identificação de seus textos e da pesquisa de vida sobre a autora (Campos, 2014, pp.12-13). Ao constatarmos que *Parque Industrial* significa um tríplice silenciamento imposto às mulheres: personagens, romance e autora silenciados (Vieira, 2019, p.22). Apesar de que estudos acadêmicos com análises sobre o conteúdo de suas obras só tenham sido um pouco ampliados a partir do século XXI.

O caso da invisibilidade de Luisa Carnés na historiografia literária espanhola se enquadra nesse movimento de censura e exílio a desenvolver-se através de uma dupla motivação. A não reedição de suas obras no final do século XX, bem como de obras de outras autoras espanholas do mesmo período, decorreu devido ao pensamento de inferioridade da cultura feminina presente nas narrativas, principalmente nos assuntos que envolviam o contexto do trabalho em oficinas de costura. A somar-se com o seu exílio para o México que contribuiu para essa marginalização e também da literatura exilada assinada por mulheres (Olmedo, 2014a, p.290).

Podemos também ampliar esse questionamento sobre as possíveis motivações de invisibilidade de Luisa Carnés pela centralidade narrativa de denúncia no âmbito do trabalho quando Molina (2020, p.137) indaga sobre a existência da relação entre a exclusão de escritoras no cânone da narrativa social escrita durante o período franquista e o imaginário laboral tradicional dos moldes da classe dominante. As obras de algumas autoras abordam problemas relacionados com a precariedade do trabalho das mulheres nos setores de serviços e doméstico e com a iconografia do movimento de trabalhadores, portanto, essas imagens poderiam estar as margens do que se percebia por trabalho pelo próprio cânone.

Tendo em vista o elemento de representação como um dos pontos-chave para fundamentar o estudo sobre como Patrícia Galvão e Luisa Carnés foram negligenciadas

pelo cânone literário e invisibilizadas pelas historiografias literárias de seus países, podem ser consideradas representantes enquanto escritoras e produtoras de representatividade das diferentes vozes femininas constituintes da classe trabalhadora. Optamos por perceber representação como um constituinte questionador da relação entre poder e dominação por ser um “instrumento de um conhecimento mediador que faz ver um objeto ausente através da substituição por uma imagem capaz de o reconstituir em memória e de o figurar como ele é” (Chartier, 1990, p.10).

A crítica feminista na década de 1970 começou a apontar nas críticas literárias que os personagens femininos escritos por autores homens não condiziam com representações individualizadas de mulheres reais, mas de criações que representavam medo ou desejo da parte deles (Russ, 2018, p. 136). O impulsionamento de questionamentos baseados nas ideologias de gênero ganha força também nas representações culturais. Até porque o protótipo do papel social da mulher até o início do século XX, em Espanha, ainda se reduzia aos espaços domésticos e privados correlacionados com o casamento e a procriação dos princípios da burguesia. Culturalmente, o imaginário social na literatura sobre a mulher e a feminilidade foram construídos a partir do ponto de vista masculino. As figuras do imaginário sobre feminino também se sobressaíram no âmbito literário com o desenvolvimento das características de personagens femininas a partir de figuras como a de mulher fatal, de prostituta ou de menina virgem (García, 2016, p.201).

Bem como acontecia no Brasil, onde as modificações políticas e sociais do final do século XX com a abolição da escravatura até a década de 1920 influenciaram nas alterações das personagens femininas em obras literárias, mas que ainda pregavam valores burgueses e reforçavam preconceitos de gênero, classe e da questão racial. De anjos do lar as mulheres tornaram-se seres sexuais e sensuais e também foram estigmatizadas com o aparecimento de uma nova personagem: a mulher histérica. Esse novo tipo de personagem pretendia focar na salvação das mulheres pelos higienistas e a julgar a causa da histeria pela quebra do quadro familiar, seja pela orfandade, pela solteirice ou falta de um modelo feminino onde a cura permanecia no casamento e na aceitação das normas institucionais burguesas em relação à mulher (Telles, 2015, p.430).

1.3. Gênero e trabalho sob a perspectiva das vertentes feministas liberais e marxistas

Na pretensão de apresentar a inovação das autoras de incluir a temática da precariedade do trabalho da mulher na literatura de autoria feminina como forma de denúncia e identificação pessoal, pensamos no processo de transformação dos sentidos do próprio trabalho através do método do materialismo histórico onde se encontram ferramentas para a percepção de como as construções sociais instauram relações de dominação quando identificamos a história das sociedades como uma luta de classes (Marx & Engels, 1997). Essa ideia aparece como ponto de situação inicial para o reconhecimento da exploração da classe trabalhadora e da construção social sendo razão dos acúmulos de precariedade laboral feminina e da posição da mulher na sociedade.

De forma a iniciar essa análise, o trabalho não pode ser limitado a atividade laboral em si, mas no seu sentido relacionado à busca pela sobrevivência a partir da produção de elementos essenciais para todas as esferas da vida humana. Sendo assim, o trabalho em sua forma primitiva é um processo em que os indivíduos, por sua própria ação de forma idealizada e organizada, agem e modificam a natureza externa de modo a objetivar a adaptação da matéria-prima para as necessidades humanas em busca pela sobrevivência e da constituição do seu ser social (Marx, p.2013).

Esse sentido primitivo foi modificado pelo desenvolvimento dos modos de produção capitalista que reconfigurou a relação entre indivíduo e trabalho a partir da inversão da lógica sobre o “valor”, a tornar-se “uma lógica em que o valor de uso das coisas foi totalmente subordinado ao seu valor de troca” (Antunes, 2015, p.19). A venda da força de trabalho em troca de salário com a desvinculação da produção para o suprimento das necessidades humanas resultou na precarização da força de trabalho humana visto que passou a ser conduzida pela lógica dos parâmetros do capital e do sistema produtor de mercadorias (Antunes, 2015, p.28).

A subordinação da força de trabalho ao capital deu origem à vida própria para o resultado do trabalho, a perder o valor do carácter útil do objeto e dos diferentes processos que nele estão contidos e a transformar o trabalho em um meio de produção a partir dos interesses de quem possui a propriedade privada dos meios de produção. Mais adiante da forma como Marx analisou objetivamente a classe trabalhadora, também se pensou no

modo de combater esse cenário a partir da ação transformadora das coletividades humanas a partir da dupla dimensão da subjetividade coletiva:

De um lado, subjetividade é um termo associado à consciência de classe; por outro lado, não dissociado da primeira dimensão, a classe trabalhadora é um sujeito histórico social, um sujeito consciente que pode alterar os rumos da história por meio de sua práxis (Mattos, 2019, p.43)

Assume-se a necessidade de também trazer a conceituação de precariedade para englobar a situação de oportunidades e condições de trabalho em uma sociedade com modos de produção capitalista a ser analisada no terceiro capítulo do presente trabalho, sobre as construções das personagens protagonistas das obras literárias trabalhadas. Segundo Van der Linden (2014, p.11), a precariedade é um termo abrangente que engloba uma série de relações sobre o trabalho sendo associadas à incerteza e à obtenção de alguma garantia por súplica onde os trabalhadores não tem segurança, tanto a nível contratual como no ambiente de trabalho, nem controle sobre seu destino. A tornar-se um estado de instabilidade e de dependência das oportunidades e das relações de trabalho em busca de dignidade de vida.

Ao associar a precariedade à mercadorização da força de trabalho, Braga (2012, pp.17-19) compreende que a dependência na relação salarial para sobrevivência é um fator determinante para que parte da classe trabalhadora esteja sob essa condição constante a transitar entre altos níveis de exploração e medo pela exclusão socioeconômica. Desse modo, a classe trabalhadora está sujeita à subordinação a salários baixos, inadequação e insalubridade dos ambientes para o desenvolvimento do trabalho e assédios que podem comprometer a sua saúde física e mental que são necessários para uma dignidade laboral e de vida.

Diante dos efeitos da precariedade na vida do trabalhador, é importante pensar na diversidade e nas especificidades da classe trabalhadora posto que a depender de alguns fatores, como racismo, machismo e etarismo, podem contribuir para que problemas sociais sejam minimizados e persistam a todos os níveis da sociedade. Dessa forma, a classe trabalhadora, a partir de todas as suas derivações de lutas reivindicativas, pode ser considerada como sujeito da transformação social para perceber os passados dos modos de produção capitalista e conectá-lo com as condições da atualidade em que a efetivação

da precariedade deixou de ser apenas mais uma das condições de subordinação para ser tratada como norma social (Mattos, 2019, p.143).

Logo, as problematizações entre as relações de gênero e classe se incorporam ao ambiente laboral de precariedade dos modos de produção capitalista a partir da sobrevivência da ideologia patriarcal, que antecede o capitalismo, mas cuja permanência das hierarquias de gênero são conferidas a partir de novas configurações. Sendo elas a partir da incorporação de mulheres no mercado de trabalho assalariado em posições subalternas, a redução das mulheres aos trabalhos reprodutivos não remunerados – a envolver desde a reprodução biológica a afazeres da vida doméstica – e com remunerações mais baixas (Mattos, 2019, pp.60-62).

Portanto, a escolha de obras literárias de Patrícia Galvão e Luisa Carnés torna-se uma forma de resgate de um passado a partir de uma perspectiva de gênero, com narrativas que se aproximam da consciência de classe e das lutas anticapitalistas do início do século XX que permitem olhar para a periferia – tanto a nível das opressões de gênero e da classe trabalhadora como do protagonismo da precariedade da mulher trabalhadora na literatura de autoria feminina — como também de se fazer um exercício de reflexão nos avanços das lutas feministas e de que forma essas obras literárias podem contribuir para estratégias futuras nessas lutas que objetivam a emancipação da mulher.

Os feminismos, enquanto movimentos organizados, simbolizam a organização de mulheres que se opõem e lutam contra a situação de opressão, exclusão e subordinação feminina na sociedade e é caracterizado por um conjunto diversificado de movimentos reivindicativos cuja finalidade é de conseguir modificações, sejam elas jurídica, política, e/ou social para promoção de igualdade, de acesso a oportunidades e de direitos. Portanto, apesar de terem o ponto em comum a inferioridade das mulheres na sociedade em relação aos homens, o feminismo não é uma teoria única, ele se divide em vertentes que se diferem principalmente no que se percebe pela origem das opressões das mulheres, para que grupos essas reivindicações são destinadas e nos objetivos a serem alcançados onde cada vertente aponta um percurso para a emancipação feminina.

As obras *Parque Industrial*, de Patrícia Galvão, *Natacha* e *Tea Rooms: mujeres obreras*, de Luisa Carnés, trazem como alguns dos temas principais a luta por melhores condições de trabalho, a (in)consciência dos papéis sociais da mulher e as perspectivas de melhoria de vida e, conseqüentemente, a emancipação da classe trabalhadora que também

libertaria as mulheres a partir de narrativas com o protagonismo feminino. As fontes de inspiração que as autoras transmitem o descontentamento e denúncia social através de personagens femininas principais estão associadas às suas vivências, aos seus envolvimento partidários e com proximidades ao discurso de teorias marxistas onde as soluções para as desigualdades de gênero são apresentadas de forma que não poderiam ser contempladas com os formatos das relações da sociedade capitalista. A emancipação das mulheres necessitava de uma organização social conquistada através de uma mudança estrutural a partir da união dos trabalhadores com o desenvolvimento de uma revolução proletária.

Os temas das obras acima serão mais detalhados no terceiro capítulo e encontram-se incluídos nas obras a partir de referências relacionadas à Internacional Operária e com diálogos entre as personagens sobre consciência de classe e a importância da aderência e participação dos trabalhadores nas organizações e greves para superar a estrutura econômica capitalista e todos os seus desdobramentos sociais e políticos. Perspetiva que coincide com o encerramento do Manifesto do Partido Comunista (1848), escrito por Marx e Engels: “Trabalhadores de todo o mundo, uni-vos”.

Por causa dos temas de gênero e de classe expostas nas obras encontramos a necessidade de fazer o recorte analítico a partir da divergência entre duas vertentes feministas, as liberais e a marxistas, as quais mais se aproximam com as exposições das situações e dos diálogos entre personagens que as autoras escreveram nas narrativas. Ainda mais pelo facto de que uma das razões pelas quais se une e se justifica a escolha pelas três obras trabalhadas nesse estudo é a crítica aos feminismos liberais enquanto fundamentação para a emancipação das mulheres. De modo a perceber que essa vertente do feminismo com um discurso hegemónico não contempla as mulheres pertencentes à classe trabalhadora em suas reivindicações por recorrer a uma luta, desde a sua origem, pela igualdade formal de direitos onde, após a homologação de reformas políticas e jurídicas, todos os indivíduos deveriam ser tratados de forma idêntica perante às leis sem qualquer consideração quanto às desigualdades e ao enfrentamento efetivo do enraizamento social delas.

Tendo em vista que os feminismos liberais objetivam inserir as mulheres nos espaços públicos que lhe foram negados a partir de vias institucionais e ao mesmo tempo valorizar a liberdade de escolha delas, a representatividade política através do direito de

votar e de ser votada seria uma das formas de protagonizar essas reformas políticas e jurídicas dentro de ideias hegemônicas. Algumas de suas vozes representantes mais influentes são Mary Wollstonecraft (1759-1797), autora da *Reivindicação dos Direitos das Mulheres* (1792) e defensora da igualdade de acesso à educação formal para as mulheres e Betty Friedan (1921-2006), autora de *A Mística Feminina* (1963), com o princípio de que o imaginário social construído e imposto à mulher a impediria de desenvolver a sua liberdade de escolha.

Em decorrência das técnicas de escrita e do posicionamento político dos temas mencionados inovadores para a época de Patrícia Galvão e Luisa Carnés de denunciar socialmente a partir de seus escritos essa condição de subalternidade e de reivindicações direcionadas a grande parte das trabalhadoras que já faziam parte da esfera pública e enfrentavam a precariedade em diversos níveis. Dar-se-á uma maior dedicação aos feminismos marxistas pois possuem como foco a coligação entre gênero e luta de classes e desenvolve a luta das mulheres através de uma percepção materialista histórica a considerar a desigualdade de gênero como uma construção histórico-social fundamentada na organização da sociedade de acordo com a sua atividade econômica. A partir dessa perspectiva percebe-se que após o implemento das formas de organização econômica, política e social do capitalismo, naturalizar a condição de inferioridade da mulher foi oportuno para ampliar ainda mais as formas de opressão e de exploração delas.

De acordo com Bezerra (2020, pp.52-53) os feminismos de base marxista vão além das organizações dos partidos ligados à essa ideologia, ele faz parte de um conjunto de processos que estão ligados a organização das mulheres da classe trabalhador que formulam políticas e estratégias de organização e luta. Considerado como um leito histórico ou um campo político que constrói características a partir de cada contexto onde estão sendo travadas as lutas pela emancipação do capitalismo. Os elementos fundamentais para a sua caracterização estão relacionados a leitura da realidade a partir de uma perspectiva de gênero com a indissociabilidade da luta de classes com o fim da opressão das mulheres e também com a necessidade da construção de um movimento massivo e internacional que não seja limitado a conquistas pontuais, mas por uma luta emancipatória para todo o mundo.

Uma das figuras importantes da história da organização das mulheres operárias é a militante alemã Clara Zetkin (1857-1933), dirigente do Movimento Comunista Alemão

e participante ativa da luta do movimento operário alemão e internacional contra os salários baixos e as longas jornadas de trabalho. Zetkin integrou em seus escritos e ações a matriz político-ideológica sob influência dos escritos de Marx, Engels e Lênine para refletir não só sobre a classe trabalhadora, mas principalmente sobre a situação da mulher dentro do contexto do capitalismo, a indicar a revolução socialista como solução para a emancipação feminina na sociedade. Ao lado de Rosa Luxemburgo editava o jornal *A Igualdade* (1902-1917) usado como um instrumento de educação popular sobre as condições precárias de trabalho e juntas também fundaram a Internacional Socialista das Mulheres.

Como crítica ao feminismo liberal, Zetkin (2007, p.103) declarou que os movimentos feministas de origem burguesa se opunham a mudanças estruturais no caráter social, posto que na prática as exigências em suas reivindicações pautavam-se em reformas da própria ordem capitalista onde os benefícios atingiriam apenas as mulheres da classe dominante ao passo que as mulheres da classe trabalhadora continuariam expostas à exploração e à violação da sua condição humana, dos seus direitos e interesses. O carácter das reivindicações até as primeiras décadas do século XX, com a evolução da chamada primeira onda ou geração do feminismo, estava subordinado com os princípios do liberalismo onde se defendia direitos à participação na política e no ambiente público, o direito ao acesso à educação e ao trabalho e a independência económica da mulher.

A partir disso, a crítica dos feminismos marxistas aos liberais foi construída a partir da observação das sociedades pré-capitalistas onde a mulher participava ativamente do sistema produtivo, pois o seu trabalho se desenvolvia no seio da unidade familiar. Mesmo assim não se deve falar em um tempo de independência financeira feminina por ser uma noção individualista que justamente nasceu com o desenvolvimento do capitalismo. Assim como também não se contemplava uma igualdade social e política ao homem, mas a mulher ainda sim desempenhava um relevante papel económico. A produtividade baixa do trabalho em países que não foram submetidos a escravidão não compreendia a exclusão de mulheres e nem de outros grupos do sistema produtivo sob forma de discriminação, por isso, a instauração do capitalismo ao assumir um novo modo de produção com a intensificação de trabalho também inaugurou um período que se estende até os dias atuais onde se torna favorável a marginalização de algumas categorias da população do sistema económico produtivo através da construção de discursos

discriminatórios, sendo um deles o sexo como fonte de inferiorização da mulher nesse âmbito (Saffioti, 1976, pp. 34-35).

Ao contrário do que acontecia nos períodos em que estava incluída como uma das provedoras económicas da unidade familiar, nos moldes da sociedade capitalista foi atribuído à mulher o dever de ser responsável e dependente do ambiente familiar por um período muito maior do que o homem e é compreensível que o despertar de consciência de individualidade feminina na qualidade de ser humano e a desvinculação da relação mulher-homem enquanto destruição do elemento feminino também tenham ocorrido com mais atraso. A organização das mulheres, mesmo que em diferentes vertentes do feminismo, não tem por objetivo constituir a relação mulher-homem onde todos os passos e conquistas sejam feitos da mesma forma, mas a luta pela liberdade tem por finalidade a garantia do desenvolvimento feminino enquanto um ser humano completo (Zetkin, 2007, p.143).

De forma a esclarecer essa afirmação é possível observar a diferença entre os feminismos liberais e marxistas para a mesma questão no campo do trabalho. Segundo Zektin (2007, p.144), as reivindicações das lutas feministas passam, por um lado, pela liberdade de formação e livre exercício de uma profissão e por outro, com uma total igualdade de direitos na área política. As mulheres proletárias são impedidas de ser um ser humano livre nos dois âmbitos devido a dominação, exploração e inferiorização social causadas pela classe dominante na sociedade capitalista, por isso a sua luta deve desenrolar-se em uma luta de classes contra essa ordem social que as obriga estarem em determinadas situações como forma de sobrevivência. De modo contrário, a mulher pertencente à burguesia luta contra privilégios sociais e a posição social dominante do homem a partir de uma igualdade de direitos, uma vez que é somente esse tipo de inferiorização social que a impede de alcançar a sua liberdade definitiva, pois já possuem alguma liberdade económica a partir de posse de propriedade e já ganhou certa consciência de que o sentido da vida pode ir além do espaço doméstico-familiar.

É evidente que a mulher pertencente à classe trabalhadora também necessita da igualdade de direitos, mas a sua individualidade e a sua liberdade de escolha não serão conquistadas com os obstáculos da dominação e da exploração da classe dominante, do sistema jurídico e de outros fatores que constituam e conservem valores de uma sociedade regida sob valores capitalistas e patriarcais. A classe trabalhadora não faz escolhas nesse

cenário de submissão e exploração, as alternativas estão muitas vezes vinculadas a questão financeira que gera a dependência econômica, por isso não há espaço para se pensar no sentido da vida. Na verdade, a vida torna-se um esquivar-se dos salários baixos e encontrar formas de sobrevivência.

Para o entendimento da luta reivindicativa das mulheres nos estudos teóricos marxistas é necessário ter como ponto de partida a ideia de que a liberdade está diretamente relacionada com a independência econômica do ser humano e a uma organização social totalmente diferente da qual se vivencia nos moldes capitalistas. Por isso que em casos de mudanças ocorridas dentro desse cenário seriam apenas reformas contidas nos limites sociais e políticos construídos e impostos pela organização capitalista que beneficiaria apenas a uma parcela pequena da população. Consequentemente, a questão da emancipação da mulher não pode ser uma questão isolada, deve fazer parte do conjunto de reivindicações da luta de classes e dos problemas sociais que são desenvolvidos e perpetuados pelo sistema capitalista (Zetkin, 2007, p.102).

De modo a pensar nos sentidos do trabalho, os indivíduos só constituem o seu ser social a partir da mediação entre eles e a natureza, onde o trabalho se torna um elemento fundamental, pois é a partir da sua ação de modificar a natureza externa que se consegue suprir as necessidades humanas (Marx, 2013, p.167). Diante disso, além da inferiorização da mulher com diferenças baseadas no sexo, a inferiorização social também é aproveitada nesse momento para a marginalização do trabalho feminino já no processo de assalariamento. O capital ao favorecer a imposição do trabalho doméstico às mulheres como uma aspiração e fruto da natureza feminina não o reconhece como um trabalho, mas sim como um ato de amor a implicar na sua não remuneração.

Segundo Federici (2019, pp.44-45), a negação de um salário para tal ocupação contribuiu para um processo de disciplina do homem perceber a mulher como uma dependente do seu trabalho e do seu salário, a reduzir o papel dela tão somente como uma serva física, emocional e sexual nos seus afazeres de esposa e dona de casa, de forma que a naturalização e a sexualização permitem que o valor de uso do trabalho doméstico feminino, sendo a capacidade de satisfazer as necessidades humanas, seja direcionado aos interesses do homem e nas formas de manutenção desse poder.

Para a mulher, ter um emprego significa, embora isso nem sempre se eleve a nível de consciência, muito mais do que perceber um salário. Ter um emprego significa participar da vida comum, ser capaz de construí-la, sair da natureza para fazer a cultura, sentir-se menos insegura na vida. Uma atividade ocupacional constitui, portanto, uma fonte de equilíbrio. Todavia, o equilíbrio da mulher não pode ser pensado exclusivamente como o resultado do exercício de uma atividade ocupacional. Seu papel na família é a contrapartida necessária de suas funções profissionais, nas sociedades capitalistas. Sua força de trabalho ora se põe no mercado como mercadoria a ser trocada, ora se põe no lar enquanto mero valor de uso que, no entanto, guarda uma conexão com a determinação enquanto mercadoria da força de trabalho do chefe de família (Saffioti, 1976, p.58).

Para além das questões económicas, as soluções para a emancipação da mulher nas teorias marxistas estariam de acordo também com questões sociais, sendo elas: a necessidade de uma conjugação harmoniosa entre maternidade e o exercício da profissão; o reconhecimento do trabalho doméstico não-remunerado de forma a ser estabelecido um compartilhamento das tarefas domésticas a ponto de que tal justificativa levasse a equiparação salarial com “trabalho igual, salário igual” e que ao mesmo tempo não diminuísse o salário em prol de ter retorno necessário à sobrevivência; políticas para que torne desnecessária a prostituição e por fim à discriminação das mulheres que estejam obrigadas nessa prática, visto que é um trabalho que pode obrigar a uma mulher a estar nessa condição para sair da miséria; e mais, a completa igualdade de direitos na prática e através das leis redigidas após a superação do capitalismo (Zetkin, 2007, p. 105).

A mulher da classe trabalhadora, dentro da lógica da exploração capitalista, foi colocada como a solução para o preenchimento da venda de força de trabalho barata que passou a integrar a vida económica familiar e ajudar na construção da vida do marido, mas não foi possibilitada de desenvolver a sua própria individualidade uma vez que ainda continuava como responsável de ter como prioridade de vida o seu papel de esposa e mãe. Esse facto justifica o porquê a luta pela libertação da mulher proletária não pode ser semelhante à luta defendida pelas pautas de reivindicações das mulheres burguesas, a luta pela emancipação da mulher deve ser uma luta conjunta com os homens para a derrocada de toda e qualquer estrutura capitalista da sociedade (Zetkin, 2007, p. 132).

Outro ponto em que as vertentes feministas se contrapõem é a diferença em como a participação pública e o sentido de vida da mulher se apresenta de acordo com a situação de classe a qual ela se encontra na sociedade. A mulher da burguesia pode desenvolver livremente a sua individualidade mesmo ainda a ser dependente do companheiro quando

se trata em questões do seu papel como esposa, visto que o casamento está baseado no dinheiro e não na moral sentimental. Portanto, a luta dessas mulheres pauta-se na remoção de todas as diferenças sociais que se baseiam em posse de propriedade para que elas possam usufruir da sua propriedade de forma livre e independente. Inclusive, pela dividirem os seus deveres de mãe, dona de casa e esposa com empregados, pretendem viver de forma livre para que esse papel delas não seja mais dividido nem entre a sua escolha entre o espaço público/privado e nem a partir da hipótese da divisão familiar de tarefas, apenas conduzir esse trabalho a outros trabalhadores (Zetkin, 2007, p. 129).

Na camada social da pequena e média burguesia a propriedade já não se torna mais a causa para buscar uma luta para a emancipação das mulheres. Como os modos de produção capitalista necessitam de também mais força de trabalho intelectual, tal motivo foi importante para o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho a partir da ampliação da sua presença nos espaços públicos e na escolarização, com a consequência da diminuição de casamentos ou até mesmo de postergamento da idade limite para casar. Com isso, Zetkin, (2007, p.130) diz que a própria exploração capitalista da força de trabalho provoca a situação de miséria e fome ao não transferir dignidade laboral e de vida a partir de salários baixos, a solução para sanar essa condição precária de vida das mulheres e a ajudar a cumprir as exigências sexuais do homem que não sente mais a pressão de casar, surge um incentivo a uma maior oferta de prostituição. Tema que será abordado na análise das obras *Parque Industrial*, de Patrícia Galvão e *Natacha*, de Luisa Carnés.

Por isso, o que as mulheres inseridas nessa camada social procuram ainda se trata de uma igualdade económica, fator que as diferem das mulheres da elite que já possuem isso. As suas exigências, portanto, se esbarram no medo da concorrência por parte dos homens visto que se pautam na “igual formação profissional e a exigência de igualdade na atividade profissional para ambos os sexos. Em termos económicos, isto não é mais do que a realização do livre acesso a todos os empregos e a competição sem obstáculos entre mulheres e homens” (Zetkin, 2007, p.131).

Em vista disso, o terceiro capítulo do presente estudo com a descrição de temas em comum na conciliação entre relações capitalistas, gênero e luta de classe presentes para a análise das obras de Patrícia Galvão e Luisa Carnés com toda a ambientação da narrativa de precariedade laboral, pobreza, as exclusões sociais das mulheres devem ser

combinadas com as reivindicações feministas a partir de um viés com recorte de classe e anticapitalista, até porque como afirma Federici (2019):

Deve ficar claro, no entanto, que quando lutamos por um salário, não lutamos para entrar na lógica das relações capitalistas, porque nós nunca estivemos fora delas. Nós lutamos para destruir o papel que o capitalismo outorgou as mulheres, que é um momento essencial da divisão do trabalho e do poder social dentro da classe trabalhadora, por meio do qual o capital tem sido capaz de manter sua hegemonia (p.47).

A luta pela emancipação da mulher não se desenvolve contra o homem da sua classe para derrubar as barreiras da livre concorrência, mas sim da necessidade de lutar com eles contra a exploração, os salários baixos e a intensificação dos modos de produção capitalista que os colocam em situação de precariedade e dependência econômica ao sistema para sobreviver com migalhas. Nesse sentido, a mulher trabalhadora até já podia ter conseguido a independência econômica em relação ao homem, mas a nível da produção capitalista não tinha a menor possibilidade de desenvolver a sua individualidade e ter alternativas concretas pela relação de mercantilização da vida em troca da busca pela dignidade. Inclusive essas alternativas podiam ser harmonizadas com os seus direitos de serem esposas e mães (Zetkin, 1896). A luta feminista anticapitalista representa um instrumento para um fim, a conquista do poder político pela classe trabalhadora. A emancipação feminina se vincula à liberdade econômica em relação ao homem, mas também que possibilite as mulheres a terem acesso a escolhas a partir de alternativas concretas principalmente com a eliminação da divisão sexual do trabalho, ou seja, do domínio de servidão do homem e do capital.

Percebe-se que o resgate de obras literárias da década de 1930 que já apresentavam denúncias e críticas sociais sobre esses temas torna-se elemento principal para demonstrar a capacidade de representação social da literatura em sua transtemporalidade, mas também como um espaço político. O elemento revolucionário de Patrícia Galvão e Luisa Carnés se manifesta pelas narrativas com representações da precariedade nos âmbitos de classe e gênero, no interesse de analisar a condição humana ao conferir o protagonismo para a realidade de mulheres trabalhadoras com desdobramentos de situações de precariedade laboral e de vida e na manutenção de atos que as conduzem para um cenário de incertezas, busca por uma dignidade inalcançável e frustração ainda existentes nos dias

atuais, principalmente no que se refere à esfera das discussões sobre a emancipação feminina na sociedade.

Para dar prosseguimento e um maior aprofundamento da análise das obras selecionadas para esse estudo, o próximo capítulo se constituirá das contextualizações históricas do Brasil e de Espanha nas primeiras décadas do século XX de forma a se perceber em qual contexto as autoras viveram e retiraram as fontes para escreverem as narrativas.

CAPÍTULO II

Contextualização histórica do Brasil e de Espanha nas primeiras décadas do século XX

Em uma análise de conjuntura a nível mundial as primeiras décadas do século XX foram anos conturbados de transformações a diversos níveis, muito por causa da influência da Primeira Guerra Mundial que modificou relações e cenários de diversos países sendo eles diretamente ou indiretamente ligados aos motivos que fomentaram a participação ativa na guerra. Com isso, seja pela influência de divergências económicas e/ou políticas, as dimensões da inquietação social a serem observadas no presente estudo estão representadas sob as formas de greves e reivindicações para melhores condições de trabalho devido a influência da Internacional Operária nos movimentos de trabalhadores e também pela busca de maior participação pública e discussões acerca da emancipação feminina que se divide através de diferentes posições ideológicas.

Nesse contexto, Brasil e Espanha vivenciaram a experiência do processo de modernização de forma periférica e com elementos ligados à precariedade, tanto a nível laboral quanto à temática do gênero, se comparado a outros países nos anos XX. E, ainda que a análise possa ser feita de forma diferente pelo facto de um ter sido um país colonizado e outro colonizador, ambos os países demonstram elementos em comum em relação ao objeto do presente trabalho que está centrado nos sujeitos pertencentes ao que percebemos atualmente como classe trabalhadora¹.

É importante mencionar que antes do implemento do capitalismo, a história das sociedades com todas as suas modificações, de acordo com Marx e Engels (1997, p.40), pode ser vista como uma luta de classes no momento em que se baseia em relações de divisões hierárquicas a considerar os antagonismos das posições sociais de acordo com o

¹ O referido conceito de classe trabalhadora está presente no Manifesto Comunista, escrito por Marx e Engels, em 1848, a ser definido como todo indivíduo que vende a sua força de trabalho em troca de salário. Atualmente um dos académicos que amplia os integrantes da classe de acordo com as modificações dos modos de produção e das relações laborais das últimas décadas do século XXI, a considerar a inclusão dos desempregados e dos prestadores de serviços, é o sociólogo Ricardo Antunes. Ver Antunes, R. (2009). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho* (2ª Ed.). São Paulo: Boitempo Editorial.

poder político e económico. O que nas relações do colonialismo estava dividido entre os membros das monarquias que detinham o poder político e económico e os indivíduos livres e escravizados.

Posto isso, assim como os indivíduos livres e os escravizados no período de colonização, a classe trabalhadora pertence à camada da sociedade capitalista que vende a sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário ou em troca de outras formas de sobrevivência, como moradia, alimentação, entre outros. Estes grupos de indivíduos, em cada marco temporal, não tiveram e continuam a não ter acesso ao poder político e económico, de forma a se subordinarem às imposições e aos interesses de quem pertence à classe dominante a qual possui controle dos meios de produção.

Dessa forma, desde a época da colonização no continente americano, estando em um país colonizado ou colonizador, os trabalhadores que não pertenciam às classes dominantes no Brasil e em Espanha vivenciaram as consequências de estarem em uma posição de vulnerabilidade, precariedade e de exclusões sociais que a seguir vão ser constatados na ambientação das obras literárias de Patrícia Galvão e Luísa Carnés escolhidas como foco central desse estudo.

2.1. Brasil

A crise do regime imperial no Brasil no final do século XIX desencadeou em mobilizações populares inspiradas no abolicionismo que contribuíram para a oficialização da abolição da escravatura em 1888 e, logo em seguida, um golpe militar de Estado com pouca força política transformou o país em um Regime Republicano em 1889. O período chamado de Primeira República durou até 1930 e foi marcado por instabilidades devido a rapidez de profundas transformações políticas, económicas e sociais vindas da transição do modo de produção do sistema escravocrata para o sistema capitalista com o uso de práticas oligárquicas

Devido à dimensão continental do Brasil, a expansão territorial brasileira foi sendo povoada durante os séculos de acordo com os interesses locais e com as atividades económicas desenvolvidas de cada região, como a plantação de cana-de-açúcar na região Nordeste, a extração de especiarias da floresta Amazónica no Norte, a pecuária no Sul e a extração mineradora que originou a maior concentração populacional no Sudeste. A

análise dessa complexa e vasta estrutura económica será delimitada na transição dos modos de produção da região Sudeste que também foi somada às mudanças no âmbito laboral que já vinham sendo adotadas desde a metade do século XIX com a imigração como forma de substituição da força de trabalho dos escravos, com o crescimento da industrialização e da modernização das cidades e com o início da feminização do trabalho da burguesia. A delimitação do objeto do estudo centrar-se-á somente no estado de São Paulo visto que a narrativa da obra de Patrícia Galvão, *Parque Industrial* se passa nessa cidade.

2.1.1 O crescimento da industrialização brasileira

A industrialização instaurada na sociedade brasileira por volta de 1850 cresceu nesse período em um ritmo muito lento e a sua estagnação por até quase meio século depois pode ser associada ao facto de estar em evidência um regime escravocrata, baseado na economia agrícola com pouca extensão urbana até então desnecessária para a consolidação dos moldes do desenvolvimento industrial. A política e a concentração fundiária em poucas mãos representavam a principal causa de estagnação econômica, intelectual e política do Brasil (Fernandes, 2013, pp.74-75).

Justamente por essa herança de muitos séculos de colonização, tanto de povoamento como de exploração, o vasto recebimento de imigrantes colaborou para a influência europeia no Brasil em múltiplos setores da sociedade. Sejam eles refletidos nos costumes sociais e culturais ou nos aspetos de organização e ideais políticos, tal influência se tornou importante também para reestruturações na economia brasileira, apesar de que as relações laborais continuavam na prática sobre a mesma estrutura. A título de exemplo, o estado de São Paulo era um dos principais polos agricultores com uma alta demanda de exportação cafeeira nas primeiras décadas do século XX, mas os trabalhadores rurais pagavam com o seu trabalho o direito de habitação nas terras em que desenvolviam o seu trabalho, de forma que “aboliu-se a escravidão em 1888, e assim se inauguraram as formas combinadas de servidão feudal e trabalho assalariado” (Galeano, 2019, p.135).

Nesse sentido, segundo Fernandes (2013, p.82), o Brasil teve um processo abrupto de adaptação ao mundo moderno, diferentemente dos países europeus que primeiro perceberam intelectualmente a invenção, o processo das novas relações e o

funcionamento das máquinas. Na primeira década do século XX a industrialização brasileira cresceu rapidamente com a ideia de que a expansão industrial em São Paulo traria o caminho seguro para o progresso e a civilização do país, ideia que agradou tanto à camada da classe mais dominante quanto a uma parte da classe trabalhadora. Contudo, a população brasileira que habitava a região do Sudeste do país teve pouco tempo para se adaptar a novas situações, a passar rapidamente do período de carroças e lamparinas para automóveis e eletricidade.

A importação da organização social moderna estrangeira não acompanhou o ritmo de mudança da natureza humana dos que ali habitavam, de forma que no âmbito das indústrias afetou os modos de como eles lidavam com o trabalho. Qualquer processo de mudança sociocultural pode provocar tensões e conflitos sociais que se ajustam quando esse processo é feito de forma linear. O Brasil ao realizar essa forma abrupta de introdução às máquinas juntamente com a falta de experiências socializadoras prévias que pudessem perceber esse processo, fez com que o operário brasileiro, que ainda estava no processamento da transição do trabalho escravo e do trabalho livre, sofresse ainda mais o afastamento de identificação com os valores que lhe foram impostos e, conseqüentemente, poderia se sentir representado como uma espécie de inimigo da ordem pública e do progresso social. A mente, a cultura e a sociedade ainda estavam organizados nos modelos pré-industriais, o que contribuiu para que a ideologia dominante pudesse alienar trabalhadores, além de também contribuir para o desenvolvimento de traumas biológicos, psíquicos e socioculturais aos indivíduos (Fernandes, 2013, pp.85-86).

Essas relações laborais, além de colaborarem para o crescimento do poder das classes dominantes, sofreram mais modificações devido a motivações decorrentes da Primeira Guerra Mundial com a diminuição da exportação de café e outras matérias-primas para Europa e para os Estados Unidos. Tal facto resultou em um acelerado processo de modernização e desenvolvimento industrial no Brasil, com um aumento de 83,3% de trabalhadores fabris em apenas treze anos (Rago, 2015, p.582). Assim, o avanço do capitalismo industrial brasileiro também trouxe consigo a continuação da centralização da propriedade e dos meios de produção em poucas mãos, além da exposição da classe trabalhadora a relações laborais com novos tipos de explorações e más condições de trabalho.

2.1.2 Feminização do mercado de trabalho

Outro fator a ser observado é o das relações de trabalho e o envolvimento das mulheres dentro delas, que também foram vivenciados de diferentes formas no desenvolvimento de cada região do país as quais variavam de acordo com a sua posição na sociedade. De acordo com Weinstein (1995, pp.145-146), as mulheres da classe trabalhadora além de estarem expostas a preconceitos e a não aceitação social, integravam o mercado de trabalho com o objetivo de garantir a sua sobrevivência e como forma de complementar a renda mensal familiar devido aos baixos salários dos homens que também sofriam com constantes demissões e/ou doenças ocupacionais.

Além da divisão sexual do trabalho no âmbito familiar vivenciada por mulheres de todas as classes, as mulheres da classe trabalhadora também enfrentavam uma vulnerabilidade condicionada por ambientes hostis de trabalho, sujeitas ao assédio sexual dos patrões e a salários explicitamente inferiores aos dos homens. Inclusive, no sentido da diferenciação quanto à tarefas e responsabilidades no ambiente operário, Calil (2000, p. 27) destaca que na maioria das vezes os cargos ocupados por mulheres eram de menor mecanização (como nas indústrias têxteis) e com pior remuneração. Além do facto de que também havia uma prática comum entre os donos dos meios de produção pela contratação de trabalhadoras que pudessem realizar o trabalho em suas próprias casas, assim, eles evitavam o pagamento de alguns impostos e exploravam a força de trabalho de forma que houvesse menor probabilidade de resistências por parte das trabalhadoras.

Essa alternativa de tratamento entre patrões e trabalhadores foi uma das respostas à resistência operária que no início do século XX já contestava o modelo de organização das fábricas com greves e sabotagens. A existência de grupos de trabalhadores que se reuniam em associações e sociedades de resistência de diferentes ramos de atividades contribuíam para a expansão da consciência de que eles podiam constituir uma ameaça aos donos dos meios de produção, inclusive com a produção de jornais como o *A Terra Livre*, em São Paulo, para disseminar ideais e campanhas de solidariedade operária internacional (Rago, 1985, pp. 31-32).

Havia muitos obstáculos além de exemplos de diferenças salariais e assédios a serem enfrentados para o ingresso das mulheres em áreas definidas pelos próprios homens como “naturalmente masculinas”. A presença de trabalhadoras não pode ser interpretada

como uma forma de substituição progressiva dos homens no mercado de trabalho fabril, pelo contrário: a medida em que a industrialização avançava elas foram sendo expulsas das fábricas, destinadas às tarefas de menor especialização e a locais com pouca fiscalização, além das condições laborais precárias vivenciadas por todos os operários que dificultavam o exercício do seu trabalho, como lugares mal iluminados, mal ventilados e sujos (Rago, 2015, p. 581; Calil, 2000, p. 28).

Enquanto isso, para a burguesia, entre o período da colonização e a segunda metade do século XIX, o desprezo social pela figura da mulher era refletido no compromisso da sua dedicação às atividades do espaço privado e na sua subordinação e dependência a uma figura masculina que aplicava métodos de dominação para manter essa hierarquia na relação, como é o caso da manutenção do analfabetismo feminino. No contexto da classe dominante, as mulheres burguesas ao estarem condicionadas aos estereótipos de analfabetas e ignorantes não podiam ser consideradas dignas da participação de uma vida pública. De forma que para que continuassem a ficar confinadas no espaço privado também não tinham direito a receber educação (Calil, 2000, p. 18).

Consequentemente, o trabalho fora do núcleo domiciliar representava uma afronta aos princípios burgueses e, mesmo com o cenário a se modificar aos poucos nas décadas posteriores, havia o receio pela destruição da entidade familiar, as mulheres poderiam perder o interesse pelo casamento e pela maternidade e deixarem de ser mães e esposas dedicadas. No entanto, já havia uma certa consciência de que elas poderiam começar a trabalhar fora de casa em determinadas profissões, mas com ideias elaboradas através das consequências do rápido processo de modernização das cidades pela influência europeia de novas formas de interação social e pela manutenção do estilo de vida burguês que estava a ser afetado pela inflação e suas maiores exigências financeiras (Rago, 2015, pp.585-587).

Por outro lado, as necessidades financeiras e o pertencimento à classe trabalhadora não eram motivos para que esse ideal feminino burguês, com exigências morais de serem vigilantes do lar também atribuído às mulheres pobres trabalhadoras, caso contrário representariam o perigo da prostituição e da perda masculina. Até mesmo dentro do movimento operário os obstáculos de sua participação em espaços de dominação masculina, bem como as suas reivindicações por melhores condições de trabalho eram percebidas através da voz masculina e da sua condição de subordinação aos líderes, a

participarem desses espaços como filhas, mães ou esposas em reuniões (Rago, 1985, p.63).

A influência europeia também aparece no recorte de classe a partir do ponto histórico em que se inicia uma outra perspectiva da feminização do mercado de trabalho. Em meados do século XIX o hábito pela leitura, a abertura política para o começo de discussões sobre a sua condição social, a participação feminina nos movimentos sindicais e nos movimentos abolicionistas e o surgimento de uma imprensa feminina com discussões de ideias e atividades significou uma nova configuração social para as mulheres burguesas que passou a modificar as relações e o significado do papel da mulher dessa categoria social. Com essas práticas elas também se tornavam responsáveis pela educação dos filhos dentro do espaço familiar e mesmo inseridas em uma ideologia hegemônica burguesa, o interesse pela educação, as primeiras escritas e publicações começavam a surgir (Telles, 2015, pp.402-403; Teles, 1999, p.29).

Outra mudança na estrutura social brasileira pode ser percebida a partir das primeiras seleções para as instituições de formação de professores em 1827 que já expressavam a designação “mestra” no seu edital, apesar de que em seguida houve a solicitação da dispensa delas no dia dos exames. Posteriormente, as chamadas Escolas Normais, consolidadas no Brasil em 1870, mudaram esse cenário visto que marcou a constituição da entrada das mulheres no ensino público. Assim, a inserção da mulher das classes dominantes no mercado de trabalho intelectual teve como um dos seus primeiros passos a feminização da profissão docente (Tanuri, 2000, p.61).

Entretanto, a ideia da escolaridade formal para as mulheres não foi aplicada para igualar o conhecimento ao dos homens, inicialmente foi implementada para contribuir no âmbito do cumprimento de suas funções domésticas. Através da educação buscavam o aprimoramento de técnicas e comportamentos para serem melhores mães e companheiras para os seus maridos, o que aumentaria o seu valor no mercado matrimonial e a manutenção da sua moralidade na sociedade (Hahner, 2013, p.27).

Nas décadas finais do século XIX, as Escolas Normais permitiram progressivamente a entrada de mulheres com a ideia que começava a ser defendida por parte dos políticos de que o papel de mãe poderia ser estendido com atividades educadoras em casa. Por um lado, o magistério era uma profissão que permitia a conciliação com as funções domésticas destinadas às mulheres e, por outro, poderia solucionar o problema

da necessidade de força de trabalho para a escola primária que era pouco procurada pelos homens por conta da remuneração mais baixa (Tanuri, 2000, p. 66).

O fenómeno de modificação do cotidiano da burguesia com a maior escolarização feminina e com o maior acesso das mulheres ao espaço público foi acompanhado com o crescente interesse por maior participação ativa na sociedade a partir de discussões sobre quais espaços poderiam ser conquistados. Assim, os primeiros movimentos reivindicatórios pelas mulheres burguesas estavam pautados na participação política com o direito ao voto e no direito a educação igualitária a dos homens.

No mesmo período, com a intensificação industrial nos primeiros anos do século XX, os primeiros movimentos de categorias de trabalhadores também formulavam reivindicações laborais, como ter menos horas de trabalho diário ou semanal a partir de uma jornada de trabalho fixa, repouso semanal, férias anuais, assistência médica para acidentes de trabalho e melhores condições a nível do ambiente do trabalho. Mas, assim como nas pautas reivindicativas das mulheres burguesas, aquelas que pertenciam à classe trabalhadora também estavam excluídas no âmbito dos protestos dos movimentos dos trabalhadores que se limitavam ao trabalho do homem (Giulani, 2015, p. 641).

Desse modo, como o objeto das reivindicações, em sua maioria, se reduzia ao trabalho do homem, as condições de trabalho da mulher eram invisibilizadas juntamente com o facto de as trabalhadoras não serem consideradas parte da população economicamente ativa, socialmente seu papel se reduzia a manutenção do equilíbrio doméstico familiar (Giuliani, 2015, p.641). Inclusive, apesar de serem maioria dentro das manufaturas têxteis, uma parte masculina de políticos, educadores, jornalistas e dirigentes sindicais reformistas protestavam contra a feminização do trabalho com a sustentação de que tal prática significava o abandono do lar e da criação dos filhos (Weisntein, 1995, p. 146).

À vista disso, a ausência de uma legislação laboral que pudesse proteger as mulheres da classe trabalhadora das péssimas condições de trabalho, dos salários mais baixos e do assédio sexual as sujeitavam ainda mais à precariedade laboral e a estigmas sociais. Na medida em que o espaço público e o mercado de trabalho avançavam na permissão para uma maior circulação feminina a todos os níveis para a burguesia, as trabalhadoras dos setores considerados mais pobres eram classificadas como ignorantes e incapazes. Havia uma associação do trabalho braçal à incapacidade pessoal de

desenvolvimento de habilidades a fazer com que várias profissões como costureira, operária, lavadeira, entre outras, fossem estigmatizadas à imagem de perdição moral e de prostituição (Rago, 2015, p.584).

Apesar desse cenário de exclusão da proteção à dignidade das mulheres no mercado de trabalho brasileiro em grande parte dos movimentos, a luta de classes já existia como um dos ideais dentro do movimento operário desde o início das suas organizações. A ideia de uma revolução social contou com uma importante participação de mulheres no protesto contra a exploração do trabalho feminino ainda mais com influências femininas estrangeiras.

Uma importante figura na história das mulheres operárias e socialistas, que influenciou organizações proletárias de outros países anos mais tarde, foi a alemã Clara Zetkin que se dedicou na luta contra as discriminações dos patrões e dos próprios companheiros de luta de classes a partir da educação política das mulheres operárias. Além de fundar o jornal *Igualdade*, em 1882, com a ênfase no pensamento de que a situação inferior da mulher decorre da sua condição social e não de condições de natureza biológicas, Clara buscou divulgar informações sobre as condições de trabalho e da importância da mudança de mentalidade acerca da mulher, homem e a educação das crianças. Participou do Primeiro Congresso Internacional de Mulheres Socialistas em Stuttgart, em 1907, e juntamente com Rosa Luxemburgo, em 1910, estipulou a criação do Dia Internacional da Mulher Trabalhadora a ser comemorado no mês de março todos os anos (Bezerra, 2020, pp.130-131).

Parte dos movimentos operários contava com a capacidade organizativa de trabalhadoras sob a influência de ideias anarquistas e comunistas que escreviam na imprensa operária sobre denúncias das condições precárias de trabalho, da inexistência de direitos sociais e políticos pautados principalmente no discurso do movimento operário internacional que pregava a construção de uma sociedade justa e livre e da fundação do Partido Comunista Brasileiro em 1922 (Rago, 2015, p.594).

Nos primeiros anos da década de 1930, apesar de o Estado ter passado a permitir associações profissionais como interlocutoras e ter reconhecido oficialmente as organizações dos sindicatos, os direitos e deveres dessas instituições também estavam sob o seu controle tornando-as engessadas e com pautas reivindicativas muito longe da real necessidade de assistência. A publicação da Consolidação das Leis do Trabalho e a

criação do Ministério do Trabalho na mesma época também foram consideradas ações que poderiam trazer a noção de cidadania social vinculada ao emprego estável, assalariado e urbano, mas todo esse conjunto de mediações excluía a maioria dos trabalhadores (Giulani, 2015, p.641).

Essas mudanças no cenário político-social brasileiro nas primeiras décadas do século XX com a consolidação da industrialização, a brusca transição dos modos de produção e o atraso da mudança de pensamento com atitudes ainda referentes ao período colonial por parte da burguesia impulsionaram relações sociais conturbadas com insatisfações e reivindicações dos trabalhadores contra a concentração de poder e a rigidez das relações e do escasso acesso a direitos. A criação do Partido Comunista Brasileiro, em 1922, consolida no sentido partidário, o crescimento desses movimentos da classe trabalhadora e coincide com os movimentos de vanguarda que tiveram como base as reflexões desse campo social nos mais variados campos da arte que também surgiram no Brasil no mesmo ano com o fenômeno cultural do Modernismo.

2.1.3 Semana de arte de 1922

A busca por inovações no âmbito das artes e da cultura brasileira teve por finalidade o questionamento de padrões estéticos artísticos instaurados pela influência estrangeira. Um marco importante para o movimento Modernista se deu a partir da Semana de Arte de 1922 que aconteceu em São Paulo a tornar-se uma referência no cenário cultural do país onde os intelectuais e os dirigentes buscaram romper com a influência europeia nos campos das artes, literatura, arquitetura, entre outros, com o fim de encontrarem uma independência cultural com criações puramente brasileiras de forma a constituir uma identidade nacional (Fonseca, 2015, p.513).

Os reflexos da Semana de Arte de 1922 desencadearam posteriormente em uma subcorrente do Modernismo, chamada Movimento Antropofágico, que teve como intuito inicial um caráter astucioso da condução de um Brasil mais profundo a fim de desafogar do ambiente literário aqueles que se disfarçavam de modernistas, mas que ainda se aprisionavam em tecnicismos do estrangeiro. Nas suas fases iniciais, o Movimento Antropofágico se empenhou a estudar os clássicos de forma a absorver o que o “inimigo” tinha deixado como influência para a determinação do que era considerado cultura

naquela época. A civilização técnica foi vista como algo que aprisionava e afastava o contato com a terra, a ideia era de resgate de um Brasil ainda incógnito que necessitava de fontes sem a fisionomia externa para procurar uma síntese de cultura própria e desencadear em uma consciência nacional (Bopp, 2012, pp.60-62).

Um dos idealizadores do movimento, o poeta e escritor Oswald de Andrade, publica em 1928 o Manifesto Antropofágico que traz consigo já nas primeiras linhas o sentimento pela busca por essa valorização do nacional:

Só a antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente. Única lei do mundo. Expressão mascarada de todos os individualismos, de todos os coletivismos. De todas as religiões. De todos os tratados de paz. Tupi *or not* tupi *that is the question*. (Andrade, 1928, p.6)

É nesse momento que surge Patrícia Galvão, mais conhecida como Pagu, que se une a Oswald e se torna colaboradora da *Revista de Antropofagia* depois de ter causado boa impressão com suas anteriores demonstrações inovadoras na poesia e em expressões verbais-visuais através da sua proximidade com a pintora Tarsila do Amaral. Com a conjuntura económica e política do impacto mundial da Grande Depressão de 1929 e do Golpe de Estado de 1930², ocorrido no Brasil, parte dos escritores e intelectuais brasileiros passam a expressar mais diretamente em suas obras e manifestações públicas a definição política que escolheram seguir.

Patrícia Galvão assina a coluna feminista *A Mulher do Povo* no jornal de carácter panfletário *O Homem do Povo* (1931), fundado por ela e por Oswald de Andrade, onde escrevia textos com críticas ao feminismo pequeno-burguês e aos hábitos e valores das mulheres paulistas a tentar reivindicar um feminismo classista, onde as transformações sociais pudessem modificar de facto a estrutura social, conforme trechos das publicações abaixo:

² Em 1930 houve um golpe de Estado de forma a afastar as elites oligárquicas do poder e a dar início ao governo de Getúlio Vargas. O que era para ser um governo provisório, tornou-se o período conhecido como “Era Vargas” que se dividiu em três fases e que durou até 1945. No contexto de 1930, houve o fechamento do Congresso Nacional, a abolição da Constituição de 1891 e perseguições inspiradas no cunho ideológico entre nazifascismo e comunismo chegavam ao Brasil.

Com um entusiasmo de fogo e uma vibração revolucionária poderiam se quisessem, virar o Brasil e botar o Oyapock perto do Uruguay. Mas D. Burguezia habita nellas e as transformam em centenas de inimigas da sinceridade. E não raro se zangam e descem do bonde, se sobe nello uma mulher do povo, escura do trabalho. (Galvão. (1931, 9 de abril). Normalinhas. *O Homem do Povo*, nº 8, 2)

Excluída a grande maioria de pequenas burguesas cuja instrução é feita nos livrinhos de beleza, nas palavras estudadas dos meninos de baratinha, nos gestos das artistas de cinema mais em voga ou no ambiente semifamiliar dos cocktails modernos – temos a atrapalhar o movimento revolucionário do Brasil uma elitezinha de “João Pessoa” que, sustentada pelo nome de vanguardistas e feministas, berra a favor da liberdade sexual, da maternidade consciente, do direito do voto para “mulheres cultas”, achando que a orientação do velho Maltus resolve todos os problemas do mundo. Estas feministas de elite, que negam o voto aos operários e trabalhadores sem instrução, porque não lhes sobra tempo do trabalho forçado a que se têm que entregar para a manutenção dos seus filhos, se esquecem de que a limitação de natalidade quase que já existe mesmo nas classes mais pobres e que os problemas todos da vida econômica e social ainda estão para serem resolvido. (Patrícia Galvão (1931, 27 de março). Maltus Alem. *A Mulher do Povo*, nº 01)

Pode-se dizer que era a primeira vez no Brasil que uma mulher escritora publicara, fora dos meios de comunicação operária, críticas sobre uma vertente do feminismo em nome do materialismo histórico (Campos, 2014, pp. 21-22).

Patrícia Galvão, apesar de ter nascido em uma família tradicional e conservadora e ter sido normalista³, buscou através das suas vivências e da aproximação com o Partido Comunista Brasileiro nos temas de conflitos de gênero e classe a inspiração para escrever, em 1931, o primeiro romance proletário brasileiro, *Parque Industrial*, com a narrativa que está ambientada no bairro do Brás, onde se localizava à época o bairro operário de São Paulo, a partir da ambientação de problemas relacionados ao proletariado, sobretudo ao cotidiano de jovens trabalhadoras. A imersão de Patrícia Galvão na escrita sobre mulheres protagonistas demonstra diversas faces das mulheres dentro do contexto sociocultural da dicotomia entre burguesia e proletariado de forma a denunciar as relações de poder e abusos que independentemente das diferentes trajetórias e das experiências de vida se unem no eixo principal destinado àquelas que pertencem à classe trabalhadora.

³ Adjetivo conferido às alunas que frequentavam o Curso de Escola Normal.

Ao observarmos o contexto brasileiro no campo de narrativas de autoria feminina, Xavier (1996, p.88) indica que autoras como Maria Firmina dos Reis, Júlia Lopes de Almeida e Carolina Nabuco, apesar de terem sido nomes importantes e conhecidas como algumas das primeiras autoras a despontarem no cenário da literatura, formam parte da primeira etapa da trajetória da narrativa de autoria femininas na literatura brasileira, que contava ainda com a continuação dos padrões éticos e estéticos da cultura dominante da época como referencial para suas obras de valores patriarcais, personagens femininas frágeis e ambientadas no espaço do lar, visto que ainda não tinha conquistado direitos e nem se descoberto como donas do próprio destino.

2.2. Espanha

Como anteriormente dito, o cenário dos países centrais do capitalismo na Europa no início do século XX já estava mais avançado em termos de discussões políticas, económicas e artísticas visto que as mudanças estruturais e as fases de cada uma das etapas foram mais bem elaboradas e vivenciadas na prática. As consequências da Revolução Industrial deram impulso ao capitalismo industrial e, nas modificações das relações laborais que trouxeram, a novas formas de exploração da classe trabalhadora e precariedade. Juntamente a isso, houve o aparecimento dos primeiros movimentos feministas ao longo do século XIX que contribuíram para a introdução das mulheres no cenário laboral e também proporcionou um maior espaço para discussões relevantes em torno da sua condição social e acesso aos direitos.

Em Espanha, as modificações estruturais vieram a partir do processo de industrialização e de um modelo económico-social com uma proporção maior de participação pública das mulheres com algumas décadas de diferença, se comparado ao Brasil. E mesmo que as discussões mais profundas sobre as mulheres no contexto espanhol tenham sido de forma mais tardia, após a Primeira Guerra Mundial, os debates foram divididos entre o resgate do país e da sua identidade como nação.

2.1.1 Feminização do mercado de trabalho espanhol

A ideologia dominante em Espanha associada ao período de transição para a sociedade industrial capitalista estava de acordo com a separação de papéis de gênero em que as mulheres da burguesia eram designadas para o âmbito da restrição do ambiente privado, inclusive com a maternidade a significar a plenitude da sua dignidade e do sentido da sua utilidade social. O protótipo da “mulher perfeita” para os burgueses condizia a três pilares: filhos, Igreja e cozinha (Nash, 1983, p.40).

Segundo Nash (1983, p.40), no século XIX apenas mulheres pertencentes às camadas mais populares e rurais que participavam da divisão entre o trabalho doméstico e o trabalho assalariado e esse cenário somente se modificou paulatinamente nos primeiros anos do século seguinte devido as transformações económicas e demográficas ocorridas em Espanha. De forma a contribuir com essa modificação social, as pressões de setores específicos da sociedade espanhola se mostraram dispostos a questionar a maior participação social da mulher. Por um lado, anarquistas e socialistas, disseminavam em lutas reivindicativas a formulação dentro de suas teorias de uma base da igualdade entre os sexos e, por outro, a ideologia liberal também construía caminhos abolicionistas através da legislação e da política em relação ao tema feminino.

Apesar do tardamento dessas reivindicações, as mulheres já ocupavam de certa forma a esfera pública desde a Guerra da Independência no início do século XVIII com a criação de escolas para alfabetizar e ensinar atividades domésticas. Mas foi nas décadas finais do século XIX que a figura da mulher trabalhadora se tornou mais visível com o aumento massivo da participação de mulheres na vida económica e produtiva a partir da ocupação de atividades em espaços públicos e em postos de trabalho nas fábricas e em oficinas de costura. No entanto, apesar de o trabalho feminino já existir há muito tempo na sociedade espanhola na produção de bens e serviços, nesse momento foi visto pela burguesia como um problema social com a possível quebra do ideal da classe dominante de associar a condição social feminina a imagem do “anjo do lar” (Villalonga, 2000, pp. 398-400).

Essa imagem de maior participação feminina reformulou-se com a ida dos homens espanhóis para as guerras em que o país se envolveu. Os lugares ocupados por homens nas fábricas e em outros postos de trabalho foram aos poucos sendo substituídos pela

força de trabalho feminina e após a Primeira Guerra Mundial, em 1918, e, com o êxito do comunismo na Revolução Russa, em 1917, a consciência de emancipação feminina contra opressões e formas de exploração capitalista conquista uma maior visibilidade e complementa a luta a favor dos processos de emancipação da classe trabalhadora através de uma revolução proletária.

Aliás, desde as origens no século XIX a consciência do movimento dos trabalhadores, mesmo que em diferentes modelos ideológicos, estava conectada com a necessidade do acesso das camadas populares à educação formal a qual era considerada um privilégio da classe dominante que de igual forma era ensinada através das suas perspectivas ideológicas. A criação de escolas próprias e centros culturais a partir de uma educação laica, científica e racionalista também incluíam a participação feminina nesse processo (Terrón e Viñao, 2018, p.71).

A Institución Libre de Enseñanza (ILE), fundada em 1876, levou à Espanha um método de renovação cultural e pedagógico com a ideia de uma casa aberta de pensamentos e diálogos interdisciplinares sem qualquer interesse político, ideológico ou político-partidário⁴. Influenciada por esta ideia, anos mais tarde, a Residencia de Estudiantes é fundada em 1910 com a proposta de complementar o ensino universitário através de um ambiente de convivência e diálogo entre ciência e arte onde passaram figuras importantes da cultura espanhola do século XX, como García Lorca e Salvador Dalí. A referida residência estava vinculada com os princípios da ILE, a qual em 1915 também cria o grupo feminino da Residencia de Estudiantes, chamado Residência de Señoritas⁵. Esse foi o primeiro centro oficial espanhol que fomentou a educação superior feminina de forma a promover a guinada para o projeto de renovação da sociedade espanhola a caminho da igualdade ao acesso de direitos entre homens e mulheres.

Além da Residencia de Señoritas, a socialização de mulheres de classe média em ambientes intelectuais e culturais também foi percebido com a criação do Lyceum Club⁶, em 1926, que se constituía como uma organização cultural laica onde se lutava pela igualdade social e jurídica das mulheres e contava com secções relacionadas aos temas social, música, artes plásticas e industriais, literatura, ciências, assuntos internacionais e

⁴ <https://laescueladelarepublica.es/antecedentes/la-institucion-libre-de-ensenanza/>

⁵ <http://www.residencia.csic.es/expomujeres/index.htm>

⁶ <https://lyceumclubfemenino.com/el-lyceum/>

hispano-americanos A instituição trabalhava pela conscientização cultural e social das mulheres e foi responsável por organizações de debates para a inserção delas nos direitos civis que anos mais tarde desencadeara no sufrágio feminino com a atuação política de Clara Campoamor.

Os movimentos feministas e a luta pelo sufrágio começavam a despontar como indícios de provocação àqueles que seguiam os princípios ideológicos baseados na diferença a partir da caracterização sexual. No entanto, as ideias feministas não alcançavam todo o território espanhol da mesma forma, segundo Aresti (2001, pp.47-49), no interior do país a agitação sobre os questionamentos da posição social da mulher era ainda improvável devido a grande influência masculina nas esferas mais altas do poder que também tratavam os ideais feministas com desprezo, sátiras ou calúnias. Apesar de que atores sociais da sociedade burguesa, como a Igreja católica, o universo jurídico e outros setores conservadores, perceberam que a prevenção para essa influência de novos ideais pudesse ser incentivada a partir da adição de novas teorias científicas que estavam de acordo com o próprio discurso que já utilizavam há séculos a partir de visões tradicionalistas sobre a inferioridade da mulher.

Nesse aspeto, a ciência foi utilizada como um importante instrumento para perpetuar o discurso da supremacia masculina que se vinculava com os valores da Igreja Católica e da burguesia para a oposição das causas feministas, ainda mais porque as áreas de divulgação científica também eram produzidas e dominadas por homens. A utilização de dados empíricos sobre condições físicas e funcionamentos hormonais procuravam afirmar as justificativas da diferenciação de funções sociais através da chamada lei de maior variabilidade masculina e também dos argumentos do evolucionismo. A partir disso confirmavam a partir da visão deles de que os homens brancos, ocidentais e pertencentes à burguesia deviam estar em uma posição hierarquicamente superior devido a inferioridade e a incapacidade intelectual das mulheres para as mais diversas atividades do meio social (Aresti, 2001, pp. 55-57).

Especificamente em Madrid do início do século XX, cidade a qual está presente na análise das obras de Luisa Carnés, essa diferença era vista também nos cargos ocupados do mercado de trabalho. Enquanto homens da classe trabalhadora ingressavam maioritariamente em fábricas e minas, a maioria das mulheres se ocupavam em fábricas e confeções têxteis. A força de trabalho feminina se juntava com a infantil no âmbito da

exclusão e da clandestinidade devido a restrições para a sua entrada no ambiente laboral, além de considerar também os salários inferiores que mesmo nessas condições contribuíam para manter as condições mínimas de subsistência familiar (Olmedo, 2014a: 22). De modo que a obrigação de trabalhar para complementar a renda familiar e a junção com as ocupações com os serviços do próprio lar também as excluía do acesso aos estudos e das próprias aspirações de uma posição social melhor.

Com a proclamação da Segunda República, em 1931, as expectativas com o governo dos republicanos rodeavam na crença de que o regime político proporcionaria um novo rumo social para as mulheres com a igualdade de direitos perante à lei com a ideia de que elas pudessem conquistar a independência económica a partir de trabalhos extradomiciliares sem o julgamento social. A imprensa foi grande responsável pela circulação de matérias com as conquistas de espaço feminino nas mais diversas atividades laborais e com anúncios de cosméticos que passaram a também ser direcionados para as trabalhadoras manterem a boa aparência devido a sua incorporação no mundo laboral e no poder de compra (Núñez Pérez, 1998, pp. 397-398).

A Segunda República, comandada pelos republicanos, tinha como ideais tornar a sociedade mais livre e igualitária entre homens e mulheres em diversos âmbitos da vida social, mas na prática os costumes defendidos por eles não condiziam com a moral que a Igreja Católica e a burguesia defendiam. Os ideais em torno da questão feminina introduzidos nesse período contribuíram na prática para uma melhor organização das mulheres para reivindicar seus direitos. Um pouco antes da Guerra Civil se instaurar em 1936, as seções de trabalhadoras dentro de sindicatos defendiam direitos e condições mais dignas de trabalho, bem como a Organización Mujeres Libres foi criada para discutir questões que a Confederación Nacional del Trabajo não dava importância. Entretanto, a maior participação delas socialmente esbarrava com fatores estruturais e tradicionais que se fortaleceram novamente com a depressão económica enfrentada no meio da década (Núñez Pérez, 1998, p. 441).

Esse facto contribuiu para que o desemprego e as restrições a entrada e permanência do mercado de trabalho retornassem à realidade delas. Sem contar que a esperança instaurada no início da Segunda República passou a não corresponder com as expectativas das organizações republicanas, feministas e operárias que sofreram repressão com a reativação das forças monárquicas que se juntavam aos ideais religiosos. A partir

de uma definição de uma contrarrevolução com o intuito de derrubar os princípios trazidos pelos republicanos e pela modernidade considerados como pervertidos, construiu-se uma força de ação antidemocrática. Consolida-se um golpe contra o regime republicano a iniciar um período de ameaças e perseguições aos seus opositores que se intensificam a partir de 1936, quando se inicia a Guerra Civil Espanhola e, posteriormente expande-se quando Franco assume o poder em 1939. Período no qual muitas militantes e defensoras de melhores condições para as mulheres na sociedade tiveram que se submeter ao exílio (Calleja, 2011, p. 24, Núñez Pérez, 1998, pp. 440-441).

2.1.2 Geração de 27

O Modernismo espanhol caracterizado pelo escapismo pode ser situado entre a década de 1890 e 1914. Foi uma corrente com a mistura de modelos entre o parnasianismo, com o cuidado de um poema bem feito, com temas exóticos e valores sensoriais e, do simbolismo, onde o símbolo e a musicalidade também deviam estar presentes no texto. De forma a se rebelar com essa estética literária, os vanguardistas (também conhecidos como novecentistas ou Geração de 14) deram início a movimentos que se espalharam rapidamente pela Europa e pela América e, posteriormente, influenciou o trabalho literário da Geração de 27 em Espanha (Pardo, 2018, pp.53-55).

Como esse período foi influenciado por um conjunto de tendências que não são facilmente redutíveis, a renovação geracional no campo artístico nos primeiros anos do século XX foi um dos fenômenos que ocorreram entre muitas dessas tendências comportamentais desenvolvidas no cenário político e social entre o fim do século XIX e a década de 1910. A derrota colonial espanhola e o avanço de lutas sociais influenciaram trabalhadores a tomar conhecimento de suas vulnerabilidades e juntamente com o cenário de aproximação da Primeira Guerra Mundial, em 1914, possibilitaram um olhar mais social e cívico para o campo das artes. De modo que a institucionalização da vida cultural alguns anos antes com a criação da Institución Libre de Enseñanza e posteriormente com as Residencias de Estudiantes ofereceu aos jovens oportunidades de um caráter mais amplo de conhecimentos que influenciaria diretamente no desenvolvimento de suas contribuições artísticas futuramente (Alvar; Mainer & Navarro, 2002, pp. 586-587).

A vanguarda espanhola trouxe mais atitude do que um programa a ser seguido na consagração de obras da liberdade e da busca de criações provocativas, espontâneas e com a ruptura de conteúdos racionais a partir de diferentes estilizações que levavam à abstração, de forma a inspirar movimentos como o surrealismo, o dadaísmo, o cubismo e o fauvismo. Foi um momento de fraternidade entre aqueles que eram estigmatizados e excluídos socialmente pelos princípios da sociedade burguesa (Alvar; Mainer & Navarro, 2002, pp. 600-603).

Os anos anteriores marcados por experimentos e novidades nesse ramo da sociedade se transformaram em uma referência de denúncia para o público. No campo da literatura, a narrativa do romance social na década de 1930 foi sendo valorizada a ser posta como objeto central desse campo artístico de forma a atribuir aos narradores a voz de um dever ético que o momento histórico exigia (Olmedo, 2014, p.504).

Além disso, o modelo de personagem feminino foi modificado na literatura espanhola com reflexos na divisão entre de duas distintas designações: a mulher “moderna” e a “nova”. A primeira, consistia em uma imagem menos angelical, com maior visibilidade e participação social. Uma mulher que saiu para o espaço público e questionou a mentalidade tradicional de ser associada ao espaço privado que instigava discussões sobre as condições sociais que a rodeava, sobretudo nos textos produzidos pelas próprias mulheres. Já a segunda, é representada por Luisa Carnés que desponta no cenário literário ao apresentar essa mulher nova com a proposta das dificuldades sociais, tanto a nível económico como político, que impedem o desenvolvimento completo da mulher em Espanha dos anos 1930 (Olmedo, 2014a, pp.54-56).

A narrativa carnesiana, que concedeu protagonismo às mulheres também com a questão de classe, torna-se um diferencial na literatura espanhola do século XX, pois traduziu a revolução da identidade da mulher que a autoria masculina ainda não encontrava com facilidade. Mesmo a criticar as instituições tradicionais e com alguma oposição do destino das mulheres ao espaço doméstico, eles ainda temiam a mulher moderna e questionadora. A mulher estava a mudar, mas a sociedade a qual ela faz parte, não. A fazer com que a autora em questão tenha encontrado o modelo de mobilidade do pensamento a indicar essas mudanças sociais com indicativos na construção das personagens que coincidiam com aspetos da própria vida (Olmedo, 2014a, p. 78).

Luisa Carnés, apesar de ter sido invisibilizada por décadas como pertencente da Geração de 27, escreveu obras que nos aproximam da realidade de mulheres da classe trabalhadora no cenário espanhol das primeiras décadas do século XX. Segundo Plaza Plaza (2016, p.233), ela fez parte do grupo de mulheres intelectuais da época, com o destaque de Clara Campoamor, no quesito de defesa dos direitos das mulheres de quem teve influência política. A atividade literária e jornalística de Luísa Carnés lhe conferiu participação em movimentos de vanguarda que integravam resistência à repressão social e política. Movimentos esses que tiveram alguns êxitos, como o voto feminino, mas que após o triunfo do conservadorismo e da implantação da ditadura de Franco, anos mais tarde, fizeram com que essa parte intelectual tivesse que se submeter ao exílio do país.

A obra *Natacha*, com referências autobiográficas sobre conflitos sociais a partir de um processo de questionamentos e a conscientização feminina sob o olhar da autora de já ter vivenciado a precariedade laboral feminina e de ter consciência de classe, questiona a realidade das questões que circulam entre a pobreza, o trabalho infantil, a vulnerabilidade e a exclusão social de uma mulher jovem trabalhadora que vivia em Espanha na época. Anos mais tarde, o romance social *Tea Rooms: mujeres obreras* também traz uma narrativa com o cenário principal a vulnerabilidade das mulheres em uma sociedade em crises políticas e sociais sobre a dicotomia entre fascismo e comunismo de Madrid dos anos iniciais de 1930. O ambiente literário, sobretudo, traz o universo de personagens principais que são trabalhadoras de uma pastelaria e que sofrem a realidade da precariedade laboral, abusos de diversos níveis e que se envolvem com questões sobre a diferença de objeto entre vertentes feministas, a luta de classes e os movimentos de trabalhadores que estavam a se acentuar.

Assim, os romances do *corpus* literário a ser analisado no próximo capítulo dessa investigação, *Parque Industrial*, de Patrícia Galvão, *Natacha* e *Tea Rooms: mujeres obreras*, de Luisa Carnés, vem demonstrar o cotidiano de mulheres pertencentes às diferentes classes sociais e o desenvolvimento das narrativas nessa dicotomia entre mulheres burguesas e proletárias. Os temas relacionados com gênero e classe presentes no contexto histórico desse capítulo são observados nas obras a partir da construção de personagens principais femininas que abordam as condições sociais e precariedade laboral feminina, a conscientização delas sobre o pertencimento à classe trabalhadora e as consequências nas oportunidades de vida. E, especificamente em *Parque Industrial* e

Tea Rooms, o desenvolvimento dos diferentes discursos, presentes nas vertentes feministas liberais e marxistas, sobre a reivindicação da emancipação da mulher com a preferência das autoras pelo discurso da revolução proletária a favor de mudanças estruturais sociais e económicas como solução. A fazer com que as obras sejam importantes contribuições literárias sobre os contextos brasileiro e espanhol, a incentivar uma memória sociocultural e de reflexões sociais de gênero, de classe e de problemas do âmbito laboral presentes nos dias atuais.

CAPÍTULO III

Gênero, Trabalho e Precariedade em *Parque Industrial*, de Patrícia Galvão, *Natacha* e *Tea Rooms: mujeres obreras*, de Luisa Carnés

O presente capítulo pretende analisar as narrativas de Patrícia Galvão e Luisa Carnés de forma a compreendê-las como ferramentas de reflexão de problemas relacionados ao âmbito laboral a partir de uma análise literária direcionada pelas perspectivas de classe e gênero. Sobretudo com uma análise integrativa às condições sociais e oportunidades de vida para as mulheres nos contextos brasileiro e espanhol da década de 1930, mais especificadamente do bairro do Brás e de Madrid.

Os aspetos iniciais para o desenvolvimento da análise partiram dos questionamentos de como as autoras caracterizaram as diferenças sociais entre a classe trabalhadora e a burguesia, a partir das questões de gênero e classe, ao abordar as dificuldades vivenciadas nas relações laborais que estavam diretamente relacionados aos contextos sociais a que as mulheres pertenciam. Atentamo-nos a expor como foco os problemas sociais enfrentados pelas mulheres da classe trabalhadora, os elementos de crítica das autoras sobre conquistas de direitos sociais seletivos e direcionados para as mulheres da burguesia e a construção da dignidade laboral e de vida pela capacidade organizacional dos trabalhadores.

Por se ter utilizado a tematologia como embasamento teórico no campo da Literatura Comparada, optou-se por estruturar esse capítulo em um primeiro momento na síntese das obras *Parque Industrial*, *Natacha* e *Tea Rooms: mujeres obreras* e, posteriormente, na análise literária segmentada pelos temas que aproximam as narrativas de ambas as autoras.

Por isso, o capítulo encontra-se dividido nos temas em comum do protagonismo das mulheres vinculados à juventude, explorações e opressões enfrentadas nas mais diversas condições precárias laborais e de vida. Além disso, procuramos observar as dificuldades sociais enfrentadas pelas mulheres da classe trabalhadoras a partir de uma

crítica com perspectivas de classe e de gênero para a análise. Analisamos os elementos que as autoras trouxeram sobre as possibilidades de vida das mulheres e os estigmas sociais que estavam submetidas nos anos 1930, além de analisar as estratégias narrativas sobre a consciência de classe e dos discursos de emancipação da mulher nas construções das personagens principais femininas que estão relacionadas com o confronto ideológico das teorias feministas marxista e liberal.

3.1. *Parque Industrial*

Parque Industrial é uma obra de Patrícia Galvão escrita após a sua prisão na cidade de Santos em uma greve de estivadores e do tempo em que a autora residiu, por exigência do Partido Comunista Brasileiro, em uma vila operária no Rio de Janeiro em 1932. A obra publicada sob forma de romance proletário, em 1933, decorre da tendência da segunda geração do Modernismo de reflexões sobre conflitos políticos e denúncia social no campo literário brasileiro. O seu diferencial entre os autores do mesmo período torna-se evidente pela experiência pessoal da autora de ter vivido um período de sua vida no bairro sobre o qual escreveu, sua proximidade à poética e recursos da primeira geração dos modernistas e do seu envolvimento no movimento ativismo político iniciado no Partido Comunista em 1931, que segundo Jackson (2014, p.379) a inseria em um lugar de confluência do estilo dos romances da década de 1920 e do contexto de conscientização política e engajamento social-realista artística da década de 1930. A se diferenciar também do movimento literário do regionalismo⁷, imerso na narrativa com problemas centrados da região do nordeste brasileiro, ao colocar o protagonismo de mulheres duplamente marginalizadas como protagonistas em busca da denúncia social e, ao mesmo tempo, deixar sua contribuição para a disseminação da consciência de classe.

O romance é uma tentativa de exposição da realidade do bairro do Brás a combinar características jornalísticas de observação, procedimentos literários modernistas e idealização política da autora. O fator panfletário da obra é mencionado nas críticas recebidas, alguns para minimizá-la no meio literário, outros para condená-la (Ribeiro

⁷ O regionalismo é uma característica presente no movimento literário brasileiro da geração de 30 marcado pelos discursos literário e sociopolítico com apontamentos de problemas sociais voltados para a região do Nordeste, como a seca, o abandono estatal, a violência urbana, entre outros.

Junior, 2015, p. 31). Em verdade, as críticas na imprensa sobre a obra não passaram de uma breve notoriedade jornalística no ano em que foi lançada e apesar de ter sido bem recepcionada com elogios à inovação estética da narrativa, o fator ideológico conduzia a discordância dos críticos ligados ao cânone literário e à ideologia dominante. Como a crítica do jornalista e integrante da Academia Brasileira de Letras, João Ribeiro, que salientou a obra como um panfleto admirável e de grande modernidade, mas sendo um libelo sob forma de romance, “bem se vê que a burguesia é imprópria para salvar o proletariado. E nem o proletariado, como na Rússia, pode salvar-se a si mesmo” (Ribeiro, 1933).

O título da obra *Parque Industrial* faz referência ao bairro do Brás, um subúrbio proletário do estado de São Paulo de importante atividade e crescimento industrial durante as primeiras décadas do século XX, onde os problemas sociais de natureza da exploração capitalista se desenvolvem na narrativa. Na própria epígrafe da publicação original da obra, Patrícia Galvão destaca que a língua do livro se encontra nas estatísticas da história e nas opressões políticas e sociais que formaram e que sustentam o bairro do Brás (Galvão: 2018, p.13). Por ter vivido algum tempo da sua vida no bairro em referência, a temática torna-se um produto da autora de conciliação entre a ficção e críticas de vivências pessoais quanto aos problemas de origem nas divisões sociais entre a burguesia e a classe trabalhadora na cidade industrial paulistana que observou na década de 1920 e de aspetos da vila operária do Rio de Janeiro em que viveu no momento em que escreveu a obra.

A insatisfação da autora recai na organização da sociedade conservadora e moralista acrescida aos problemas sociais adquiridos no processo da rápida modernização que fez de São Paulo o maior centro industrial da América Latina nas primeiras décadas do século XX. Ao mesmo tempo que a burguesia se vangloriava com o discurso de conquistas sociais e de direitos com a proclamação do Estado Republicano, o dito “progresso” não integrava as relações da totalidade das classes sociais que ainda carregavam em si vestígios de relações escravocratas e patriarcalistas. De modo que a vida de miséria dos trabalhadores continuava e se intensificava com a precariedade no trabalho a contradizer o discurso próspero da burguesia que apenas se tinha assistido transformações formais direcionadas a um pequeno grupo da sociedade.

A narrativa é organizada em dezassete capítulos onde nota-se o protagonismo da classe trabalhadora e das mulheres no título dos capítulos que relacionam características dos ambientes de trabalho (como “teares” e “trabalhadoras de agulha), elementos da consciência de classe (“num setor da luta de classes”, “em que se fala de Rosa de Luxemburgo”, “onde se gasta a mais-valia” e “reserva industrial”) e de ambientes dirigidos à questão de gênero (“mulher da vida” e “casas de parir”) a facilitar a percepção imediata do conteúdo temático da obra.

Segundo Vieira (2019, p.22), a narrativa curta, com poucas falas e discursos fragmentados representam as construções estética e conteudística onde percebe-se a intenção da autora de denunciar a falta de voz feminina e o apagamento das mulheres na sociedade. As personagens silenciadas, impedidas de usufruírem de dignidade de vida e nos ambientes de trabalho, censuradas sexualmente e de tornarem-se donas do próprio destino pela mulher representar uma propriedade privada nos moldes sociais do patriarcalismo, somam-se ao facto do silenciamento da obra e da autora nas décadas seguintes.

A verbalização que conduz a narrativa diz respeito às agressões existentes na relação entre empregadores e empregados do processo de modernização desumana na condição estabelecida de “subjugo à própria máquina” (Higa, 2011, p.31) da classe trabalhadora e de outras imagens que remetem à associação entre trabalho livre e escravidão (Higa, 2011, p.32). O que faz referência à caracterização do bairro do Brás por Galvão como uma “penitenciária social”, um lugar que prende, desumaniza e humilha o trabalhador na sua relação com o processo e o usufruto do seu trabalho e que de acordo com Jackson (2018, p. 188), revela a dialética negativa da imagem modernizadora das noções progressistas das máquinas e do processo de industrialização brasileiro.

3.2 *Natacha*

Natacha, escrita entre 1928 e 1929 e publicada em 1930, é um romance de Luisa Carnés que apresenta a história de uma jovem e sua família de origem pobre cujo destino possível era de trabalhar em uma fábrica de chapéus desde a sua adolescência como forma de sobrevivência. A autora refere-se à realidade da miséria como uma herança para as futuras gerações da classe trabalhadora, o trabalho infantil vivenciado pelas crianças e

jovens obrigados a abandonar os estudos com a perda do direito à infância para compor financeiramente a sobrevivência das famílias e, também, a questão da mulher da classe trabalhadora inserida nas condições precárias de exploração no trabalho, desde baixos salários, longas jornadas e assédios dos homens. Inclusive, pela necessidade e desespero da vida precária, discute-se a percepção e a vivência de um relacionamento amoroso que mesmo que a prive e a invisibilize é uma alternativa encontrada de se livrar das condições precárias de trabalho e de vida.

A narrativa constrói a personalidade da personagem principal, Natalia/Natacha, e suas dificuldades materiais ao questionar a forma pela qual a sociedade determina a sua identidade e a independência feminina ao estarem condicionadas pelas relações pessoais e laborais que estão ao seu redor. Com a estratégia de utilizar um triângulo amoroso entre ela, Lena e Gabriel Vergara, o que está em foco é a denúncia de como essa mulher se comportará dentro das contradições internas que despontaram com a nova figura da mulher moderna e não no conflito amoroso em si (Olmedo, 2014a, p.59; Fernández, 2021, p.116).

A personagem nasce no contexto limitante por ser mulher, vir de uma família pobre e ter que pertencer à classe trabalhadora desde a infância e ao mesmo tempo representa a tensão que o novo cenário modernista explícito de que a mulher que já era pertencente à classe trabalhadora não consegue romper com padrões e relações hegemônicas que são estabelecidas por determinação social da classe dominante (Molina, 2020, p.81; Fernández, 2020, p. 321).

O desenvolvimento de consciência da personagem Natacha nasce de uma dupla natureza. As experiências de violências cotidianas tanto a nível laboral quanto ao nível doméstico lhe dão uma consciência social do lugar da mulher na sociedade, por outro lado, a experiência laboral de exploração no trabalho na fábrica de chapéus desde a sua infância fizera-lhe construir a consciência de classe pelas condições deploráveis do trabalho feminino (Molina, 2020, p.76). No entanto, diferentemente de *Parque Industrial e Tea Rooms*, essa obra não trata da consciência individual da personagem para a construção de uma luta coletiva. Segundo Martínéz (2021, p. 101), o desenvolvimento da personagem principal explora a autoconsciência da realidade da mulher pertencente à classe trabalhadora oprimida em sentimentos e na vida pelo cansaço e miséria. A consciência da personagem está pela observação das possibilidades suprimidas em seu

entorno, no campo do mundo que compartilha com seus companheiros de trabalho e de indignidade de vida.

3.3. *Tea Rooms: mujeres obreras*

A obra *Tea Rooms: mujeres obreras*, de Luisa Carnés, escrita entre agosto de 1932 e fevereiro de 1933, protagoniza o cotidiano de jovens trabalhadoras de um salão de chá em Madrid em um contexto de pré-guerra Civil em Espanha. Um cenário de incertezas causadas pela instabilidade política e social que intensificou a situação de precariedade laboral da classe trabalhadora que já vivia em um estado de dificuldades financeiras e desigualdades sociais ocasionadas pela exploração capitalista e que durante esse período foram contestadas através de greves e manifestações para a luta por melhores condições de trabalho e uma sobrevivência com mais dignidade.

No campo do gênero, os estigmas sociais relacionados à mulher se sobressaem inicialmente em relação ao lugar de vulnerabilidade que são expostas pela discriminação nas exigências do perfil etário almejado de contratação para o trabalho, necessariamente tendo que ter o estado civil de solteira ao indicar o afastamento de proteção que a figura masculina poderia configurar e evitar constrangimentos contratuais devido a necessidade de autorização conjugal. A autora desenvolveu nesses campos cá destacados a crítica ao pensamento da classe dominante espanhola a partir da conexão entre o gênero e a classe ao questionar as oportunidades de vida de mulheres de diferentes classes sociais, discussões em volta da influência da religião para a construção social da imagem de mulher ideal e os âmbitos de insalubridade e assédios do ambiente de trabalho

A experiência pessoal de Carnés em uma vida laboral precária desde a infância contribuiu para que suas obras carregassem, sejam pela percepção individual da condição humana em um contexto de exploração econômica, em *Natacha*, ou por meio de um apelo mais coletivo, em *Tea Rooms*, o seu manifesto associado ao pensamento de que a solução para uma mudança estrutural de emancipação do trabalhador e das próprias mulheres seriam conquistados a partir da união dos trabalhadores com o desenvolvimento de uma revolução proletária. Por isso, de acordo com Fernández (2021, p. 93) tanto *Natacha* como *Matilde* são personagens que representam alter egos de Carnés pela sua experiência como trabalhadora de serviços manuais e percepção da realidade da mulher no mercado de

trabalho, inclusive a mostrar na construção das personagens que as leis em vigor em Espanha na época das obras com o intuito de proteção ao trabalho da mulher não eram implementadas na prática.

3.4. Mulheres jovens protagonistas e os estigmas sociais da mulher nas sociedades brasileira e espanhola

Patrícia Galvão e Luisa Carnés foram autoras que desenvolveram em suas obras a preocupação por grupos excluídos da sociedade a partir de protagonistas femininas inseridas no espaço urbano e dentro dele elas se constituem em questões sociais relacionados ao gênero e laboral. O início do século XX, no Brasil e em Espanha, foi um período de possibilidades escassas e limitadas de trabalho para a mulher, onde a ausência ou a conquista das poucas leis trabalhistas condenavam as mulheres à dependência de permissão conjugal e as pertencentes à classe trabalhadora a um lugar de maior exploração.

Por isso, podemos considerar que as construções das relações urbanas em torno de atividades principais caracterizadas pelos modos de produção capitalista levaram ao aparecimento e intensificação de opressões sociais de gênero que se refletiam nos espaços domésticos, nos locais de trabalho e em todos os outros espaços públicos que formam o cotidiano de um bairro. Ao representar uma crítica social direcionada à burguesia com foco na exclusão social e na precarização laboral e de vida dos trabalhadores pela própria constituição do bairro como um espaço de exploração e de negação de classe e gênero, nos faz remeter a Engels (2010) quando explicou a situação de precariedade da classe trabalhadora na construção das grandes cidades industriais na Inglaterra:

Ninguém se preocupa com ele: lançado nesse turbilhão caótico, ele deve sobreviver como puder. Se tem a sorte de encontrar trabalho, isto é, se a burguesia lhe faz o favor de enriquecer à sua custa, espera-o um salário apenas suficiente para o manter vivo; se não encontrar trabalho e não temer a polícia, pode roubar; pode ainda morrer de fome, caso em que a polícia tomará cuidado para que a morte seja silenciosa para não chocar a burguesia. (p. 69)

O esquecimento da classe trabalhadora foi contornado na escrita de Patrícia Galvão ao partir de uma escrita de autoria feminina que confere o protagonismo para as

mulheres da classe trabalhadora e ao fazer a aproximação do discurso da obra através da linguagem popular do público que desejou representar através de diálogos, sem muitas descrições ou caracterizações. Inclusive, a utilização de coloquialismo foi um recurso para demarcar os lugares sociais ocupados pelas personagens (Alós, 2010, p.195) o qual permitiu que a classe trabalhadora, enquanto recetora da obra, se aproximasse e se identificasse nas questões quotidianas e nas explorações enfrentadas nas condições de trabalho e de vida.

A caracterização do cotidiano laboral das cem ruas do Brás discorre em *Parque Industrial* através das relações de subalternidade nos mais variados segmentos da sociedade que formam o que a autora denominou de “a grande penitenciária social”. Os espaços das fábricas têxteis e dos ateliês de costura foram evidenciados como principais locais de disseminação entre a consciência de classe e a movimentação em busca de melhora de vida de personagens pertencentes á classe trabalhadora que se desdobram no aprisionamento do conciliar às más condições dos ambientes e de oportunidades de trabalho com a busca pela dignidade de vida.

Por sua vez, Luisa Carnés, em *Tea Rooms* optou por utilizar os espaços, externos e internos, do salão de chá para desenvolver em 19 dos 22 capítulos da obra a dicotomia entre a riqueza e a miséria das mulheres proletárias (Mohamed, 2021, p. 135) através de uma narração omnisciente que se identifica com os diferentes personagens e perspectivas, apesar de que o protagonismo maior do discurso reflete na importância do ponto de vista da personagem Matilde que utiliza da sua consciência de classe para converter seus companheiros à aderência à luta de classes e denunciar os mais diversos tipos de exploração e de precariedade vivenciados no salão de chá de Madrid. O que permite um processo de conscientização e sensibilidade dos recetores da obra para compreender as denúncias dos âmbitos de gênero e laboral que a obra carrega (Arias Careaga, 2017, p. 63).

Em *Natacha*, prioriza-se o sentimento e a conscientização da personagem principal que começam a ser despertados através da exploração que o próprio trabalho traz à sua vida. Estar em uma situação de miséria de vida pelas condições precárias laborais reproduzem em Natacha a conscientização da necessidade de amor e de ternura que lhes foram negados pela apatia da pobreza que também são consequências do

contexto de exploração e acúmulos de atividades laborais entre o espaço público e privado.

en casa de los pobres se aprende antes a llorar que a reír; los hijos de los pobres aprenden antes a pedir el pan que los besos, y los padres, acuciados por la necesidad de buscarlo, olvidan aquello por esto; la frialdad aparente de los unos inculca la indiferencia en los otros” (Carnés, 2019, p.110)

O protagonismo feminino se insere nas três obras juntamente com a questão da juventude por onde as personagens principais estão em um momento de vida de planejar o seu futuro. É a partir da consciência das possibilidades de vida nos contextos sociais aos quais estão inseridas que elas passam a construir as suas idealizações para um futuro de vida mais digno, seja pela inserção nos costumes moralistas da sociedade burguesa através do casamento, pelo conformismo da pobreza e do desamparo social ou pela luta por mudanças sociais estruturais. Factos que podem ser vinculados às influências das experiências de vida das autoras ao utilizarem elementos autobiográficos de experiências ao fazer parte da classe trabalhadora e as questões vinculadas com as idades que as autoras escreveram as obras, Patrícia Galvão aos 22 anos e Luisa Carnés aos 24 e 29.

Mesmo que nem todas as personagens principais sejam convencidas pela transformação a partir da consciência de classe transformada em uma luta ativa para mudanças sociais, as autoras expõem em todas as obras os sentimentos de lamento e de reconhecimento do lugar vulnerável e de pobreza que elas se encontram. O que se caracteriza na conexão entre elas é a conscientização sobre os estigmas sociais da mulher, a não identificação pessoal com o desenvolvimento do seu trabalho e a assimilação dele apenas como forma de sobrevivência, mesmo que seja para lhe garantir o mínimo como forma de manutenção da pobreza.

Em *Parque Industrial*, identifica-se que as construções dos enredos das personagens ao longo da narrativa ao evidenciar uma maior caracterização do bairro do Brás onde as relações e condições sociais das personagens se complementam. Apesar das particularidades, as histórias de vida das personagens se encontram nas dificuldades comuns do que é ser uma mulher pertencente à classe trabalhadora a enfrentar dificuldades e a lutar pela sobrevivência através do trabalho, enquanto mulheres da burguesia se reúnem para conquistar espaços públicos e discutir direitos sociais seletivos,

o que contribui para percebermos a intenção da conjuntura da obra de carregar a ideia de (re)construção de sociedade a partir da coletividade.

Ao observar a utilização da autora de componentes do materialismo histórico e da sua experiência enquanto militante no Partido Comunista para a construção de uma narrativa sob as perspectivas da luta de classes e da crítica ao feminismo burguês, percebe-se a utilização das discriminações e das discussões sobre a emancipação da mulher para dar voz à similaridade da obra ficcional com a realidade na construção de cinco personagens femininas principais: Rosinha Lituana, Otávia, Matilde, Corina e Eleonora.

As propostas da consciência de classe nas personagens perpassam pela abordagem de gênero sob forma de mulheres trabalhadoras jovens que, por um lado, buscam a emancipação feminina pela revolução social a partir de organizações em movimentos de trabalhadores e das lutas por melhores condições de trabalho. Por outro, há as que continuam a encontrar no casamento, nos papéis domésticos e nas restrições dos espaços públicos o sonho de ascensão social para a solução individual das precariedades laboral e de vida através do desejo de se inserir nos padrões e opressões de uma sociedade patriarcal.

Ainda percebemos o conflito de classes sociais que influenciavam as possibilidades de trabalhos a serem exercidos pelas mulheres, a serem percebidos na obra pelas mulheres que tiverem acesso à educação terem a opção de estudarem nas Escola Normal, onde mais tarde se tornariam professoras e o destino da fábrica têxtil e da prostituição como exemplos de trabalhos para as mulheres de origem mais pobre.

É dessa forma que Patrícia Galvão inaugura uma nova forma de construção de personagens femininas na literatura brasileira produzida “com a intenção de desmascarar a rede de instituições que produzem discursos em favor da sociedade falocêntrica” (Vieira, 2019, p.111). Rosinha Lituana é uma imigrante que compõe o conjunto das trabalhadoras dos teares da fábrica e se organiza em movimentos de trabalhadores desde muito nova. A personagem representa a luta da classe trabalhadora internacional que percebe os processos de exploração capitalista e se dedica à conscientização dos companheiros de trabalho e os incentiva a participar da luta anticapitalista. Otávia também acompanha Rosinha no empenho dos movimentos de trabalhadores e assume um papel importante e revolucionário quanto à tipologia de personagens femininos na literatura por ser homossexual, assumir a liberdade de escolha com quem quer se

relacionar sexualmente e desmascara o discurso patriarcal e moralista de Eleonora com quem tem um envolvimento amoroso escondido.

Matilde, mesmo de origem pequeno burguesa, aparece primeiro na narrativa envergonhada por ser trabalhadora de fábrica e ao mesmo tempo carrega os anseios vinculados à sua origem familiar ao relatar os seus projetos de vida para o futuro de entrar para a Escola Normal, reduto de jovens burguesas para tornarem-se professoras: “- Eu vou entrar na Escola Normal. Mamãe não quer que eu trabalhe”. Ao longo da narrativa ela ganha consciência de classe devido a situações de precariedade com as quais se depara. Corina é a personagem mais marcada por conta da tripla discriminação: a de gênero, de classe e de cor da pele. Ela representa a mulher com a junção das mais variadas singularidades que sofre ainda mais em um país recém-saído da escravidão, mas que ainda se sustenta com relações escravocratas.

Segundo Vieira (2019):

a personagem não tem consciência de classe; essa falta de conhecimento também faz parte da exclusão sofrida por mulheres negras, já que a maioria não teve acesso à educação formal. Apesar de Corina ser alfabetizada, é perceptível a carência de informações e instruções. Isso se deve, principalmente, ao passado colonial, pois, mesmo após a abolição da escravatura, as condições de vida das mulheres negras continuam significativamente inferiores às das mulheres brancas. Mesmo livres, o processo histórico de colonização as impediu de ter uma educação formal e as relegou aos piores serviços (p. 64).

Eleonora é a única personagem principal que escolhe não se associar ao discurso da consciência de classe e às organizações das greves ao longo da narrativa pois vê a ascensão social através do casamento com um homem rico a solução para a melhoria de vida. Como nasceu em uma família que ansiava a perpetuação dos valores moralistas, contemplava construir uma imagem social de mulher como uma santa e apostava ter um futuro promissor no casamento, mesmo que tenha se relacionado com Matilde em segredo e o marido não lhe fosse fiel. Filha de um funcionário público que tinha estabilidade financeira e de uma mãe que “fora educada na cozinha de uma casa feudal” (Galvão, 2018, p.48), a apreciar a honra, a moral e os valores que uma mulher deveria ter no espaço privado. Ambos desejavam para a filha uma estrutura familiar igual a que eles tiveram e que realmente se concretiza quando ela se casa com Alfredo Rocha, um juiz rico que lhe

confere um papel de ascensão na sociedade. Antes do casamento, frequentava a Escola Normal como forma de manter a aparência social.

Diferentemente de Patrícia Galvão, Luisa Carnés consagra o debate sobre a imaginação de um novo perfil de mulher ao empregar nas personagens características próprias que se complementam às descrições do passado, das situações e dos espaços que as personagens frequentam para a percepção dos futuros de vida que lhe serão possíveis. De acordo com Olmedo (2014a, p. 127), a definição da identidade feminina parte da posição da personagem diante da sua família, sendo filha, mãe ou esposa com a também construção da condição feminina fundamentadas em características essenciais, sejam elas corporais ou fisiológicas.

Em *Natacha* é possível perceber o protagonismo entre a construção de identidade como uma mulher trabalhadora com o conformismo de se estar na situação de miséria que provavelmente se prolongará por toda a vida e ao mesmo tempo a curiosidade a partir de questionamentos sobre as condições humanas na relação de disparidades sociais onde a personagem principal, na fase da obra ainda sendo Natalia, se lamenta ao se questionar sobre o que esperava de sua vida: “ella no podía aspirar a outra cosa que no fuese el destino del proletariado. Sembrar miséria.” (Carnés, 2019, p. 158).

O destino da jovem Natacha foi planeado no momento em que o seu nome foi transferido de mãe para filha como forma de carregar em sua alma o antepassado depressivo e de sofrimento materno (Carnés, 2019, p. 94). Até porque, de acordo com Olmedo (2014a, p. 59), a estratégia narrativa de Carnés implica no facto de que cada um atua de acordo com o seu passado, é um destino herdado e insuperável e sendo ele o modo de determinação da construção da personalidade e das decisões das personagens.

A personagem Natalia/Natacha, caracterizada por ser “huraña y seria” (Carnés, 2019, p.98) carrega em seu passado o lado depressivo da mãe e de vícios do padrasto que levaram à família a comprometer ainda mais a situação económica da família. Por ser uma jovem que foi renegada em diversos âmbitos da sociedade, também lhe é retirado o direito ao próprio sentimento diante das circunstâncias da pobreza. Ao ser obrigada a trabalhar desde os seus doze anos, em um primeiro momento, enxerga o casamento como solução para obtenção de dignidade de vida. Natacha se casa com Don César com a venda da sua liberdade como forma de conseguir algum bem-estar e tranquilidade. “No tenía el menor capricho supérfluo. De nada protestaba y lo aceptaba todo” (Carnés, 2019, p.196).

Em *Tea Rooms: mujeres obreras*, há a descrição da pluralidade das protagonistas através da questão da juventude e seus impactos no âmbito do trabalho e dos estigmas sociais destinados às mulheres. A história se desenvolve na própria discussão sobre ser mulher em cada uma de suas especificidades, na medida em que as personagens principais se distinguem entre perfis diferentes de submissão, de revolta, de condição à dupla jornada de trabalho e de ascensão social pelo casamento mesmo sendo tratada como objeto de dominação masculina. Além da descrição sobre sofrer assédios sexuais dentro do ambiente de trabalho, ser julgada por comportamentos considerados imorais e indecentes, como se inserir na prostituição para ter o que comer ou abortar um filho do patrão. Somados aos problemas do âmbito laboral com horas extras frequentes, baixos salários e condições precárias no ambiente de trabalho.

O ser jovem nas personagens principais trabalhadoras do salão de chá de *Tea Rooms* está presente na crítica da autora entre a incompatibilidade da prática com os direitos conquistadas por vias institucionais a favor do trabalho das mulheres pela preferência de não contratarem mulheres casadas. Direitos como a licença maternidade remunerada e a reintegração do trabalho após o nascimento dos filhos já eram observados em leis criadas pelo governo espanhol. Contudo, o Código Civil espanhol de 1889⁸, vigente na época do romance, descrevia que a mulher necessitava da autorização do cônjuge para desempenhar qualquer tipo de trabalho e apesar de que em 1931 haver tido um decreto-lei a revogar as cláusulas contratuais de trabalho que considerasse a celebração de casamento como despedimento de justa causa, na prática a preferência pela contratação das solteiras ainda vigorava (Olmedo, 2014a, p.93).

A narrativa começa com a situação de cansaço e desespero da situação de desemprego e da condição de pobreza de Matilde que procura emprego há dez meses sem sucesso. Ao receber uma carta de uma agência em sua casa, se sente revoltada ao perceber a intenção do interesse físico nos pré-requisitos da proposta de emprego acompanhados nas exigências do senhor M. F. de se ter uma idade determinada e um corpo bonito para

⁸ Os únicos direitos que a mulher casada tinha sem a permissão do marido estavam no artigo 63 do Real Decreto de 24 de julho de 1889: “Artículo 63: Podrá la mujer sin licencia de su marido: 1.º Otorgar testamento. 2.º Ejercer los derechos y cumplir los deberes que le correspondan respecto a los hijos legítimos o naturales reconocidos que hubiese tenido de otro, y respecto a los bienes de los mismos”. Além disso, conforme o artigo 59 do mesmo decreto, “El marido es el administrador de los bienes de la sociedad conyugal”, ou seja, a mulher estava economicamente dependente do seu cônjuge.

concorrer a vaga - “Le agradeceré me envíe su retrato y me diga su edad, si tiene familia y si ésta reside en Madrid” (Carnés, 2016, p.16). Onde verifica-se a importância conferida pelo contratante às características físicas da mulher e não de suas qualidades e experiências profissionais. De modo a representar discriminações etária e sexista no recrutamento de candidatas e a vulnerabilidade da exposição da mulher às perseguições masculinas como possibilidade de alvo de seus desejos sexuais.

Inclusive, o estigma social conferido às mulheres jovens em Espanha também são preocupações da personagem Trini que foi obrigada a trocar de turno para cobrir a necessidade de uma companheira de trabalho que saiu de férias. Ela preocupa-se por ter que voltar para casa sozinha à noite sob o medo da presunção social de que as jovens que andavam pelas ruas sem companhia “a tales horas se expone a ser victima de innumerables incidentes en estos países donde se cultiva la prostitución” (Carnés, 2016, p.56). Ou seja, a imagem da mulher desacompanhada é relacionada com a prostituição e a figura masculina aparece tanto como protetora, como uma figura perigosa, ambos a significar a situação de dominação masculina perante à mulher.

Outra situação que expõe o estado civil e a questão etária da mulher é o da personagem Antonia que escondia a sua viuvez para não acabar sendo despedida, pois a direção do salão de chá não admitia mulheres casadas no estabelecimento. Assim, observamos que a crítica da autora envolve os direitos que deveriam proteger e/ou conferir igualdade às mulheres no mercado de trabalho sob a forma de igualdade material onde são efetivados os tratamentos desiguais na medida de suas desigualdades direcionados a grupos marginalizados para conferir as mesmas condições de oportunidades para as mulheres. O que percebemos pelo discurso crítico da autora é que na prática eles somente são efetivos em termos formais e não contemplativos para todas as mulheres. A insegurança e o medo de perder o emprego podem agravar a condição de miséria, a dificuldade de encontrar outro emprego por causa da idade e se tornarem motivos para que a classe trabalhadora não reivindique melhores condições de trabalho e estejam na relação de dependência financeira e emocional ao seu empregador.

E a partir dessa mesma personagem podemos observar a perspectiva de Carnés sobre a diferença com a conscientização da mulher jovem sobre a condição social imposta pelo casamento com a submissão à divisão sexual do trabalho no âmbito privado. Antonia, sendo a mais velha, se refere às mulheres que vislumbram no casamento um reduto de

felicidade, paz e salvação social de românticas, apesar de ter vivido em uma violenta escravidão e ter um aspeto de conformada após a viuvez (Carnés, 2016, p.45). Em conversa com Matilde sobre o interesse amoroso de um funcionário, percebe que a companheira de trabalho não pertence a esse tipo de mulher que sonha com o casamento, a servir de exemplo para a desmitificação da ilusão da liberdade da mulher pelas regras matrimoniais. Matilde expõe à companheira de trabalho sobre a associação da condição de esposa em um lar cristão e a desvalorização do trabalho doméstico com o ter que servir e cuidar da casa e do homem.

Segundo Molina (2020, p.90), as perspectivas de Matilde e Antonia foram representadas por Carnés através da dicotomia do pensamento da mulher nova e da mulher do passado, visto que a renovação revolucionária da juventude não acredita mais no casamento como salvação de vida, mas como mais um tipo de trabalho o qual não é valorizado. Consequentemente, nessas condições de organização de sociedade as mulheres são destinadas para mais um tipo de exploração refletida na dupla jornada de trabalho, ao afirmar que “el marido piensa que las cosas de la casa hacen por sí mismas (...) no le da importância alguna al trabajo de su mujer, al embrutecedor trabajo domestico” (Carnés, 2016, p.130).

Além de Antonia, a oposição da juventude também está na personagem Esperanza que tinha mais de cinquenta anos, era solteira, nunca se casou e não tinha expectativa de se casar, por isso, é caracterizada como a sociedade a repelia: como detentora de um aspeto sujo e um ser mal-humorado (Carnés, 2016, p.38). Como não se interessou por ascender socialmente pelo matrimônio, seu destino foi continuar a viver no subúrbio e a viver de trapos e roubos escondidos de restos de comida que seriam deitados no lixo do salão de chá.

Com a introdução de algumas das personagens principais, passamos a analisar as narrativas de forma a presenciar as condições precárias de trabalho a encontrar o ponto de encontro entre as questões do gênero e do trabalho em comum para averiguar de que forma as autoras posteriormente trabalharam as perspectivas reivindicativas de classe e de gênero. Sendo o foco nos seguintes temas: as condições precárias laboral e de vida que projeta os integrantes da classe trabalhadora do viver para o trabalho e as consequências dessas condições para os problemas sociais direcionados às mulheres.

3.5 Condições precárias de trabalho e de vida

De modo a compreender as perspectivas das autoras pelas reivindicações sobre a emancipação das mulheres das dominações masculinas e do capital nos discursos das personagens, previamente observamos a construção delas em um processo de conscientização do seu lugar na relação entre a caracterização dos espaços laborais onde se passam as narrativas e a que tipos de precariedades foram submetidas. A observação dos próprios personagens sobre as condições precárias de trabalho contribui para a percepção de exploração tanto no âmbito laboral quanto da condição de ser mulher na sociedade. A relação de dependência salarial confere à classe trabalhadora o estado de se sustentar entre condições precárias dos ambientes de trabalho, escolhas inconscientes de submissão à classe dominante detentora dos meios de produção e de problemas sociais que são atribuídos a quem precisa do trabalho para sobreviver, somados aos estigmas sociais que são conferidos pela dominação masculina às mulheres.

Patrícia Galvão e Luisa Carnés utilizam a caracterização das ruas de São Paulo e de Madrid como espaços de não identificação entre a classe trabalhadora e o seu trabalho, a conferir descrições que relacionam os locais de trabalho como um espaço de aprisionamento, tristeza e sofrimento que posteriormente vão se traduzir na conscientização dos personagens. Em *Parque Industrial*, a rua Sampson que direcionava os trabalhadores para a fábrica presencia os chinelos que se “arrastam sonolentos ainda e sem pressa na segunda-feira. Com vontade de ficar para trás. Aproveitando o último restinho de liberdade. (...) A rua está triste e deserta. (...) Na grande penitenciária social os teares se elevam e marcham esgoelando” (Galvão, 2018, p.16). Assim como a rua da fábrica perto da Ponte Toledo, em que Natalia trabalha, “por la cual desfílaban con frecuencia interminables caravanas fúnebres y que los atardeceres se llenaba de los balidos lastimeros de las tiernas reses que caminan cada día hacia el sacrificio” (Carnés, 2019, p. 103).

Por sua vez, em *Tea Rooms*, Carnés fez uma caracterização mais específica do interior do ambiente onde o trabalho era realizado. A identificar que “el ambiente del salón es áspero, caliginoso, pesado” (Carnés, 2016, p.63). A cozinha é pequena e escura que recebe iluminação por buraco estreito a causar debilidade nos olhos do cozinheiro

Paco que “va perdendo lentamente la vista en esta insalubre mazmorra” (Carnés, 2016, p. 71).

A classe trabalhadora vivia sob condições trabalhistas muito precárias no Brasil devido a negligência estatal pela ausência de direitos laborais. Segundo Ribeiro Júnior (2015, p.103), a obra traz uma objetividade narrativa com aspetos de panfletismo onde as palavras não precisam de elaboração ao trazer falas de trabalhadores com a “voz firme” do orador a conferir um estatuto de verdade que aproxima e agita os presentes na reunião do movimento de trabalhadores: “Nós não podemos conhecer os nossos filhos! Saímos de casa às seis horas da manhã. Eles estão dormindo. Chegamos às dez horas. Eles estão dormindo. Não temos férias! Não temos descanso dominical!” (Galvão, 2018, p. 28).

Direitos esses que só foram realidade a nível constitucional no Brasil no ano seguinte à publicação da obra, a partir da Constituição Federal promulgada em 1934, quando foram estabelecidas, no artigo 121, as garantias trabalhistas com instituição de salário mínimo, jornadas de oito horas diárias, repouso semanal e férias anuais remuneradas e, no artigo 120, serviços de amparo à maternidade, à infância e ao trabalho feminino, segmentos sociais quais sofriam intensa exploração por serem considerados força de trabalho mais barata.

Através da caracterização dos cenários das ruas das cidades retratadas em *Parque Industrial* e *Natacha*, a caracterização dos ambientes insalubres dos interiores das fábricas e do salão de chá também ganham forma e por onde as personagens das obras vão se constituindo através de emoções que se traduzem em sentimentos de indignação e dores físicas e emocionais relacionados às suas condições laborais.

As longas jornadas de trabalho que as trabalhadoras de agulha precisavam realizar para conseguir finalizar pedidos de vestidos de clientes burguesas, geralmente para serem usados em festas, traduziam-se nos olhos tingidos de roxo como consequência do trabalho noturno. A narradora nesse momento se apresenta como observadora para descrever os conflitos de classe entre as mulheres trabalhadoras e as que recebem os produtos dos trabalhos confeccionados por elas: “As operárias trabalham cinco anos para ganhar o preço de um vestido burguês. Precisam trabalhar a vida toda para comprar um berço” (Galvão, 2018, p. 29). De acordo com Vieira (2019, p. 89), nessa situação a narradora desconstrói o enunciado hegemónico da universalização do gênero a comprovar a existência de

mulheres numa perspetiva heterogénea onde a exploração da classe trabalhadora feminina também faz parte no universo das mulheres da burguesia.

Uma das trabalhadoras de agulha identifica nessa relação de exploração com jornadas extraordinárias do trabalho sem remuneração adequada a falácia da abolição da escravatura na prática das relações trabalhistas: “- Depois dizem que não somos escravas” (Galvão, 2018, p. 23). A permanência de relações escravocratas nos modos de produção capitalista também é mencionada quando se fala do trabalho de imigrantes que chegavam ao Brasil em decorrência da Primeira Guerra Mundial na Europa e eram direcionados ao trabalho agrícola.

A voz narrativa identifica as características das relações laborais do bairro do Brás a partir da reunião de padrões estabelecidos pela classe dominante e detentora dos meios de produção como uma “aliança com a exploração feudal da agricultura, sob a ditadura bancária do Imperialismo” (Galvão, 2018, p. 63). Apesar das explorações, segundo Jackson (2018, p.178), o retrato da classe trabalhadora pré-industrial de São Paulo não nasceu nos moldes capitalistas e por isso a presença de imigrantes foi importante para o despertar de um sistema reivindicativo e revolucionário que os trabalhadores brasileiros ainda não compreendiam.

“Depois, tinham sido endereçados como uma mercadoria para a fazenda feudal que o escravizara aos pés do café. Até a criança apanhava. O camponês calava-se” (Galvão, 2018, p.78). A precariedade de vida e as relações de servidão dos imigrantes no Brasil fazem com que a personagem Rosinha Lituana veja seu pai morrer ao ser “amarrado como um touro e reconduzido ao feudo moderno. Atravessando cidades policiadas!” (Galvão, 2018, p.78). Ao tornar-se órfã aos doze anos de idade, é obrigada a trabalhar em uma fábrica de tecidos e passa a se interessar pelo discurso da luta de classes ao conhecer movimentos de trabalhadores.

Em *Natacha*, a personagem principal não se adaptou ao ambiente laboral da fábrica de chapéus pela atmosfera “espessa y cálida” (Carnés, 2019, p.104) que cheirava a goma, contava com barulhos estridentes e ensurdecadores das máquinas e da luz “reducida e insalubre, cuya claraboya espesa y sucia obstruía el paso de los rayos del sol, y cuyo pavimento de madera carcomida despedía un polvo maloliente y negro” (Carnés, 2019, p.104) na sala de montagem dos chapéus. Ganhou apenas um real espanhol como salário inicial a ser reajustado caso se comportasse bem aos julgamentos da sua superior.

Por não dispor de habilidades manuais, se machucava com as agulhas e chegou a manchar o fundo de um chapéu a ser produzido que lhe rendeu uma advertência verbal. No início chorava por tudo isso, mas aprendeu a suprimir suas emoções porque desde criança conheceu e acostumou-se com as consequências de pertencer à classe social que luta pela sobrevivência e “como todos los niños que crecieron en la tristeza, se dio a pensar muy pronto, y a los catorce años supo que el mundo solo es miséria y dolor” (Carnés, 2019, p. 110).

As longas jornadas de trabalho e baixos salários estão entre os sentimentos de revolta das personagens de *Tea Rooms*, onde os conflitos de classe social também se diferenciavam entre os espaços internos e externos do salão de chá. Em Espanha, o Real Decreto de 03 de abril de 1919 havia estabelecido a jornada máxima de oito horas diárias ou quarenta horas semanais (1919, p. 28). Como Luisa Carnés teve a experiência de trabalhar em uma fábrica, denuncia a realidade da não aplicabilidade na prática do período de trabalho estabelecido por lei no cenário espanhol.

Os trabalhadores do salão de chá tinham direito a menos de um dia por semana de descanso, contra 65 horas semanais trabalhadas e aos domingos eram subordinados ao acúmulo de funções de trabalho sem remuneração adicional equivalente. Além da execução do trabalho diário normal, eram obrigados de atender os pedidos do balcão e das mesas do salão. Um conjunto de fatores de exploração que causavam efeitos sobre a saúde dos trabalhadores, como dores pelo corpo em troca de três pesetas.

Duelen las plantas de los pies, y los muslos y el índice de la mano izquierda, producto de la experiencia del nudo corredizo, y se tiene un peso enorme encima de los párpados. ¿Cuántas horas? Diez. Diez horas (...) Diez horas. Cansancio, tres pesetas. (Carnés, 2016, p. 34).

Dessa forma, as mulheres trabalhadoras não eram precarizadas apenas no ambiente e nas condições de trabalho, ao se compararem com as mulheres do lado de fora do salão percebiam com um sentimento de tristeza e revolta que além da exploração laboral e a falta de direitos para lhes proteger, também estavam sujeitas à privação de sentimentos e à vida, pois não possuíam tempo para “el ocio, el lujo, las diversiones y el amor” (Carnés, 2016, p. 36), como as outras que podiam se dedicar a todas essas esferas sem medo de perder algo que contribuísse para a sua sobrevivência. O que podemos

analisar como a conscientização das personagens de Carnés no processo de desumanização da classe trabalhadora que dedica todo o tempo da sua vida na troca da venda da sua força de trabalho para obter ao menos algum salário, por menor que ele seja.

No início da narrativa de *Parque Industrial* o delinear do bairro do Brás é percebido nos primeiros parágrafos ao expor observações a hipocrisia da sociedade correlacionando comportamentos sociais que separariam a burguesia - com uma vida de heranças, comodidade e regras sociais mesmo que nem sempre cumpridas e que mesmo assim não a impede de pertencer a esse lugar - e a classe trabalhadora como filhos naturais da sociedade que devem se submeter às regras impostas não havendo a possibilidade de escolhas:

Pelas cem ruas do Brás, a longa fila dos filhos naturais da sociedade. Filhos naturais porque se distinguem dos outros que têm tido heranças fartas e comodidade de tudo na vida. A burguesia tem sempre filhos legítimos. Mesmo que as esposas virtuosas sejam adúlteras comuns. (Galvão, 2018: 15)

A precariedade laboral também se configura em formas de assédio onde aproveita-se a posição inferior hierárquica da trabalhadora para o usufruto da violação da integridade moral e física que atinjam a dignidade de quem o recebe. Os ambientes das fábricas de Galvão e Carnés e do salão de chá traduzem-se em ambientes de trabalho não só com péssimas condições para o exercício do trabalho, mas a evidenciar a vulnerabilidade feminina pela construção social de a desprezar como ser humano por ser pertencente ao mercado de trabalho e sujeito a assédios morais e sexuais. Seja por uma figura hierarquicamente superior que sabe da necessidade económica e aplica a ameaça de despedimento ou, por uma figura masculina que reforça a cultura de dominação patriarcal sobre o corpo da mulher ao ser instrumentalizá-lo e fetichizá-lo para a satisfação sexual masculina.

Em *Parque Industrial*, o assédio moral configura-se a partir da construção da imagem da mulher da classe trabalhadora como “vagabunda” e “preguiçosa”, termos utilizados pela autora que são relacionados aos vestígios do colonialismo no relacionamento entre empregador e empregada conectados à servidão. A diferença social está no contraste em que trabalhadoras de agulha e em setores têxteis, que produzem as roupas de festas da burguesia, não podem usufruir de momentos de lazer pois estar na rua

significava poder ser confundido com cenas de malandragem. “Malandros! É por isso que o trabalho não rende! Sua vagabunda! Bruna desperta. O moço abaixa a cabeça revoltada. É preciso calar a boca! Assim, em todos os setores proletários, todos os dias, todas as semanas, todos os anos!” (Galvão, 2018, p.17).

A servidão permanente nos modos de produção capitalista traz consigo o silenciamento dos trabalhadores entre si e do medo diante do enfrentamento ao seu superior pelo medo de perder o emprego, a demonstrar que a relação entre empregador/superior e empregado possui uma discrepância de ordem econômica onde o trabalhador é a parte mais frágil dessa relação. Combinado a isso, a exploração de horas extras trabalhadas e não pagas se desdobra quando uma costureira com um pedido urgente de uma burguesa que vai dar uma festa no dia seguinte tenta se desculpar que não pode ficar além do tempo para cuidar de sua mãe que está doente em casa é imediatamente repulsa: “Se você for é de uma vez. A proletária volta para seu lugar entre as companheiras. Estremece à ideia de perder o emprego que lhe custara tanto arranjar” (Galvão, 2018, p.23).

Em *Natacha*, a construção do sentimento de rejeição pelo ambiente de trabalho pela personagem principal não estava relacionada só ao ambiente insalubre e a sua inabilidade com trabalhos manuais, a personagem também sofria abusos sexuais, com a violação física por parte de seus companheiros de trabalho, inclusive Don Cesar, com quem se casou posteriormente. Natacha era vítima de constantes passadas de mão ou do roçar de pernas por parte deles pelo seu corpo que aconteciam nos turnos da noite nos corredores mal iluminados da fábrica (Carnés, 2019, p. 113). O sentimento de Natalia pelos homens transformou-se em repulsa ao se conscientizar que, por ser mulher, com qualquer tipo de homem estaria exposta a violação de sua integridade.

A personagem não se sentia segura em nenhum ambiente da vida, nem no espaço público nem no privado ao pensar que “los hombres eran como su padre, o don Cesar, o aquellos cochinos de la fábrica que siempre tenían dispuestas las manos al atrevimiento, y la lengua, a la obscenidade” (Carnés, 2019, p. 113). Por isso, também viu o casamento uma forma de redenção ao trocar esse cenário de violação sexual pela privação de sua liberdade. Ambos a configurar a vulnerabilidade da exposição do corpo da mulher à figura masculina.

Em *Tea Rooms*, Carnés também denuncia a subordinação das mulheres aos homens como principal causa de existir a possibilidade e a frequência de sofrerem assédio, onde nos casos mais repugnantes, as trabalhadoras eram obrigadas a denunciar seu chefe imediato a alguém superior ou a pedir transferência para outro departamento (Carnés, 2016, p. 88). No salão de chá o personagem do “el ogro” trai a sua mulher a partir da sedução da personagem *encargada* que se torna reprodutora do discurso opressor de seu chefe e amante na relação laboral com as outras funcionárias. Aqui percebemos assédio de natureza dupla: o do tipo sexual, realizado pelo patrão contra a funcionária, com sua posição hierárquica dentro do salão e fora dele por ser homem, e do tipo moral, com tratamento hostil com os funcionários a partir de um funcionário que tem uma posição hierarquicamente maior que os demais.

O capítulo “mulher da vida” em *Parque Industrial* apresenta cenas ocorridas no ambiente de prostituição onde há a presença de mulheres que se obrigam a estar nessa condição de exploração como meio de subsistência. É um espaço onde personagens femininas disputam a precariedade de vida e a oportunidade de redução da pobreza a partir da exploração e de instrumentalização de seus corpos para satisfação sexual de figuras masculinas. As estigmatizações dos corpos das prostitutas através de adjetivos de características negativas se contrapõem à idealização da mulher pelos ideais burgueses de valorização da virgindade e da pureza. Em virtude de a moral burguesa considerar que qualquer contacto sexual com mulheres que não seja com objetivo reprodutivo seja obscuro, antinatural e pervertido (Saffioti, 2019, p. 57), o desejo físico e fisiológico masculino é saciado pela violência contra o corpo da mulher que se prostitui por necessidade e, concomitantemente, ser considerado como um corpo sujo e doente por ter sido utilizado por muitos homens.

Em *Parque Industrial*, a dupla exploração - capitalista e patriarcal – sobre a mulher da classe trabalhadora recai principalmente na personagem Corina que além de ser uma mulher pobre, é preta, solteira e engravida de Arnaldo, um pequeno burguês que se satisfazia sexualmente com o corpo dela e nega a paternidade do filho quando descobre a gravidez dela. Corina desespera-se ainda mais quando é demitida por contar de seu estado, ser chamada de vagabunda e não se submeter a um aborto que lhe é aconselhado. Ao se conscientizar que a sociedade capitalista já lhe dá a miséria como forma de vida e a sociedade moralista não a acolherá, pensa em suicídio. Mesmo sendo acolhida na casa

de sua companheira de trabalho do ateliê de costura, Otávia, a única oportunidade de emprego que consegue para sobreviver é em uma casa de prostituição. Espaço onde se submete à venda de seu corpo como fonte de renda para se sustentar e para comprar os utensílios necessários para a criação do seu filho.

Corina se vende noutro quarto. Tentáculos de um preto gigante enroscam o corpo deformado pela gravidez adiantada.

– Você de barriga, me amolece!

Uma voz rouca gargalha na sala.

– Pode vir sem dinheiro mesmo! Até eu, pago...

Olhos encarvoados dão vida a uma fonola velha. Tetas murchas balançam nos deossos ensebados. Corina abre a porta, fatigada. Mais outro, e terá o dinheiro para o berço do filhinho. (Galvão, 2018, p.54)

Antecipa-se aqui a crítica ao feminismo liberal de Patrícia Galvão ao apresentar a necessidade de uma análise de heterogeneidade na abordagem do gênero. Corina é percebida como a personagem que mais enfrenta os problemas de uma sociedade classista, misógina e racista por ser mulher, preta e pobre. Perde o emprego por ter engravidado solteira e negar um aborto ao acreditar na falsa promessa de melhores condições de vida através do casamento com Arnaldo que a ignora ao de saber da gravidez. Corina, por não ter tido outra opção a não ser utilizar das múltiplas relações sexuais como trabalho, teve como castigo a contração de doenças venéreas e o parto de um filho que nasce sem pele, a ser considerado um monstro pelas funcionárias do hospital. A punição estatal ao ser presa por ser acusada na maternidade de ter matado o próprio filho leva Ribeiro Junior (2015, p. 50) a apontar que esse castigo social à personagem é também um mecanismo de Galvão de apresentar a impossibilidade da união interclasses, onde o prejuízo recai sobre o lado mais enfraquecido e vulnerável da relação, nesse caso, a mulher, mãe solo e trabalhadora.

O fim de Corina ao sair da prisão é entregar-se novamente à prostituição, apesar de ter tentado uma vida nova com um emprego de criada, mas foi novamente rechaçada pela sociedade. Por isso, “nunca mais trabalhara. Quando tem fome abre as pernas para os machos” (Galvão, 2018, p. 100). A personagem ocupa, assim, um lugar no círculo vicioso de exploração e exclusão feminina na sociedade capitalista, combinados com a

moralidade patriarcal. A pertencer à classe trabalhadora que necessita do trabalho como forma de sobrevivência, Corina está sujeita às condições precárias do trabalho e sonha com uma vida melhor através do casamento com um homem de classe diferente da sua, mas por incompatível com a moralidade social imposta. é punida por ter contraído doenças no único trabalho que conseguiu arranjar para dar alguma dignidade de vida para ela e seu filho. A sociedade que a pune por estigmas sociais oriundos na exploração do trabalho e nos valores moralistas burgueses e a impossibilita de novas oportunidades no mercado de trabalho é a mesma que explora seu corpo e a sua dignidade.

O tema da prostituição em *Natacha* é abordado por Carnés quando a personagem principal, angustiada e cansada pelos assédios morais e sexuais recebidos na fábrica, vende a sua liberdade em um casamento com Don Cesar. A personagem percebe nessa troca de favores sendo a única alternativa ao seu alcance de escapar das opressões da vida de miséria e da exploração do local de trabalho. O seu relacionamento é julgado pelo personagem Gabriel Vergara, por quem ela tem uma imensa admiração, que considera o casamento de Natacha com Don César como uma forma de prostituição.

A morte de sua mãe, Natalia Valle, lhe traz profundas reflexões sobre a sua tentativa de emancipação através do casamento e os valores morais da sociedade: “¿Estaba yo obligada a seguir aquella vida miserable? ¿Es que había outro medio de salir de aquella miséria?” (Carnés, 2019, p. 229). Logo, vemos que a personagem ressignificou o casamento como melhoria de vida e também como forma de escapar dos constantes assédios na fábrica de chapéus. Percebemos um triplo julgamento moral na construção dos personagens masculinos da obra. Eles se sentiam no direito de violarem um corpo feminino com assédios sexuais dentro do ambiente de trabalho, posteriormente Don César utiliza da vulnerabilidade de vida e do destino de miséria da personagem ao se apresentar como uma figura salvadora que não se diferencia do comportamento de Gabriel. Ele aparece como a possibilidade de salvação de Natalia pela promessa de um romance que não acontece. Além de frustrar essa expectativa, não buscou compreender os motivos pelos quais Natalia tenha “escolhido” o caminho do casamento sem amor e por interesse ao dinheiro, mesmo que ela tenha se arrependido depois.

3.6. Perspetivas reivindicativas de classe e gênero

3.6.1. A consciência de classe e a organização das greves dos trabalhadores

O antagonismo das relações sociais consequentes do capitalismo se converte na construção da conscientização dos personagens pertencentes à classe trabalhadora sobre o seu estado de dependência do trabalho e da exploração económica do seu processo produtivo. Em passagens das três obras, algumas até anteriormente desenvolvidas em outros temas, pudemos perceber o despertar da consciência dos personagens a partir das experiências de laborais e de vida aos quais estão obrigados a estar pela predeterminação da estrutura económica da sociedade que se juntam a diálogos com personagens já que representavam desde o início das obras aparece com a personalidade revolucionária, como é o caso de Rosinha Lituana, em *Parque Industrial*, e Matilde, em *Tea Rooms*.

Em *Parque Industrial*, estabelecemos a categorização de três trajetórias que se dividem entre as vivências de algumas das personagens femininas principais e que se assemelham à opinião pessoal da autora. A primeira encontra-se nas trabalhadoras conscientes da sua condição de exploração e necessidade do trabalho como forma de subsistência a buscarem nas lutas reivindicativas através de greves e da disseminação da consciência de classe os passos iniciais para a solução social emancipatória. Representadas pelas personagens Rosinha Lituana e Otávia que participam juntas na sessão de um sindicato regional nas páginas iniciais da narrativa.

Em segundo, a trajetória de Matilde que ganha consciência de classe no decorrer das opressões da sua vida que inicia como operária, vai estudar na Escola Normal para obter boa aparência social, apesar das dificuldades económicas, mas posteriormente é obrigada a retornar ao trabalho na fábrica devido á doença da mãe. A personagem envia uma carta para Otávia a agradecer a ajuda da amiga pelo processo de conscientização da situação de vulnerabilidade da mulher no mercado de trabalho. A personagem confessa que acabara de ser despedida por ter se recusado a ir para a cama com o patrão e percebe na sua revolta “o alcance de minha definitiva proletarização, tantas vezes adiada!” (Galvão, 2018, p. 89). E se utiliza dessa consciência política para transformar sua revolta em aderência ao movimento de trabalhadores:

É impossível que os proletários não se revoltem. Agora é que eu senti toda a injustiça, toda a iniquidade, toda a infâmia do regime capitalista. Só tenho uma coisa a fazer, lutar encarniçadamente contra esses patifes da burguesia. Lutar ao lado dos meus camaradas de escravidão. (Galvão, 2018, p. 89)

Observamos que, no caso de Otávia, a importância da divulgação das ideias pela ex-companheira de trabalho foi essencial para o desenvolvimento do pensamento crítico da consciência de classe sobre as situações de humilhação vivenciadas por ela. De forma a reforçar o discurso de que a luta revolucionária dos trabalhadores se faz através da coletividade.

Por último, observa-se a trajetória dos burgueses, considerados pela autora “por meia dúzia de grossos papa níqueis, da população global dos trabalhadores do Estado, através do sugadouro do Parque Industrial” e apresentados em toda a obra com a imagem de “viver no champanhe e no parasitismo” (Galvão, 2018, p. 75) em troca da exploração da classe trabalhadora. A este último grupo junta-se a personagem Eleonora, ex-estudante da Escola Normal que ao casar-se com um juiz encontra a felicidade na alienação e na futilidade da vida luxuosa que o casamento lhe concedera.

Segundo Chareyre (2018, p.132), Patrícia Galvão constrói em algumas dessas personagens a projeção de sua vida pessoal, que apesar de origens sociais contraditórias, fizeram parte da sua trajetória de vida. De normalista fútil, orgulhosa e alienada (Eleonora) a tornar-se uma operária consciente e engajada pela luta revolucionária da classe trabalhadora (Otávia). Inclusive o casamento conturbado de Eleonora com Alfredo Rocha, um burguês que renega sua classe social e se solidariza com a luta proletária, conduz para a interpretação do casamento da autora com o escritor Oswald de Andrade.

A personagem Rosinha Lituana é a primeira que aparece nas primeiras páginas da obra com a característica que vai acompanhá-la até o final: é a personagem que engloba a completude da consciência de classe, desde o aspeto de interpretação da sociedade na divisão entre exploradores e explorados, a passar pela organização política em sindicatos e divulgar em vários diálogos suas ideias revolucionárias, além de ser uma das responsáveis pela linha de frente da organização da luta coletiva dos trabalhadores para fazer a revolução social. Trata-se de uma imigrante fugida da guerra na Europa e sindicalista que tenta convencer os seus companheiros de trabalho na fábrica a participarem da luta anticapitalista com a explicação do mecanismo da exploração

capitalista: “- O dono da fábrica rouba de cada operário o maior pedaço de dia do trabalho. É assim que enriquece à nossa custa!” (Galvão, 2018, p. 19).

O trecho acima dá início à utilização do mecanismo da autora de reproduzir, nas falas de indignação dos personagens, o enriquecimento da burguesia à custo da precariedade do trabalho deles. A indignação está associada ao conceito de mais-valia de Marx (2013, pp.737-738), onde indica que a expansão do capital está no poder do detentor dos meios de produção - no caso a burguesia, que obtém lucro a partir de todo o valor não pago pela realização do trabalho da classe trabalhadora que é transformado em lucro para si próprio. Ou seja, a classe trabalhadora vende a sua força de trabalho por um salário fixado pela burguesia e todo valor excedente do salário e valor final do produto do trabalho, se transforma em lucro para os donos do meio de produção.

O discurso de reconhecimento de que o produto da venda da força de trabalho mal confere uma vida digna aos trabalhadores é contestado pela vida luxuosa que a burguesia utiliza para se manter através desse lucro. É no espaço de organização coletiva dos trabalhadores, em uma reunião sindical, que a identificação proletária com as condições precárias de vida seja percebida através da comparação do poder de compra da classe trabalhadora e da burguesia. Enquanto os trabalhadores não conseguem comprar utensílios básicos para sua casa, a burguesia é apontada como detentora de um estilo de vida abundante sob a perspectiva de descartabilidade material sustentada pelo trabalho da classe trabalhadora.

Na cidade, os teatros estão cheios. Os palacetes gastam nas mesas fartas. As operárias trabalham cinco anos para ganhar o preço de um vestido burguês. Precisam trabalhar a vida toda para comprar um berço. – Isso tudo é tirado de nós. O nosso suor se transforma diariamente no champanhe que eles jogam fora. (GALVÃO, 2018, p. 29)

Ao longo da narrativa percebe-se que a voz do trabalhador é o principal foco para o processo de identificação coletiva dentro de reuniões de movimentos proletários que são espaços divididos entre a consciência de classe, traidores da classe e pela opressão da polícia que transita esses ambientes a fim de defender os valores “a favor da burguesia que nos explora” (Galvão, 2018, p. 28). A questão policial retratada não indica somente a presença de intimidação nos espaços de discussões e interesses coletivos, mas a ser considerado um reflexo da sociedade burguesa de condenar e a separar a classe

trabalhadora pelos cargos e espaços públicos que ocupam a partir de uma visão ainda colonialista:

Nós construímos palácios e moramos pior que os cachorros dos burgueses. Quando ficamos desempregados, somos tratados como vagabundos. Se só temos um banco de rua para dormir, a polícia nos prende. E pergunta por que não vamos para o campo. Estão dispostos a nos fornecer um passe para morrer de chicotadas no “mate-laranjeira”!⁹ (Galvão, 2018, p. 29)

Inclusive, no final da obra a traição de um dos companheiros resulta na deportação de Rosinha Lituana para Lituânia, seu país de origem, em uma prisão causada pela denúncia durante uma manifestação. Mesmo assim é consolada pela confiança de que “se em todos os países do mundo capitalista ameaçado, há um Brás” (Galvão, 2018, p. 81), a luta em busca de uma revolução social para a emancipação da mulher e de todos os trabalhadores pode continuar com a reprodução aqueles que companheiros que deixou para trás. Pensamento que se une à luta anticapitalista internacionalista onde nos remetermos a histórias vividas por militantes que foram presas e/ou tiveram que se submeter ao exílio, como Rosa Luxemburgo, Clara Zetkin, entre outras militantes. Inclusive a própria Patrícia Galvão que anos depois de publicar seu livro se exilou, foi presa em França por falsa identificação utilizada para atuação política no Partido Comunista francês e quase ter sido deportada para a Alemanha nazista.

Podemos, inclusive, considerar a estratégia narrativa de homenagear Rosa Luxemburgo e toda a sua luta anticapitalista, que reunia as questões de classe e gênero, ao também colocar o seu nome em um dos títulos do romance. Bem como na lembrança de seu assassinato por um oficial paramilitar na associação da polícia da obra estar vinculada aos interesses burgueses utilizavam de sua força para impedir as reuniões e a greve dos trabalhadores, no discurso de que “matam os operários, mas o proletariado não morre” (Galvão, 2018: 88).

A organização dos trabalhadores seria a solução para as reivindicações laborais e contra o sistema capitalista. Quando o Brás acorda e se junta, o entusiasmo é visto como uma revolta alegre e a greve é uma festa. A consciência de classe é alcançada quando o

⁹ Referência da autora a uma Companhia produtora de erva mate fundada no final do século XIX para designar o monopólio das grandes plantações brasileiras onde se implementou um regime social semiescravagista.

medo tenta invadir a greve por conta da violência policial, que é mandada pela burguesia, ao prender companheiros participantes da greve. Com os trabalhadores unidos e esperançosos, a voz de uma mulher trabalhadora, assim como a narrativa de autoria feminina, surge como o discurso que se sobressai para a não desistência da luta coletiva em prol de medos e inseguranças individuais:

Nós, à noite, nem força temos para acalantar nossas crianças que ficam sozinhas e largadas o dia inteiro ou fechadas em quartos imundos, sem ter quem olhe para elas! Não devemos enfraquecer a greve com nossos lamentos! Estamos com o pagamento atrasado e chegamos até a passar fome, enquanto os nossos patrões que nada fazem vivem no luxo e mandam a polícia nos atacar! Mas não será por isso que vamos de ser escravas a vida inteira! (...) Se nós mesmos não defendermos as nossas reivindicações, quem correrá em nosso auxílio? A reação policial é um incitamento para a luta, porque só vem provar que somos escravos da burguesia e que a polícia está ao lado dela! Temos dezasseis camaradas presos. Porquê? Devemos exigir que eles sejam postos em liberdade. Camaradas! Formemos uma frente de ferro contra a barbaridade dos burgueses que já estão sentindo a agonia de seu regime e por isso apelam para as violências e para o terror! Tenhamos confiança na vitória proletária! Lutemos pela greve e pela liberdade de nossos presos! Maridos, companheiros, irmãos e noivos! Pela greve geral! Contra a burguesia e seus lacaios armados! (Galvão, 2018, p.76).

É nesse momento que destacamos a utilização por Galvão do mecanismo de também dar destaque para a força da voz feminina como participação fundamental para a construção do movimento revolucionário proletário. As reivindicações entre a situação de precariedade da classe trabalhadora para encontrar formas de sobrevivência e dignidade devem ter a participação feminina para que as suas demandas sociais também sejam ouvidas, tópico a ser desenvolvido no próximo subcapítulo.

Os diálogos mais constantes sobre a consciência de classe são realizados pelos trabalhadores sobre suas condições sociais. Rosinha ao perceber a indignação de um rapazinho que não sabia que era explorado e gostava de tomar atitudes individuais de quebrar o carro do patrão, o adverte e incentiva a luta coletiva pelo partido dos trabalhadores: “se você fizer isso sozinho, irá para a cadeia e o patrão continuará passeando noutro automóvel. Mas felizmente existe um partido, o partido dos trabalhadores, que é quem dirige a luta para fazer a revolução social” (Galvão, 2018, p.19). Segundo Ribeiro Junior (2015, p. 101), foi uma tática propagandística ao PCB e a legitimidade da mensagem comunista que era contrária a atuações anteriores

desorganizadas e desestruturadas que contribuíram ainda mais para o sectarismo da sociedade brasileira.

Inclusive, as falas de cunho “militante” foram consideradas como linguagem panfletária pela utilização frequente da autora por expressões como “camaradas”, “lutar contra a burguesia” e “exploração capitalista” devido a proximidade da autoidentificação da autora em determinados personagens ao ser sido uma forma de abordar a experiência pessoal da autora no período de militância no PCB (Higa, 2011, p. 36). A intimidade da autora com conceituações das teorias marxistas não é só percebida nos diálogos, como também na descrição dos espaços de organização coletiva e estrutural da sociedade. O capítulo chamado “num setor da luta de classe” faz referência à sessão de reunião dos trabalhadores em uma sessão no sindicato e o capítulo que encerra o livro chama-se “reserva industrial” propositalmente ao indicar a frustração da autora pelo não acontecimento da revolução dos trabalhadores ao relacionar o fim de Corina e Pepe, personagens que não desenvolveram a consciência de classe, ao que Marx conceituou por exército industrial de reserva¹⁰. Os personagens terminam como “vítimas da mesma inconsciência, atirados à mesma margem das combinações capitalistas” (Galvao, 2018, p. 103). Logo, terminam punidos pela manutenção da sociedade capitalista jogados no problema do desemprego estrutural.

Em *Natacha*, a personagem principal carrega em si a consciência de classe de forma individual a partir das opressões de ordem social e laboral, mas sem ser pela busca de organização coletiva. Não só pelas suas experiências, mas em um momento que está a conversar com Don César sobre a greve dos trabalhadores no bairro de Kabila, um bairro periférico de muita exploração, e parece apoiar com entusiasmo a atitude dos grevistas de saquear comida para terem o que comer. A personagem rebate a crítica de Don Cesar: “¿iban a dejar que sus hijos se muriesen de hambre mientras dentro de las tiendas se almacenaban los comestibles? Yo habría hecho más” (Carnés, 2019, p. 212). Percebemos que a consciência de classe está na diferença entre os discursos dos dois por ela já ter conhecido o lugar da fome e de exploração capitalista que não confere dignidade laboral nem de vida., mas o faz a partir de um lugar individualista.

¹⁰ Ver Marx, K. (2013). *O Capital: Livro 1, o processo de produção do capital*. Boitempo Editorial.

Ao reconhecemos a tripla dimensão de análise da construção da personagem Natacha, mencionada por Fernández (2020, p. 321), que a confere um cenário de contradições e referências da classe trabalhadora através dos sentidos simultâneos de negar e rejeitar a situação de marginalidade e a construção da consciência de classe que se cruza com discursos feministas. Bem como, a construção da personagem pela busca de identidade e não pela imagem de uma trabalhadora revolucionária (Fernández, 2020, p. 323), percebemos o tema da consciência de classe já foi elaborado conjuntamente com os outros temas em outros tópicos sobre a personagem, por isso optamos por percorrer o direcionamento da organização coletiva para o outro romance de Luisa Carnés.

O desenvolvimento do tema da consciência de classe para a contribuição de uma luta coletiva torna-se mais evidente em *Tea Rooms* onde presencia-se uma evolução gradual de Luisa Carnés no âmbito do compromisso de reivindicação de classe no apoio à mulher trabalhadora. A autora passa de uma rebeldia quanto a sua condição pessoal e de classe para adotar uma posição de reflexão de postura crítica diante da realidade que envolve no maior envolvimento do leitor e da receção da obra enquanto leitura de compromisso político (Plaza Plaza, 2010, p.106)

Assim como vimos em *Parque Industrial*, Luisa Carnés descreve em *Tea Rooms*, a solução política da classe trabalhadora a partir da demonstração de que as práticas individuais levam ao fracasso das mudanças sociais pois estão relacionados com o funcionamento da sociedade capitalista. A narrativa não constrói necessariamente a afiliação em sindicatos ou em movimentos proletários, mas união dos trabalhadores sendo a emancipação dos trabalhadores o único caminho possível (Fernández, 2020, p.342).

A consolidação da definição de sociedade de Matilde entre “los que suben en ascensor y los que utilizan la escalera interior” (Carnés, 2016, p. 77) encontra-se em um corpo que convive diariamente com o destino socialmente imposto à miséria, a situações de humilhação e de dor que existe desde o início dos séculos. O despedimento injustificado da companheira de trabalho Felisa confere às trabalhadoras do salão de chá um ambiente ainda mais penoso. A personagem expõe seu limite de cansaço pela condição de explorada e sugere que a melhor opção a se fazer é a organização de um protesto para a readmissão de Felisa. O detalhamento do comportamento de cada uma das personagens envolvidas na cena demonstra a estratégia de Carnés de conciliar o nível de conscientização da exploração e, ao mesmo tempo, da força coletiva, com atitudes que

são influenciadas diretamente pelos sentimentos que derivam da situação económica de cada personagem.

Enquanto Matilde é a mais revoltada com a situação, Antonia já se acostumou com o não reconhecimento de seu trabalho por aguentar anos de exploração ao demonstrar um sentimento de indiferença sobre a situação e Trini, apesar de estar descontente e ter consciência da gravidade da situação, tem medo de agir contra seu patrão e acabar desempregada. Nessas personagens percebemos a consciência das condições de exploração das personagens, pela revolta ou pelo conformismo, a contribuir com a percepção da apatia e medo da classe trabalhadora que não pode perder a fonte da sua sobrevivência. Diferentemente de Paca que não se importa com as explorações, nem no conhecimento de seus direitos e deveres laborais e logo desponta com assuntos religiosos. Nesse momento, a voz narrativa soma ao discurso de Paca o menosprezo pela luta dos sindicatos e daqueles que lutam por pelos direitos laborais: “dice que son «centros de corrupción», donde se incita a los obreros a la rebelión contra quienes «les dan el pan»” (Carnés, 2016, p. 81).

Matilde conduz o discurso da linha divisória de classes que é sentida a cada instante (Carnés, 2016, p.81) pelos trabalhadores na obra. A personalidade da personagem é exposta através do interesse da autora pela exposição da capacidade de transgressão de Matilde como um indivíduo questionador do destino social imposto às mulheres e à classe trabalhadora e explora nela as possibilidades de emancipação a considerá-la como um sujeito histórico (Somolinos, 2015, p. 5). A voz narrativa se acerca da consciência e da transgressão da personagem para indicar a ausência de políticas direcionadas à proteção dos trabalhadores onde eles mesmos tem de se reinventar para sobreviver, a conduzir uma orientação de consciência de classe e construção de um futuro digno pela própria classe:

el explotado además de un estómago, posee una envoltura física susceptible del frío y calor, y la cual necesariamente debe cubrir, según sus posibilidades económicas. Cuando estas posibilidades no existen, se busca el medio de obtenerlas, en la forma que sea (Carnés, 2016, p.181).

O clima de instabilidade política e social do período pré-Guerra Civil vivida em Espanha, com perseguições a quem declarasse discursos com ideais políticos contrários à ideologia dominante com pronúncia em vias públicas, a incluir encontros de

trabalhadores que discutiam a consciência de classe contribuía para o aumento do medo pelas prisões (Carnés, 2016, pp. 105-107), além do aumento do medo do despedimento e do desemprego que já era característica da classe trabalhadora. A autora utiliza de sua experiência pessoal revolucionária para a construção de uma irmandade entre os trabalhadores com a ideia de uma greve generalizada entre trabalhadores de restaurantes e cafés. Segundo Olmedo (2014, p. 516), muitos escritores comunistas viram na União Soviética o modelo a seguido como solução para as reivindicações proletárias, por isso, a autora aponta na narrativa que a justiça dos trabalhadores só será conquistada com a modificação estrutural social que levaria ao fim das condições de exploração e da ignorância.

A ideia de consciência de classe para a construção de greves e de lutas a partir da coletividade está na ideia de unidade de luta presenciada no discurso de Matilde que “preconiza la solidaridad, la unión de los trabajadores. Sin unidad no se consigue nada” (Carnés, 2016, p.145). É a partir de seu discurso que Antonia, antes caracterizada pelo conformismo e indiferença, apesar de não perceber sobre o que o discurso da solidariedade entre os trabalhadores se trata, acredita uma admiração ao perfil revolucionário e contestador da companheira de trabalho que possui uma visão inequívoca da realidade. A configurar o compromisso da autora com a importância da conscientização e da disseminação entre a própria classe do discurso de emancipação da classe trabalhadora.

Esse compromisso é percebido posteriormente nos momentos de indecisão e conflitos em cima das dúvidas que envolvem os trabalhadores do salão de chá que se dividem entre aderir ou não a greve geral dos profissionais da restauração. A consciência sobre o envelhecimento e consequências do corpo que carrega anos de condições precárias do ambiente de trabalho e estão sujeitos a descartabilidade do empregador quando este não serve mais aos olhos do patrão, reflete na decisão final dos personagens que se juntam à fraternidade proletária.

De pronto se siente la alegría de aportar el granito de arena personal a la causa de la clase a que se pertenece. Ya no se piensa en el hermano de gremio como en la cosa enemiga, que «coacciona», que empuja al «arroyo», «al hambre». Ahora es el hermano de ruta, el luchador noble, el brazo del gigante bajo cuyo cerebro está escrito el destino de los eternamente explotados. Sí; ¡qué hermosa es la solidaridad! ¡Viva la solidaridad! (Carnés, 2016, p.152)

3.6.2. Questão de gênero e emancipação da mulher

Para iniciar o desenvolvimento da temática sobre a questão de gênero e as diferenças entre as diferentes perspectivas de emancipação para as mulheres nas obras, retornaremos à Zetkin (1896) na sua defesa em que a mulher da classe trabalhadora sente mais intensamente a opressão social devido a questão de exploração da classe trabalhadora coincide com a situação de inferioridade intrínseca ao seu sexo imposta pela sociedade, o que as converte em vítimas mais duramente golpeadas pela ordem do sistema capitalista.

A narrativa de *Parque Industrial* se constitui de tecnologias de gênero que Vieira (2019) utilizou para analisar como Patrícia Galvão construiu as personagens para criar representações da mulher a partir dos discursos hegemônicos das instituições patriarcais da burguesia que se unem para criar técnicas de dominação da mulher e da classe trabalhadora. Levando em consideração que as tecnologias de gênero visam instituir e dar continuidade a um padrão de comportamento, na obra, percebemos que todas as relações de poder são passíveis de resistência em algumas personagens que “além de problematizar e de desmascarar as instituições de poder, configura-se como um espaço discursivo de denúncia que opera na contramão das tecnologias hegemônicas de gênero e corrobora o não reforço e a aceitação dos padrões comportamentais impostos” (Vieira, 2019, p. 112).

Os mecanismos utilizados por Patrícia Galvão no tema da emancipação feminina transitam entre o conflito dos feminismos liberais e marxistas nas reflexões e críticas acerca das opções de escolhas para profissões para as mulheres no início do século XX, a conciliação entre maternidade e mercado de trabalho e o sufrágio feminino. Diante dessas observações, a autora apresenta como única solução para a emancipação da mulher na sociedade a indissociabilidade do feminismo com a luta de classes e, também, com a questão racial, identificado na personagem Corina. Esse último ponto da interseccionalidade utilizado por Galvão a difere de Luisa Carnés por ter tido como uma de suas fontes de inspiração para a escrita a vivência em uma sociedade que presenciou séculos de escravidão e moldou as suas relações sociais e institucionais no capitalismo industrial composto com estruturas escravocratas e, conseqüentemente, não há como não envolver a questão racial nesse processo.

Como um dos recursos para o desenvolvimento dessa investigação foi a utilização da análise comparativa baseada na tematologia, orientamo-nos a destacar na análise das obras pelas perspectivas de gênero e classe, de forma a mencionar sem muita profundidade a questão racial na personagem Corina, mas focar a análise na crítica dos feminismos marxistas em relação aos feminismos liberais para analisar a situação de precariedade das personagens e os discursos de emancipação feminina que elas utilizaram ou poderiam utilizar para resolver a situação social das mulheres.

A necessidade do desenvolvimento de um feminismo mais inclusivo e que abrangesse todas as mulheres na obra de Patrícia Galvão está relacionado nas oportunidades consentidas pela sociedade burguesa e nas suas relações com o trabalho. Para as filhas dos burgueses e pequenos burgueses, como é o caso das personagens Matilde e Eleonora, “os pais querem que as filhas sejam professoras, mesmo que isso custe comer feijão, banana e broa todo dia” (Galvão, 2018: 30). Eles não se importavam de sacrificar hábitos da vida privada para obter alguma visibilidade social positiva na vida pública. Além do mais, se envergonhavam se estivessem fora desse cenário de empregos permitidos pela classe burguesa, como é o caso de Matilde que não contava a ninguém que já havia trabalhado na fábrica.

A oposição entre as teorias feministas aparece em relação ao que o feminismo liberal apresentava como conquista de mulheres burguesas de espaço público a partir do acesso à educação e a determinadas profissões. “Os pais já deixam as filhas serem professoras. E trabalhar nas secretarias.” (Galvão, 2018, p. 67). A emancipação das feministas que a burguesia de São Paulo produzia estava preocupada com a aparência e na superficialidade na sua aparição pública. Frequentar um bom cabeleireiro, se incomodar com o jornal operário por não ter publicado sua frase de efeito e ter ficado em palavras clichês, se encontrar em ambientes formais com uma cientista sueca e usar roupas consideradas masculinas eram situações comuns de excitação das “líderes que querem emancipar a mulher com pinga esquisita e moralidade” (Galvão, 2018, p. 66). Enquanto isso, uma delas culpabiliza o seu atraso em reuniões regadas à álcool e ostras pela criada com desculpas de grávida que deixou esfriar o seu banho. Nitidamente que a crítica da autora ao feminismo burguês não englobava as especificidades das mulheres burguesas e da classe trabalhadora.

Inclusive, o espaço da Escola Normal na obra reflete a crítica de experiência pessoal da autora do pequeno reduto no mercado de trabalho que as mulheres da burguesia podiam estar inseridas no início do século XX. A necessidade de permissão dos pais e maridos como conquista de espaço público do pioneirismo do feminismo liberal no Brasil, ignorava a existência de outras mulheres que já pertenciam a outros espaços de trabalho e estavam condicionadas a condições precárias e a longas jornadas de trabalho (Alós, 2010, p.198). A complementar a crítica ao feminismo liberal, Higa (2011, p.43) salienta a sátira da autora pela atmosfera decadente, ociosa e vazia despejada nos breves diálogos entre as personagens da burguesia ao viverem entre a incoerência do discurso moralista e práticas sexuais consideradas libertinagens.

O reduto das mulheres burguesas, criticado por Galvão desde seus artigos jornalísticos em *A Mulher do Povo* (1931), questionava os interesses das alunas pela sedução, encontros amorosos (“peitos propositais acedem os bicos sexualizados no suéter de listas, roçando” (Galvão, 2018, p.3)) e futilidades (“os professores penetram nas classes depois de falar muito sobre a crise (...) – Puxa! Nem Acredito que já acabou essa droga. – Me empresta a esponja? – Não vá gastara todo o pó de arroz.” (Galvão, 2018, p. 33)), ao invés de alguma conscientização política (- Você viu a Cinearte hoje? Fala do cinema russo.. – Escuta! Você sabe o que é o comunismo? – Não sei nem quero saber.” (Galvão, 2018, p. 32).

Cenário também proveitoso para combinar com os valores moralistas nos discursos presentes nos personagens masculinos que ainda identificavam o espaço público como um lugar de possibilidade de perdição moral e sexual para as mulheres. As alunas da Escola Normal eram submetidas a exames para conferirem a virgindade, pelo diretor da escola “não querer estragar o nome da escola com o escândalo diário dos pares amorosos. Nenhum homem pode parar perto do portão. Mas as saias azuis se enroscam nas esquinas.” (Galvão, 2018, p. 31).

A contrastar com a realidade das operárias que não tem opção de escolha e se inserem no mercado de trabalho para tentar desviar da realidade da fome e do estado de pobreza da família, onde nem sempre é possível evitar devido ao nível de precariedade que levam ao trabalhar em ambientes assediadores e se expor na vida pública com muitos estigmas carregados. Inclusive, tendo que trabalhar para oferecer a burguesia aquilo que

deveriam ter por dignidade: “como posso dormir sabendo que meus filhinhos sofrem fome? E eu cozinhando todo o dia tanta petisqueira para os ricos” (Galvão, 2018, p. 28).

Galvão apresenta dentro da questão do gênero, os recortes de classe com as mulheres da classe trabalhadora, principalmente as de cor de pele preta, não possuem as mesmas oportunidades ou acesso a escolhas de mulheres burguesas e brancas. O corpo de Corina constantemente é utilizado como satisfação sexual masculina, desde seu suposto noivo aos clientes da casa de prostituição, local onde atestava ainda mais seu lugar de miséria e exploração do mundo capitalista. O que também podemos remeter a continuação de comportamentos sociais do Brasil escravocrata onde corpos de mulheres eram objetificados e alugados pelos seus senhores, numa exploração completa da escravidão, com a prostituição sendo formada maioritariamente pelas mulheres pretas (Saffiotti, 1976, p. 53). De forma que, segundo Rodrigues, (2009, p. 59), por esse facto Galvão utiliza-se novamente da inovação literária para compor um novo de protagonismo nos romances a partir de figuras que apenas eram representadas de forma secundária na literatura brasileira.

A questão da maternidade também diz respeito à luta pela emancipação da mulher visto que nos dias atuais ainda é um papel de responsabilidade social direcionado para as mães, afinal, envolve a associação de determinadas atividades do espaço privado e familiares ao sexo feminino. A necessidade de conciliação entre a maternidade e o mercado de trabalho é um fator que contribui para a eliminação do acúmulo de funções que a mulher ocupa entre os âmbitos privado e público a contribuir para melhores condições de vida da mulher trabalhadora.

O destino de separação da mãe da classe trabalhadora que não tem apoio para cuidar do seu filho e que mais tarde será necessário para a venda de força de trabalho como forma de sobrevivência já se inicia na maternidade. Galvão trabalha com a distinção social com origem na diferenciação econômica que também se faz presente nas casas de parir. Corina não percebe a hostilidade na divisão de salas. Por ser pobre, ocupa o pavilhão de indigentes ao parir seu filho e ser retirada de perto dele enquanto as mães que pagam tem o direito de ficar com seu recém-nascido. O controle aparece como um divisor entre trabalho das mães da classe trabalhadora é o principal motivo da separação precoce entre elas e seus filhos enquanto “as crianças burguesas se amparam desde cedo, ligadas pelo cordão umbilical econômico” (Galvão, 2018, p. 55).

A ausência estatal de promoção a programas sociais que assegurem a mulher a ter um emprego fora de casa também esbarra na feminização do trabalho da burguesia. O trabalho doméstico sendo considerado um trabalho reprodutivo ficava e continua a ficar como uma responsabilidade individual da mulher a ter que escolher entre a busca pela sobrevivência através de um emprego e os cuidados em casa (Federici, 2019, p. 158) ou até pelo malabarismo de conciliar os dois a acarretar em duplas jornadas de trabalho. Com isso, Galvão expõe a indignação da negação do exercício da maternidade à classe trabalhadora ao ter que abdicar da participação da criação dos seus filhos e jogá-los no mundo para a herança da miséria para ocupar o mesmo cargo de serviço em nome da conquista do espaço público da mulher da burguesia e em troca de salário:

Gente pobre não pode nem ser mãe! Me fizeram esse filho num sei como! Tenho que dar ele pra alguém, pro coitado não morrer de fome. Se eu ficar tratando dele como é que arranjo emprego? Tenho que largar dele pra tomar conta dos filhos dos outro! Vou nanar os filhos dos rico e o meu fica aí num sei como. (Galvão, 2018, p. 69)

A mulher da burguesia ao conquistar o espaço público passa a empregar mulheres da classe trabalhadora para cuidar das tarefas que antes lhe eram incumbidas no espaço privado, por isso o feminismo marxista baseia-se na ideia de estrutura de decisões familiares que não sobrecarreguem a mulher que decida ser mãe. De forma que as mulheres não paralitem suas qualidades e energias que são impossíveis de serem harmonizadas com dignidade nos âmbitos doméstico e laboral (Zetkin, 1920) e também que não se desvalorize o trabalho doméstico, deve se realizar um exercício contrário, ele deve ser validado para que seja valorizado e não impedindo a dignidade de trabalho e de vida da mulher trabalhadora.

Outra reivindicação na questão de gênero desenvolvida por Galvão foi o contexto das discussões de sufrágio feminino no Brasil entre as décadas de 1920 e 1930. Com fundamentos nas críticas ao feminismo burguês de Clara Zetkin anteriormente citadas, a questão da emancipação da mulher na sociedade passava pela necessidade da transformação do sistema econômico. A questão de gênero nos espaços públicos e políticos pelo sufrágio feminino defendido pelas feministas liberais da época seriam conquistados sob a perspectiva da classe dominante e, conseqüentemente, com a exclusão das mulheres pobres que já pertenciam à classe trabalhadora e necessitavam de ali estar

para sobreviver e para compor o crescimento económico da burguesia. Clara Zetkin (2007, p.50) não tirava a legitimidade dos anseios pelas mulheres burguesas ao direito de voto porque é uma forma de derrubar alguns privilégios do homem da sua classe, mas o voto das mulheres não é o objetivo final para a conquista de direitos. O antagonismo entre explorados e exploradores continua na perspetiva burguesa por reivindicações limitadoras, as trabalhadoras não mereciam o acesso aos direitos pois estariam sujeitas à exclusão pelo próprio destino de não pertencimento e de não alcance aos lugares da burguesia.

Na passagem abaixo é perceptível o mecanismo utilizado por Galvão de criticar a comemoração das feministas liberais ao direito de voto para mulheres alfabetizadas concedido pelo Decreto Provisório nº 21.076, de 1932, no Brasil (Marques, 2019, p. 137). Como um dos objetivos dessa vertente feminista era a promoção de igualdade entre homens e mulheres a partir da igualdade formal com a limitação às determinadas categorias sociais, a inserção e representatividade delas em lugares públicos através de vias institucionais e representatividades políticas não consideravam a interseccionalidade dos problemas relacionados ao gênero no recorte de classe.

- O voto para as mulheres está conseguido! É um triunfo!
- E as operárias?
- Essas são analfabetas. Excluídas por natureza. (Galvão, 2018, p.67).

O “triunfo” das mulheres burguesas de *Parque Industrial* se reflete apenas em conquistas políticas baseadas nos interesses das mulheres brancas e pertencentes à burguesia que foram alfabetizadas. As mulheres analfabetas que trabalhavam por necessidade em busca de alguma dignidade de vida e não tinham tido a oportunidade de estudos não estavam inseridas na limitação do rol de eleitores estabelecido pelo Código Eleitoral de 1932, a perpetuarem essa condição até a Constituição Federal de 1988 quando se instituiu o voto facultativo para os analfabetos no Brasil. Mesmo depois de muitas décadas depois e com algumas mudanças sociais, percebe-se as opressões patriarcais e sem abalar estruturas que também faziam parte do capitalismo, visto que um não sobrevive sem o outro.

Portanto, observamos que o desenvolvimento da emancipação da mulher em *Parque Industrial* não está nos direitos políticos e sociais conquistados sob a perspetiva

de reivindicações de mulheres da burguesia. A mulher da classe trabalhadora só terá voz e se libertará das opressões na indissociabilidade a partir da revolução proletária e da inserção feminina nas pautas reivindicativas desse projeto de nova sociedade.

Apesar de não ter colocado em suas obras a temática do voto, Luisa Carnés escreveu um artigo, «Las mujeres no han votado», no jornal *La Voz. Diario Republicano* em 9 de mayo de 1933, logo após ter escrito *Tea Rooms*, onde não foi contrária ao voto das mulheres e denunciou a falta de educação política das mulheres que acarretava na não expressão de suas reivindicações e que implicava na submissão dos interesses do marido. (Molina, 2020, p. 93). O conformismo pela sua condição social e seu futuro ficavam diretamente influenciados na submissão nas figuras masculinas do seu marido e do seu patrão.

Assim como na obra de Patrícia Galvão, o protagonismo da questão da emancipação da mulher de Luisa Carnés também estava associado a questões de classe. O questionamento da emancipação feminina pelo trabalho em *Tea Rooms* se centra na dicotomia entre a mulher da burguesia que enxerga no trabalho a liberação do espaço doméstico e necessita trabalhar para se emancipar e da mulher da classe trabalhadora que trabalha para sobreviver onde está sujeita a um cenário de exploração (Olmedo, 2014a, p. 154).

A narrativa começa com a descrição da vestimenta como um problema de ordem material que distingue as classes sociais entre as mulheres entre aquelas que possuem poder de compra renovado a cada troca de estação e aquelas torcem para o inverno chegar para não sofrerem olhares visto que a estação permite uma menor sociabilidade e um ritmo de vida mais rápido no andar pelas ruas. Tal questão se articula com a disponibilidade ao acesso aos meios económicos disponíveis para as mulheres. Por um lado, está as mulheres que dispõem de condições económicas para apresentarem-se bem socialmente, seja pelo casamento ou pela feminização do trabalho da burguesia e, por outro, está Matilde que vive na miséria e está desempregada e faz parte, juntamente com a narradora, da inquietude sobre a vestimenta como diferença social, até porque a aparência física é um critério de acesso ao emprego.

De las mujeres ricas, para las que es la primavera una ilusión más. Para la muchacha pobre el cambio de estación supone la adición de un problema a la suma de dramáticos problemas que integran su vida. Cada primavera requiere una renovación proporcional

del indumento. La mujer rica desea el estío, que le permite cultivar su fina desnudez. La pobre lo teme. La pobre ve con temor la proximidad de los días radiantes de ese sol enemigo que descubre el zapato informe, que ilumina cada deterioro del atavío con la precisión del reflector a la *estrella*. La mujer pobre ama el invierno, aunque el agua le entumezca los pies. En el invierno, la gente camina deprisa —cada uno a lo suyo—. (...) El invierno enerva los miembros y agrieta las manos desnudas; pero la mujer pobre lo prefiere al estío y a la primavera, porque ante todo tiene un sexo y un concepto de la feminidad, que cultiva como la mujer rica su fina desnudez en las playas cosmopolitas. (Carnés, 2016, p. 21)

E é por essa perspectiva que a autora transita por elementos no discurso da dicotomia entre as vertentes feministas liberais e marxistas para a construção de personagens femininas a partir do conformismo e da conscientização dos espaços da mulher na sociedade. A nova imagem da mulher moderna, menos angelical e com participação ativa se diferenciava da imagem das mulheres da classe trabalhadora que já ocupava espaços públicos por necessidade em Espanha nas primeiras décadas do século XX. Segundo Olmedo (2014a, pp. 54-55), a mulher nova representava o questionamento do discurso sobre a ocupação feminina no ambiente doméstico ao estimular novas identidades da mulher que passaram a ver a sua independência ao se inserir nas universidades, na busca pelo sufrágio feminino e em reformas legais.

No entanto, nessas novas identidades também estão incluídas aquelas que contestam os conceitos de felicidade no casamento dos parâmetros da sociedade de valores burgueses. A estratégia de Carnés foi de explorar cenários e vínculos de famílias pobres para indicar que a herança da pobreza é a exploração, seja ela no ambiente de trabalho ou no lar. Por isso, a felicidade dos que pertencem à classe trabalhadora é um ideal impossível, pois precisam lutar diariamente para a sua sobrevivência. As personagens mulheres de Carnés que não estão vinculadas à estrutura familiar tradicional são construídas na conscientização do lugar social da mulher trabalhadora e o desenvolvimento da personalidade questionadora, observada, principalmente, em Natacha e Matilde (Olmedo, 2014a, p. 73).

A construção do discurso da emancipação da mulher em Natacha vem através da negatividade pelo encadeamento dos fracassos nos três pilares que a sociedade burguesa e o discurso feminista liberal defendem como recursos emancipatórios: o casamento, o ambiente doméstico e o trabalho. De acordo com Fernández (2021, pp.116-117), Natacha é apresentada na estrutura circular e metonímica da mulher da classe trabalhadora que,

nos anos 1930, experimenta tanto no âmbito laboral quanto no doméstico um cenário de exploração e limitação. Seu destino final na obra, depois de desistir do casamento com Don Cesar, foi retornar aos problemas de ordem material por estar desempregada e viver de favor na casa da amiga Almudena, termina sua história no retorno pela busca de trabalho na fábrica de chapéus como solução para sua condição de pobreza, assim como fez quando tinha doze anos.

Carnés também se opõe aos discursos emancipatórios através da educação com a personagem tia Ada que teve acesso à educação e à ocupação profissional de professora o que não resulta na mudança de sua mentalidade tradicional e moralista condizente com a da sociedade hegemónica. Assim como o questionamento do casamento da própria Natacha, o da sua companheira de trabalho Almudena que não a emancipou economicamente e ainda ampliou a dedicação ao trabalho da fábrica para a dupla jornada de trabalho com atividades domésticas, faz com que a personagem principal se torne mais crítica a essa forma de emancipação (Molina, 2020, pp. 81-82).

Natacha, desde o seu nascimento sob a condição de miséria, ao passar por opressões por todos tipos, fez com que Carnés demonstrasse na construção da personagem a conscientização do ciclo da mulher da classe trabalhadora que está sob destinação das opressões – patriarcais e capitalistas - que não conseguem ser solucionadas com escolhas individuais nem com as possibilidades ofertadas pela mesma sociedade hegemónica que a entrega para condições precárias laborais e de vida. A construção da personagem Natacha e seu final não dão uma solução para a emancipação da mulher, mas instiga a uma reflexão para o caminho de construção de uma luta coletiva, uma vez que as soluções individuais encontradas pela personagem Natacha a fizeram retornar para o mesmo ponto de situação que tinha no início da obra, antes de se submeter ao casamento e as falsas promessas de amor de Gabriel como salvação de sua vida de exploração laboral. Podemos considerar que nesse momento a autora, a partir da autoconscientização da situação da mulher da classe trabalhadora de Natacha, abre caminhos para o desenvolvimento do discurso da emancipação da mulher juntamente com o discurso da luta coletiva de classe que aparece em *Tea Rooms*.

A desvalorização do discurso da nova mulher da classe trabalhadora que acreditava na sua emancipação pelo trabalho e ocupação de espaços públicos ergue-se em Laurita, afilhada de Fermín, que entra no salão de chá para trabalhar como uma forma de

castigo. Está a estudar para virar professora e os custos dos livros e da faculdade ficam muito altos para a família, por isso a condição para começar a trabalhar é para que ela perceba o que é a rotina de um trabalho e a faça se apaixonar pelos estudos (Carnés, 2016, p. 91). As novas profissões a serem conquistadas pelas mulheres da burguesia que tinham acesso á escolarização não eram consideradas trabalho, a acarretar em uma dupla discriminação pelo trabalho da mulher: nos estigmas sociais empregados à mulher da classe trabalhadora e a inserção da mulher da burguesia em determinadas atividades como forma de punição.

A crítica da autora também estava direcionada à sociedade espanhola que mantinha as mulheres da classe trabalhadora a ter uma dependência à figura do homem a partir do casamento. Ela devia cultivar a religião e ter como objetivo de vida a construção de uma carreira a partir do marido provável. A religião é demonstrada como um atraso social que divide a sociedade sempre em dois polos e impede o desenvolvimento da reflexão de sua condição de explorada. Mesmo a conviver com a miséria, o cultivo à religião a torna conformada pelo seu estado de submissão ao acreditar que o fruto desse destino é estabelecido por uma força maior “encargados de convercela de su error y de la inmutabilidad de la sociedad hasta el fin de los siglos” (Carnés, 2016, p.43).

De forma que a conscientização de classe ao longo da narrativa promove um novo sentido à mulher espanhola: o afastamento da religião e a associação das mulheres aos movimentos de luta da classe trabalhadora. Mesmo com o fechamento do sindicato, “ahora sabemos que los lloros y los rezos no sirven para nada. Las lagrimas nos levantan dolor de cabeza y la religión nos embrutece, nos hace superticiosas e ignorantes” (Carnés, 2016, p. 199). A autora busca a conscientização de que homens e mulheres tem o mesmo valor para a vida política e social, ao se diferenciar dos futuros possíveis para as mulheres antes marcados pelos caminhos do casamento ou da prostituição e agora devem encaminhar-se para construção da emancipação da mulher na sociedade através da aderência da luta de classes. “Ante la mujer se abre un nuevo camino, más ancho, más noble: ese camino nuevo de que os hablo, dentro del hambre y del caos actuales, es la lucha consciente por la emancipación proletaria mundial” (Carnés, 2016, p. 200).

Para alguns casos isolados, a autora até reconhece que as reivindicações das feministas liberais emancipam a mulher através de um meio. Como é o caso de Marta que ao ser despedida do salão de chá por roubo de comida, se prostituiu, mas está a estudar

com ajuda económica de um “amigo” para a construção de uma cultura emancipatória. No entanto, “esa estabilidad no es, probablemente, más sólida que un puñado de sal en agua” (Carnés, 2016, p. 193), a vinculação da personagem está presa a uma dependência da figura masculina que utiliza da venda do corpo dela como construção de um meio temporário para o acesso à educação, mas não para por fim à exploração caso ele desista algum dia de financiar essa situação.

Quem dá voz à emancipação da mulher pela luta proletária é Matilde, alter ego de Luisa Carnés, que considera os problemas de ordem material como principal fundamento para o aprisionamento social da mulher: seja pelo casamento ou pela exploração capitalista. Como também pretende abarcar essa conquista para as mulheres da classe trabalhadora, entrelaça seu discurso com a causa de dependência económica e de exploração junto com o discurso da luta de classes. De forma que identifica em Espanha o discurso seletivo de emancipação das feministas liberais: “aquí, las únicas que podrían emanciparse por la cultura son las hijas de los grandes propietarios, de los banqueros, de los mercaderes enriquecidos” (Carnés, 2016, p. 131).

Segundo Molina (2020, p. 92) a autora dá um tom jornalístico quando aponta a raiz do problema da mulher da classe trabalhadora está na sua condição de dupla exploração e submissão nos países capitalistas, tanto no trabalho fora de casa como no trabalho doméstico com o casamento, o que desmitifica o discurso das feministas liberais que viabilizam a sua emancipação pelo trabalho.

En los países capitalistas, particularmente en España, existe un dilema, un dilema problemático de difícil solución: el hogar, por medio del matrimonio, o la fábrica, el taller o la oficina. La obligación de contribuir de por vida al placer ajeno, o la sumisión absoluta al patrono o al jefe inmediato. De una o de otra forma, la humillación, la sumisión al marido o al amo expoliador. (Carnés, 2016, p.137).

Como a crítica de Carnés está vinculada a uma perspetiva materialista que explica as causas de submissão e exploração feminina, o discurso das feministas liberais é interpretado como uma despreocupação pela emancipação das mulheres em toda a sua completude de classe. Por não terem conhecido a miséria e a dependência do trabalho como forma de sobrevivência, pensam no trabalho como forma de se livrar do ambiente doméstico. Por isso, a autora considera como um passo gigante as conquistas sociais do

acesso à cultura e do espaço público pelas mulheres da União Soviética - como o fim da venda dos corpos femininos para o prazer masculino em forma de prostituição e acesso à educação para as mulheres da classe trabalhadora:

Hay mujeres que se independizan que viven de su propio esfuerzo, sin necesidad de aguantar tíos. Pero eso es en otro país, donde la cultura ha dado un paso de gigante; donde la mujer ha cesado de ser un instrumento de placer físico y de explotación; donde las universidades abren sus puertas a las obreras y a las campesinas humildes. (Carnés, 2016, p. 131).

Portanto, a proposta da emancipação da mulher é construída em *Matilde* a partir do discurso da defesa do fim das explorações de ordem capitalistas sendo o caminho da interseccionalidade entre gênero e classe a melhor opção para a emancipação das mulheres. E, assim como a autora termina *Tea Rooms*, em 1933, podemos extrair reflexões dos processos sociais sofridos pelas mulheres da classe trabalhadora até os dias atuais - e pensarmos na continuação do medo do desemprego, ou das duplas e até triplas jornadas de trabalho, os vínculos contratuais informais e condições precárias de trabalho e perguntar-nos: ¿Cuándo será oída su voz?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação destinou-se a analisar as obras *Parque Industrial*, de Patrícia Galvão, *Natacha* e *Tea Rooms: mujeres obreras*, de Luisa Carnés com os objetivos de compreender como as autoras utilizaram as dificuldades sociais e laborais das mulheres vividas no Brasil e Espanha nos anos 1930 para a construção das personagens principais pertencentes à classe trabalhadora, as estratégias de denúncia social e as reivindicações políticas a englobar os âmbitos de gênero e de classe. Optamos pela escolha de obras de autoria feminina que a partir “de” e “a dar destaque para” representações de mulheres invisibilizadas que possibilitou dar protagonismo a mulheres da sociedade que não integravam nem os espaços sociais definidos pela classe dominante, muito menos os espaços da literatura. Por isso, destacamos a percepção da dupla invisibilidade social feminina por estarem em uma sociedade que categorizou socialmente a mulher aos papéis domésticos e que discrimina a mulher da classe trabalhadora.

Inicialmente, antes de responder às perguntas da investigação, buscamos definir os fundamentos teóricos para a análise da contextualização e da construção das obras. Compreendemos a Literatura como um campo científico que pode contemplar um carácter interdisciplinar a tornar a compreensão das narrativas a partir de todos os fatores que compõem os momentos históricos e seus processos sociais, sejam eles sociológicos, políticos, económicos, entre outros, os quais são refletidos nas fontes das autoras no *corpus* literário da presente investigação.

A Literatura Comparada foi utilizada como uma ferramenta formal de análise que permitiu a identificação dos temas centrais das obras das autoras e a percepção das fontes para a construção das narrativas através do contexto histórico-social do Brasil e de Espanha no início do século XX. Em termos de recursos para a comparação, a tematologia foi escolhida como ferramenta para comparar as obras das duas autoras que estavam sob um distanciamento territorial e com inexistência de relação de proximidade entre elas. Tais fatores tornaram-se fundamentais para a percepção da supranacionalidade das questões que são oriundas das consequências dos modos de produção do capitalismo, somados à subalternidade das mulheres na sociedade em que ambas as autoras buscaram

denunciar na construção do objeto central das narrativas e na construção das personagens principais, principalmente com foco na precariedade laboral e de vida das mulheres pertencentes à classe trabalhadora.

A comparação, nesse caso, tornou-se um instrumento de partilha e interação entre os temas em comum desenvolvidos de acordo com cada realidade. Pudemos comparar como Patrícia Galvão e Luisa Carnés desenvolveram a intersecção dos temas de gênero, trabalho e precariedade a partir de personagens femininas principais que destoavam do perfil das protagonistas de outras autoras da época. O diálogo entre as narrativas foi utilizado juntamente com uma análise conjuntural do início do século XX do Brasil e de Espanha de modo a perceber como cada país relacionava-se com as questões de gênero e trabalho a permitir a identificação de questões sociais semelhantes entre os países trabalhados, como também diferenças originadas pelos diferentes processos históricos de cada um deles, principalmente no âmbito laboral.

Observamos que as questões em comum estavam relacionadas com a subalternidade da mulher da classe trabalhadora que está mais exposta a estigmas sociais, condições e relações laborais precárias. A perceber a história das sociedades como uma luta de classes, os conflitos entre as classes sociais que são diferentes e com interesses inconciliáveis entre si são manifestados em relações de dominações, seja a partir do trabalho ou das funções sociais das mulheres designadas pela classe dominante. Além disso, por Espanha ter sido um Estado colonizador e Brasil, colonizado, há diferenças estruturais que também influenciam diretamente a precariedade de vida e laboral da classe trabalhadora.

Como o Brasil herdou relações laborais escravocratas que continuaram mesmo depois da abolição em 1888, a implementação abrupta da industrialização continuou a categorizar a classe trabalhadora em gênero e cor de pele na composição e divisão dos tipos de trabalho e em preconceitos sociais, como vimos nas personagens de Galvão, mas especificadamente na questão racial pela personagem Corina de *Parque Industrial*. Espanha, por seu lado, sofreu alterações lineares na implementação do capitalismo a combinar com fatores patriarcais advindos da forte presença da religião na configuração social do país a destinar as mulheres da burguesia para o âmbito privado e a intensificar os trabalhos infantil e feminino da classe trabalhadora com baixos salários e como

principais contribuidores de manutenção de condições mínimas de subsistência familiar, presenciados na personagem Natacha.

Com isso, o resgate e a valorização de autoras que produziram textos com ferramentas literárias pouco recorrentes, inclusive se comparado aos dias atuais, que juntam denúncias com recortes de classe e gênero, fazem com que a recepção dessas obras possa ser utilizada como uma fonte de interação entre as diferentes culturas e realidades dos países em questão e também a ser utilizado como ampliação da reflexão sobre problemas que as mulheres da classe trabalhadora ainda enfrentam. Patrícia Galvão e Luísa Carnés ao escreverem sobre temas como possibilidades de vida das mulheres, assédios morais e sexuais, ambientes insalubres de trabalho e a submissão à precariedade pela busca por formas de sobrevivência e, utilizarem uma linguagem mais cotidiana na construção das personagens, deram protagonismo a grupos invisibilizados pela sociedade e pela cultura dominante. A percebermos a transformação do espaço da literatura como um meio de integração, reflexão e lugar de pertencimento a conferir nas personagens e nos leitores potenciais transformadores sociais.

Encontramos na descrição histórica do Brasil e de Espanha e nas obras analisadas que as possibilidades de vida para as mulheres da classe trabalhadora eram o trabalho como forma de sobrevivência e a subordinação ao homem, sendo ele na figura do patrão ou de procura por satisfação sexual dele. O casamento era almejado pelas tradições sociais das sociedades brasileira e espanhola e algumas personagens consideravam o matrimônio como solução individual de melhoria de vida mesmo que fossem subordinadas às hipocrisias e às opressões dos costumes burgueses. Como é o caso de Eleonora, em *Parque Industrial*, e da personagem Natacha, em determinado momento da obra com o mesmo título. Por outro lado, os corpos femininos eram

Observamos que o tema da juventude nas personagens principais está inserido nos estigmas sociais de associação da mulher a uma figura masculina e o seu lugar de maior vulnerabilidade na ausência dela. A questão do etarismo como preferência de contratação evidencia a maior exposição da mulher aos assédios dos companheiros de trabalho e dos patrões. Como as mulheres solteiras estavam livres de uma figura masculina, se distanciavam de causar problemas visto que, pelas leis, necessitavam de permissão do marido para o exercício de direitos e de algumas atividades sociais. Inclusive, a personagem Antonia, de *Tea Rooms*, escondia a viuvez por medo do despedimento. Além

disso, a imagem social da mulher desacompanhada era associada à prostituição e à tentativa de demonstração de que necessitava da figura protetora do homem para livrá-la da exposição às vulnerabilidades que eles mesmos motivavam.

Percebemos que as autoras pretenderam descrever a precariedade laboral, tanto a nível de condições de acesso ao trabalho, como em ambientes impróprios para o seu desenvolvimento e relações laborais abusivas que fomentam as mais diversas formas de assédios – sexual e moral – pela relação de inferioridade da mulher trabalhadora que necessita do trabalho para sobreviver. Patrícia Galvão caracteriza o bairro do Brás como uma penitenciária social, um lugar que prende e desumaniza a classe trabalhadora, bem como Luisa Carnés descreveu o deslocamento dos trabalhadores pelas ruas de Madrid com a semelhança a caravana fúnebres que caminham para o sacrifício e a descrição da pastelaria de *Tea Rooms* como um ambiente sujo e insalubre. As longas jornadas de trabalho, o cansaço físico e emocional, os baixos salários e a prostituição da mulher como alternativa à miséria também se unem à não identificação das personagens da classe trabalhadora com o seu trabalho e indicam o caminho de processo de conscientização dos trabalhadores do seu lugar na sociedade no desenvolvimento das estratégias sobre consciência de classe e de gênero nas personagens.

Em termos das estratégias narrativas sobre a consciência de classe, de forma geral, Patrícia Galvão e Luisa Carnés constroem o despertar da consciência das personagens ao descreverem as suas experiências de precariedade laboral e de vida, como o desemprego, os ambientes insalubres, os assédios morais e sexuais e a prostituição. Apesar da personagem Natacha constituir um sentimento individual, as outras personagens principais que já possuíam uma personalidade revolucionária desde o início constituem um papel fundamental de formar uma cadeia de disseminação do funcionamento da organização económica e social do capitalismo e, com isso, demonstrar a situação de subalternidade da classe trabalhadora a objetivar a revolução proletária com a organização dos trabalhadores e suas reivindicações laborais para a superação do capitalismo.

Em *Parque Industrial*, Patrícia Galvão estabelece três perfis diferentes de trabalhadoras e seus envolvimento com os ideais de uma revolução proletária. A personagem Eleonora representa a crítica social à burguesia da autora que coloca suas filhas na Escola Normal por ser o único tipo de profissão e de conquista do espaço público aceite socialmente por essa classe social. A personagem não se interessa pelo discurso

por melhores condições de trabalho pois encontra a sua liberdade na alienação e na futilidade da vida luxuosa adquirida pelo casamento.

Por outro lado, as personagens Rosinha Lituana e Otávia desde o início da narrativa são conscientes da relação da exploração capitalista e do trabalho como forma de sobrevivência. As personagens projetam suas indignações nessa relação de dependência económica com explicações sobre a luta de classes entre seus companheiros de trabalho e com o apoio da disseminação de reivindicações de classe em reuniões de trabalhadores e nas organizações de greves. Matilde é uma das que adquirem consciência da sua posição social pelas dificuldades que enfrenta com a doença da mãe e é obrigada a sair da Escola Normal para retornar para o trabalho fabril, o qual tinha vergonha de admitir que já havia trabalhado ali. A experiência de demissão pela recusa de relacionar-se sexualmente com o chefe faz com ela retorne às conversas com Otávia sobre a condição de vulnerabilidade da mulher no mercado de trabalho. De forma a demonstrar a utilização da voz das trabalhadoras pela autora para dar importância da participação dela na disseminação dos seus ideias entre os trabalhadores para a construção da luta coletiva.

Luisa Carnés aborda a consciência de classe de duas formas diferentes aos compararmos as duas obras analisadas. Em *Natacha*, não houve o desenvolvimento do discurso político coletivo, a autora desenvolve a consciência de classe individual da personagem principal a partir do fator determinante de que ao nascer na classe trabalhadora, as relações humanas e laborais dos indivíduos estão destinadas ao futuro de exploração, precariedades e de dificuldades de viver uma vida digna. Natacha é negada ao amor e ao afeto substituídos pela amargura, tristeza e o desespero pela sobrevivência que a vida precarizada da família herdou como consequência da miséria causada pelos modos de produção capitalistas. As péssimas condições do ambiente de trabalho na fábrica fazem com que Natacha se submeta a um casamento não bem-sucedido como tentativa de fuga da vida de miséria e dos assédios vivenciados no ambiente da fábrica. A vivência da personagem no ambiente da fome, de conscientização de situações de precariedade, de assédios e de prostituição em forma de casamento demonstram a utilização da autora de construir esse destino determinado da classe trabalhadora. Mesmo com fatores com promessas de melhoria de vida, a submissão aos donos de meios de produção, seja pelo trabalho ou pela aceitação da proposta de casamento, denuncia que a estrutura social não consegue livrar a classe trabalhadora dessa dependência, ainda mais

se for o caso das mulheres por estarem em uma condição de dupla exploração, a do ambiente laboral e ao pertencimento do espaço doméstico com todas as suas responsabilidades de um trabalho desvalorizado e invisível.

Em *Tea Rooms: mujeres obreras*, com um discurso mais amadurecido e desenvolvido no foco da força coletiva demonstra o fracasso de ações individuais dos trabalhadores como solução para as situações de exploração e precariedade que vivem. Matilde é a questionadora principal da destinação social e laboral das mulheres da classe trabalhadora e a partir do compromisso de conseguir a união solidária entre os trabalhadores, consegue convencer os outros personagens para a participação da greve geral. Mesmo que tenha se deparado com os conformismos da exploração de outras personagens causados pelo medo do despedimento e do desemprego.

Podemos considerar a escrita de Patrícia Galvão e Luisa Carnés como gesto político ao reconstruírem a identidade das mulheres da classe trabalhadora em representações literárias visto que mesmo no mundo real, segundo Rago (2015, p. 579), apareciam pela perspectiva masculina como figuras passivas, vitimizadas, sem expressão política e sem possibilidade de resistência dentro dos grupos de resistência. Por isso, em termos teóricos das teorias feministas, observamos que a escolha dos discursos de Clara Zetkin, Silvia Federici e Heleith Saffioti melhor se aproximavam da proposta das autoras de criticar o feminismo liberal que se aproxima de mudanças sociais e da emancipação da mulher através da busca por uma igualdade formal de direitos sem considerar as especificidades das desigualdades sociais sofridas pelas mulheres, principalmente as da classe trabalhadora. Inclusive, percebemos que as autoras buscaram demonstrar que os direitos e conquistas sociais a partir da vertente feminista liberal, além de serem seletivos a determinados grupos sociais pertencentes à burguesia, não são absolutos e, portanto, passíveis a revogação por sofrerem transformações ao longo do tempo, bem como acontece com os modos de produção e as relações laborais. Logo, a limitação da destinação dessa ordem material impede a prática de uma solução real que englobe as mulheres de todas as classes sociais devido a perpetuidade de questões aprofundadas em relações entre o patriarcalismo e o capitalismo.

Os feminismos defendidos e construídos em personagens como Rosinha Lituana, de *Parque Industrial*, e Matilde, de *Tea Rooms*, se relacionam com a luta de classes, pois a liberdade e a emancipação da mulher não estão apenas na conquista dos espaços

públicos, na independência financeira do seu cônjuge ou na participação política, a emancipação da mulher estava na necessidade da redistribuição de tarefas domésticas pela eliminação da divisão sexual do trabalho e pelo domínio de servidão ao capital. A classe trabalhadora não faz escolhas em um cenário de submissão à exploração da organização da sociedade capitalista o qual se retroalimenta da necessidade da produção do trabalhador que necessita do trabalho para sobreviver. O vínculo de dependência econômica da classe trabalhadora não coloca a mulher em condições de igualdade dos homens, é necessário perceber a mulher como um ser humano e não um ser a ser comparado com o sexo masculino. Urge a necessidade de uma conjugação harmoniosa entre o mercado de trabalho, a maternidade e a divisão de tarefas domésticas para que a sobrecarga das mulheres seja amenizada e, de acordo com o discurso das obras, a emancipação das mulheres somente se tornaria realidade a partir da organização dos trabalhadores através de greves e da revolução proletária para a superação da sociedade capitalista.

A questão de gênero e a discussão sobre a emancipação da mulher presentes nas obras indicam que Patrícia Galvão e Luisa Carnés utilizaram da crítica ao feminismo liberal pela exclusão das mulheres da classe trabalhadora ao acesso de direitos e conquistas sociais que consideravam significar a liberdade feminina, como o direito ao voto ou o acesso ao espaço público pelo direito à educação ou por um rol taxativo de profissões aceitas a serem exercidas pelas mulheres da burguesia. Como observamos nas autoras das teorias marxistas, as autoras criticam as liberais, representadas pelas personagens Eleonora, em *Parque Industrial*, Tia Ada, em *Natacha* e Laurita, em *Tea Rooms* por considerarem as reivindicações apenas para um grupo seletivo e empregarem à mulher já pertencente a classe trabalhadora os espaços de servidão e de maior desvalorização. A emancipação das feministas liberais são como um meio e não como solução que considere todas as particularidades sociais do gênero.

Consequentemente, observamos que a liberdade está diretamente envolvida com a dependência econômica e questões sociais que direcionam a mulher ao ambiente doméstico. A emancipação da mulher não está na conquista de direitos para se igualar ao homem, a mulher deve ser considerada como um ser humano apto para desfrutar a dignidade nas diversas esferas laborais e de vida. Enquanto depender da exploração dos donos de meio de produção como forma de sobrevivência e das funções sociais destinadas

a elas, como a responsabilidade pela maternidade e dos cuidados com a casa, a destiná-las a uma dupla jornada de trabalho, a liberdade feminina somente estará na imaginação do grupo seletivo de recetoras de direitos por uma igualdade formal. Por esses motivos, as questões de gênero se unem às questões de classe nas narrativas trabalhadas onde presencia-se a necessidade da inclusão das reivindicações e das necessidades das mulheres da classe trabalhadora na luta coletiva como projeto de uma nova sociedade a ser conquistada pela revolução proletária.

A importância de resgatar obras de Patrícia Galvão e Luisa Carnés é perceptível pelas questões de gênero e laborais ainda presentes em nosso cotidiano, a protagonizar debates contemporâneos mesmo quase um século depois das publicações. Como anteriormente dito, os direitos das mulheres da atualidade conquistados a partir de lutas reivindicativas – pelas mais diferentes correntes políticas –, não são absolutos, não são aplicados na prática para todas as mulheres e nem para todos os trabalhadores. É preciso ir para além das pequenas conquistas e também do campo teórico para a construção de uma sociedade, de facto, igualitária com a extensão de direitos a todas as particularidades que compõem a sociedade.

O processo de identificação dos leitores, que atualmente estão cada vez mais inseridos em relações precárias e instáveis pela flexibilização dos contratos de trabalho levando a perda de direitos laborais e de dignidade de vida, com a situação de precariedade das personagens, torna-se um caminho para a conscientização do lugar que ocupam na sociedade. A fazer com que a Literatura sirva como um importante meio para a construção de memória cultural e imaginação coletiva, a possibilitar o uso do passado para observar o presente e influenciar na construção de transformações sociais do futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albaladejo, T. (2009). *La poliacroasis en la representación literaria: un componente de la Retórica cultural*. Estudios de Literatura, nueva serie, 0.
- Alós, A. P. (2010). Parque Industrial: influxos feministas no romance proletário de Patrícia Galvão. *Caligrama: Revista de Estudos Românicos*, 15(1), 157-182.
- Alvar, C., Mainer, J.C. & Navarro, R. (2002). *Breve Historia de la literatura española.*: Alianza Editorial.
- Andrade, O. (1928). Manifesto Antropófago. *Revista de Antropofagia*, I(I), 6-7.
- Antunes, R. L. C. (2015). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho* (3ª ed). Boitempo. (Edição original publicada em 1999).
- Arias Careaga, R. (2017). La literatura de Luisa Carnés durante la Segunda República: *Tea rooms. Cultura de la República: Revista de Análisis Crítico (CRRAC)*. 1: 55-72. DOI: <https://doi.org/10.15366/crrac2017.1>
- Aresti, N. (2001). *Médicos, donjuanes y mujeres modernas: los ideales de minidad y masculinidade en el primer tercio del siglo XX*. Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco.
- Barata-Moura, J. (2010). *Dialéctica Marxista*. Edições Avante!.
- Bezerra, E. (2020). A revolução será feminista, ou não será! In D. E. Martusceli (org.). *Os desafios do feminismo marxista na atualidade*, 51-64. Coleção marxismo21
- Bopp, R. (2012). *Movimentos Modernistas no Brasil 1922-1928*. José Olympio.
- Braga, R. (2012). *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. Boitempo.
- Buescu, H. C. (2001). *Grande Angular: Comparatismo e Práticas de Comparação*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Buescu, H. C. (2013). *Experiência do incomum e boa vizinhança: literatura comparada e literatura-mundo*. Porto Editora.

- Calil, L. E. S. (2000). *História do Direito do trabalho da mulher: Aspectos históricos-sociológicos do início da República ao final desse século*. LTr.
- Calil, L. E. S. (2007). *Direito do trabalho da Mulher: a questão da igualdade jurídica ante a desigualdade fática*. LTr.
- Calleja, E. G. (2011). *Contrarrevolucionarios. Radicalización violenta de las derechas durante la Segunda República, 1931-1936*. Alianza Editorial.
- Campos, A. (2014). *Pagu: vida e obra*. Companhia das Letras.
- Cândido, A. (2011). A literatura como direito. In *Vários escritos. Duas Cidades*, 169-191.
- Carnés, L. (2016). *Tea rooms: mujeres obreras*. Hoja de Lata Editorial. (Edição original publicada em 1934).
- Carnés, L. (2019). *Natacha*. Espuela de Prata. (Edição original publicada em 1930).
- Chareyre, A. (2018). “Uma excelente estreia”: a chegada do romance proletário ao Brasil. In P. Galvão (2018). *Parque Industrial*. (Moschkovich, M. & Branco, M. C. F, Eds.) Editorial Linha a Linha, 121-161.
- Chartier, R. (1990). *A história cultural*. Bertrand.
- Eagleton. T. (1976). *Marxismo e crítica literária*. Edições Afrontamento.
- Engels, F. (2010) A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Boitempo. (Edição original publicada em 1845).
- Federici, S. (2019). *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Elefante.
- Fernandes, F. (2013). *Mudanças Sociais no Brasil. Aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. Global Editora.
- Fernández, Á. M. (2021). Natacha (1930): el protagonismo de la mujer obrera en la ficción. In *Las mujeres que cosían y los hombres que fumaban: voces de mujeres trabajadoras en la España de los siglos XX y XXI* (pp. 91-121). Universidad de Málaga (UMA).

- Fernández, A. M. (2020). Si nos permiten hablar. Repensando la narrativa contemporânea desde la condición de clase. Tese de doutoramento. Universidade de Valência.
- Fonseca, C. (2015). Ser mulher, mãe e pobre. In M. Del Priore (org.); C. B. Pinsky (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. Contexto.
- Galeano, E. (2019). *As veias abertas da América Latina*. Tradução de Sergio Faraco. L&PM.
- Galvão, P. (2018). *Parque Industrial*. (Moschkovich, M. & Branco, M. C. F, Eds.) Editorial Linha a Linha. (Edição original publicada em 1933).
- Galvão, P. (2005). Paixão Pagu: uma autobiografia precoce de Patrícia Galvão. *Agir*.
- García, C. (2016). *Acerca de la experiencia de escribir como una mujer*. Revista de Escritoras Ibéricas, 4, 195-208.
- Guillén, C. (2005). *Entre lo uno y lo diverso: introducción a la literatura comparada*. Editorial Crítica.
- Giulani, P. C. (2015). Os movimentos de trabalhadores e a sociedade brasileira. In M. Del Priore (org.); C. B. Pinsky (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- Hahner, J. E. (2013). Mulheres da elite. In C. B. Pinsky e J. M. Pedro (org.). *Nova História das mulheres no Brasil*. Contexto.
- Higa, L. S. R. (2011). *Estética e Política: Leituras de Parque Industrial e A famosa revista*. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária na área de teoria e Crítica Literária) – Universidade Estadual de Campinas.
- Jackson, K. D. (2018). A dialética negativa de Parque Industrial. In P. Galvão (2018). *Parque Industrial*. (Moschkovich, M. & Branco, M. C. F, Eds.) Editorial Linha a Linha, 162-190.
- Jackson K. D. (2014). Patrícia Galvão e o realismo-social brasileiro dos anos 1930. In A. Campos. *Pagu: vida e obra*, 376-383. (Publicação original no Jornal do Brasil, em 22 de maio de 1978)
- Larraz, F. (2017). Censura, exílio y canon literário. *Historia Actual Online*, 42 (1), 49-56.

- Machado, A. M. & Pageaux, D. H. (1988). *Da Literatura Comparada à Teoria da Literatura*. Edições 70.
- Marques, T. C. N. (2019). *O voto feminino no Brasil*. 2.^a Ed. Edições Câmara.
- Marx, K. e Engels, F. (1998). *Manifesto do Partido Comunista*. 1.^a Ed. Boitempo. (Edição original publicada em 1848).
- Marx, K. & Engels, F. (2007) *A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. Tradução; Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. Boitempo. (Edição original publicada em 1845).
- Marx, K. (2013). *O Capital: Livro I, o processo de produção do capital*. Boitempo Editorial. (Edição original publicada em 1867).
- Mattos, M. B. (2019). *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo* (1^a Ed.). Boitempo Editorial.
- Mohamed, H. A. (2021). "Los que suben en ascensor y los que utilizan la escalera interior": Género y clase en la España republicana e Tea rooms. Mujeres obreras de Luisa Carnés. *Revista Communitas*, 5 (12), 132-147.
- Molina, C. S. (2020). *Mujer, trabajo y escritura. Representaciones culturales en la narrativa española contemporánea*. Tese de doutoramento. Universidade de Alcalá.
- Nash, M. (1983). *Mujer, familia y trabajo en España (1875-1936)*. Anthropos Editorial.
- Núñez Pérez, G. (1998). Políticas de igualdad entre varones y mujeres en la segunda república española. *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie V, Historia contemporánea, 11, 393-446.
- Olmedo, I. (2014). El trabajo femenino en la novela de la Segunda República: Tea rooms (1934) de Luisa Carnés. *Revista de Filología Hispánica*, 30(2), 503-524.
- Olmedo, I. (2014a). *Itinerarios del exilio: la obra narrativa de Luisa Carnés*. Renacimiento, 2014.
- Pardo, F. D. (2018). *Breve Historia de la generación del 27*. FLeCos.

- Plaza Plaza, A. (2010). Teatro y compromiso en la obra de Luisa Carnés. *Acotaciones*, 25, pp. 95-122.
- Plaza Plaza, A. (2019) Introdução. In L. Carnés, Natacha. Espuela de Prata, 11-62.
- Plaza Plaza, A. (2016). A propósito de la narrativa del 27. Luisa Carnés: revisión de una escritora postergada. Posfácio. In: L. Carnés (2016). *Tea rooms: mujeres obreras*. Hoja de Lata Editorial.
- Rago, M. (1985). *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Paz e Terra.
- Rago, M. (2015). Trabalho feminino e sexualidade. In M. Del Priore (org.); C. B. Pinsky (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- Reis, R. (1992). Canôn. In: Jobim, J. L. (Org.). *Palavras de crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 65-92.
- Ribeiro Junior, J. C. (2015). Literatura e política no romance de Patrícia Galvão. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- Rodrigues, J. B. (2009). *Parque Industrial de Patrícia Galvão: engajamento político e projeto estético*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística.
- Russ, J. (2018). *How to suppress womens' writing*. University of Texas Press.
- Saffioti, H. (1976). *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Vozes.
- Somolinos, C. (2015). Lucha colectiva y emancipación: Tea rooms, Luisa Carnés. *Contrapunto*, 18, 4-5.
- Tanuri, M. L. (2000). História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação* (14), 61-88.
- Teles, M. A. A. (1999). *Breve história do feminismo no Brasil*. Brasiliense.
- Telles, N. (2015). Escritoras, escritas, escrituras. In M. Del Priore (org.); C. B. Pinsky (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. Contexto.

- Terrón, A. & Viñao, A. (2018). Educación, movimiento obrero y sindicalismo (España, siglo XX). *Hist. Educ.* (37), 69-114.
- Van der Linden, M. (2014). San Precario: A new inspiration for labor historians. *Labor: Studies in Working-Class History of the Americas*, 11(1), 9-21.
- Vieira, T. (2019). A Representação Social das Mulheres e as Tecnologias de Gênero em Parque Industrial, de Patrícia Galvão. Dissertação (Mestrado em Letras - Estudos Literários da Universidade Estadual de Montes Claros).
- Vilallonga, M. A. (2000). La «cuestión social» como cuestión de gênero, Feminidad y trabajo en España (1860-1930). *História Contemporânea* (21), 395-458
- Weinstein, B. (1995). As mulheres trabalhadoras em São Paulo: de operárias não-qualificadas a esposas profissionais. *Cadernos Pagu*, 143-171.
- Williams, R. (1979). *Marxism and Literature*. Oxford University Press.
- Xavier, E. (1996). Narrativa de autoria feminina na literatura brasileira: as marcas da trajetória. *Leitura – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras*, 87-95.
- Zetkin, C. (1920). Directrices para el movimiento comunista femenino. Richtlinien für die kommunistische Frauenbewegung“, *Die Kommunistische Internationale*, 1920/21, 15, 530-555. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/zetkin/1920/0001.htm>. Acesso em: 08/03/2022
- Zetkin, C. (1896). *Sólo con la mujer proletaria triunfará o socialismo*. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/zetkin/1896/0001.html>. Acesso em: 08/03/2022
- Zetkin, C. (2007). Clara Zetkin e a luta das mulheres: uma atitude inconformada, um percurso coerente. Organização das Mulheres Comunistas (Org.). Edições Avante!.

Artigos de Jornais

- Campos, A. (2014a) *Pioneira pesquisa sobre Pagu ganha nova edição*. Entrevistado por Ubiratan Brasil. O Estado de São Paulo.
- Pagu. (1931, 9 de abril). *Normalinhas*. O Homem do Povo, n.º 8, 2.

Pagu. (1931, 27 de março). *Maltus Alem*. A Mulher do Povo, n.º 01. Disponível em: <http://www.pagu.com.br/textos/a-mulher-do-povo/>. Acesso em 10/02/2022.

Ribeiro, J. (1933, 26 de janeiro). *Mara Lobo*. Jornal do Brasil.

Legislação

Brasil. Constituição Federal dos Estados Unidos do Brasil (16 de julho de 1934). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 16/04/2022

Brasil. Código Civil de 1916. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm. Acesso em: 16/04/2022

Brasil. Decreto n.º 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 16/04/2022

Espanha. Real Decreto de 24 de julio de 1889. Disponível em [https://www.boe.es/eli/es/rd/1889/07/24/\(1\)/con](https://www.boe.es/eli/es/rd/1889/07/24/(1)/con). Acesso em: 20/04/2022

Espanha. Real Decreto de 03 de abril de 1919. Disponível em <https://legishca.edu.umh.es/1919/04/03/1919-04-03-fijacion-de-ocho-horas-al-dia-la-jornada-de-trabajo/>. Acesso em: 20/04/2022